



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

ALINE CRISTINA NASCIMENTO

**E CADÊ O CAMPESINATO QUE ESTAVA AQUI? a transformação do
território do Vale do Rio São Marcos a partir da hidrelétrica Serra do
Facão**

CATALÃO (GO)

2014

ALINE CRISTINA NASCIMENTO

**E CADÊ O CAMPESINATO QUE ESTAVA AQUI? a transformação do
território no Vale do Rio São Marcos a partir da hidrelétrica Serra do
Facão**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

CATALÃO (GO)

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
(GPT/BSCAC/UFG)**

N244e Nascimento, Aline Cristina.
E cadê o campesinato que estava aqui? [manuscrito]: a transformação do território no Vale do Rio São Marcos a partir da hidrelétrica Serra do Facão / Aline Cristina Nascimento. - 2014.
xv, 148 f.

Orientador: Prof^o. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Departamento de Geografia, 2014.
Bibliografia.
Anexo.

1. Camponeses. 2. Expropriação. 3. Território. 4. Resistência. 5. Hidrelétricas. I. Título.

CDU: 621.311.21

TERMO DE APROVAÇÃO

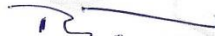
Aline Cristina Nascimento**E CADÊ O CAMPESINATO QUE ESTAVA AQUI? A
transformação do território do Vale do Rio São Marcos a
partir da hidrelétrica Serra do Facão**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

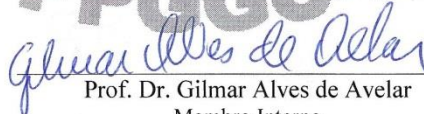
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
Orientador e Presidente da Banca
Universidade Federal de Goiás
IESA - Geografia



Prof. Dr. Ruy Moreira
Membro Externo
Universidade Federal Fluminense
Geografia



Prof. Dr. Gilmar Alves de Avelar
Membro Interno
Universidade Federal de Goiás
Campus Catalão – Geografia

Aprovada em 06 de março de 2014.

Aos meus pais,
Maria e José Mar por estarem sempre cuidando e fazendo a caminhada ficar mais leve. A
vocês o melhor de mim, meu amor.

À Profa. Helena Angélica de Mesquita, por apresentar os doces e os amargos da vida
acadêmica e, por mostrar, a necessidade de se manter uma coerência política e teórica.

Aos camponeses e camponesas, que me ensinaram que a vida só é vivida quando regada de
muito luta.

AGRADECIMENTO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa desenvolvida ao longo dos últimos dois anos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão. E como todo trabalho de pesquisa, este, não fugindo à regra, percorreu “estradas escuras” e “lameadas” até localizar e encontrar a “calmaria”. Dito de outra forma, este trabalho passou pelos obstáculos impostos a todos e todas que se propõem a experimentar a pesquisa científica, já tão conhecido daqueles pesquisadores que se têm aventurado por esses caminhos.

Assim sendo, o resultado a que consegui chegar apresenta em suas entrelinhas a marca do caminho percorrido. Para que a trilha ficasse “batida”, afora as dificuldades, tive a felicidade de encontrar estímulos e auxílios que tiveram um peso muito maior. Por falar em dificuldades ... quais foram mesmo?!. Por admitir que este trabalho é fruto de um esforço coletivo é necessário agradecer.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudo concedida durante todo o período de realização desta pesquisa.

À Universidade Federal de Goiás, uma instituição pública de ensino gratuito que tem contribuído para a formação séria e qualificada de trabalhadores e trabalhadoras.

Aos colegas do GETeM/UFG/CNPq, em especial Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro e Liliana Assunção pelos momentos agradáveis e instigantes de nosso estar juntos, seja no Grupo de Estudo seja fora dele.

Aos meus companheiros e companheiras de mestrado, turma 2012, por compartilharem comigo diversos momentos de aprendizado e descontração e pelo acolhida fraterna que embalou a retomada da vida acadêmica.

Ao Marcelo do Nascimento Rosa pela cumplicidade e pelo carinho que me revitaliza a cada dia.

Ao Prof. Gilmar Alves de Avelar, amigo e mestre, pelas conversas, reflexões e apoio incondicional que por muitas vezes, me tirou do desânimo.

Ao Prof. Ruy Moreira pela generosidade em estar presente e se fazer presente na simplicidade do diálogo.

Ao Prof. Marcelo Rodrigues Mendonça, pela orientação libertária e por ter me

acolhido em meio à tempestade e apostado na minha capacidade de pensar o mundo.

Aos familiares e amigos que, apesar da ausência necessária para a realização do trabalho, estiveram presentes, estimulando a continuar.

Aos Camponeses e Camponesas, que me mostraram a dignidade daqueles que lutam por um mundo melhor.

Ao Giovani Correa Júnior pelo apoio com os mapas.

À Branca, pela revisão da Língua Portuguesa e pelas acolhidas regadas de carinho.

A todos e todas, meu muito obrigada.

[...] talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito [...]. Não somos o que deveríamos ser, mas somos o que iremos ser. Mas [...] já não somos o que éramos.

(Martim Luther King)

RESUMO

O objetivo do nosso esforço analítico neste trabalho de pesquisa incide na compreensão do processo de transformação de uma fração do território, iniciando pela análise do território camponês até chegar ao desdobramento dado aos camponeses após a construção do reservatório da hidrelétrica Serra do Facão. É esta questão que norteia a presente pesquisa, cujo o recorte geográfico é a área inundada pelo reservatório da hidrelétrica Serra do Facão, no Vale do Rio São Marcos, que teve um rápido processo de transformação territorial num curto espaço de tempo. Para compreendermos esta metamorfose partimos do pressuposto de que a lógica da construção do território é uma unidade dialética em que simultaneamente ocorrem a construção, a destruição, a manutenção e, evidentemente, a transformação. Nesse contexto, procuramos desvendar tal processo através da identificação de três momentos históricos: a formação do território camponês, a territorialidade camponesa, fundada na tríade camponesa da terra, trabalho e família e consolidada pela Comunidade Camponesa, a transformação do território dado pela formação do reservatório da hidrelétrica Serra do Facão com o objetivo de gerar valor, produzindo e reproduzindo capital e por fim, o significado e destino dos camponeses expropriados.

Palavras-chave: camponeses, expropriação, território, resistência, hidrelétricas.

ABSTRACT

The objective of our analytical effort in this research work focuses on understanding the transformation of a fraction of the planning process , starting with the analysis of peasant territory to reach the unfolding given to peasants after the construction of the hydroelectric reservoir Sierra Facão. It is this question that guides this research , whose geographic divisions is flooded by the reservoir of the hydroelectric Sierra Machete , the San Marcos River Valley area, which had a rapid process of territorial transformation in a short time . To understand this metamorphosis we assume that the logic of construction planning is a dialectical unity in which both occur the construction , destruction , maintenance , and of course the transformation . In this context , we try to unravel this process by identifying three historical moments : the formation of peasant territory , territoriality peasant , peasant based on the triad of land, labor and family and consolidated by Peasant Community , the transformation of the territory given by the reservoir hydroelectric Sierra Facão with the aim of creating value , producing and reproducing capital and finally, the meaning and destiny of dispossessed peasants .

Keywords : peasants , dispossession , territory , strength , hydroelectric

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Fluxograma de categoria de uso da terra	14
Figura 02 – Croqui esquemático de uma Comunidade Camponesa no Vale do Rio São Marcos	20
Figura 03 – Sistema Elétrico Brasileiro Interligado e Isolado	58
Figura 04 – Hidrelétricas nas Bacias dos Rios Paranaíba e Grande	59
Figura 05 – Sistema Nacional Interligado	60
Figura 06 – Informativo do GEFAC	90

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Camponesa lidando na “casinha de queijo”.....	24
Foto 02 – Casa Camponesa e seu entorno	26
Foto 03 – Casa Camponesa no Vale do Rio São Marcos	28
Foto 04 – Camponesa utilizando fogão à lenha	29
Foto 05 – Primeira reunião dos atingidos pela hidrelétrica Serra do Facão	77
Foto 06 – Ato Público em defesa da vida e da terra de trabalho	79
Foto 07 – Participação de Padres da Igreja Católica em Ato Público organizado pelos Atingidos pela hidrelétrica Serra do Facão	80
Foto 08 – Exposição de alimentos em mobilização dos atingidos pela hidrelétrica Serra do Facão	81
Foto 09 – Camponês Atingido observando em suas antigas terras, o canteiro de obras sendo construído	97
Foto 10 – Casa Camponesa abandonada	98
Foto 11 – Casa Camponesa anterior a construção da hidrelétrica Serra do Facão	100
Foto 12 – Local onde foi <i>sepultado</i> casa camponesa	100
Foto 13 – Rio São Marcos anterior ao enchimento do reservatório da hidrelétrica Serra do Facão	101
Foto 14 – Enchimento do reservatório da hidrelétrica Serra do Facão	101
Foto 15 – Limpeza da área par a formação do reservatório da hidrelétrica Serra do Facão	102
Foto 16 – Casa Camponesa	106
Foto 17 – Ocupação irregular da Área de Proteção Ambiental	111
Foto 18 – Casa Camponesa construída em terra remanescentes da hidrelétrica Serra do Facão	119
Foto 19 – Lavoura de milho no entorno da casa camponesa	121
Foto 20 – Casa (tapera) Camponesa	123

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01 – Matriz Energética Brasileira	57
---	----

LISTA DE MAPA

Mapa 01 – Localização do Vale do Rio São Marcos	20
Mapa 02 - Localização de Hidrelétricas por Bacia Hidrográfica em Goiás	69
Mapa 03 – Área de abrangência da Hidrelétrica Serra do Facão	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Catalão

AHESF – Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

ANFORP – American & Foreign Power Company

APP – Área de Proteção Permanente

ARPRA – AHESF – Associação dos Proprietários Rurais Atingidos pela Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAC – Campus de Catalão/Universidade Federal de Goiás

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEGeT – Centro de Estudo de Geografia do Trabalho

CEMIG – Central Elétrica de Minas Gerais

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CHESP – Companhia Elétrica do Rio Pardo

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

GEFAC – Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão

GETeM/UFG – Grupo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais/Universidade Federal de Goiás.

GO – Goiás

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MCP – Movimento Camponês Popular

METABASE – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos e de Minerais Não Metálicos de Catalão

MME – Ministério de Minas e Energia

MME – Ministério de Minas e Energia

MW – Megawatts

NEPSA/CAC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais/Campus de Catalão

PBA – Plano Básico de Ação

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RIMA – Relatório de Impacto no Meio Ambiente

SEFAC – Serra do Facão Energia

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFG – Universidade Federal de Goiás

USELPA – Usina Elétrica de Paranapanema

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 O VALE DO RIO SÃO MARCOS – A DINÂMICA DO <i>ESPAÇO-TERRA</i>	10
1.1 Os <i>sentidos</i> da barragem hidrelétrica Serra do Facão	
1.2 A formação dos camponeses no Vale do Rio São Marcos	10
1.3 A formação das Comunidades Camponesas no Vale do Rio São Marcos	16
1.4 AS PESSOAS, O TRABALHO E A TERRA: a ordenação territorial camponesa no Vale do Rio São Marcos	22
2 O ESTADO E O CAPITAL NA TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO	32
2.1 AS HIDRELÉTRICAS – o Estado subvenciona o capital	47
2.2 As hidrelétricas no cenário de geração de energia	56
2.3 CAPITALISMO E ENERGIA: os motivos para a construção de hidrelétricas	61
3 A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO: EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA E RESISTÊNCIAS	69
3.1 Localização e aspectos técnicos da barragem Serra do Facão	72
3.2 A transformação do território e as resistências camponesas no Vale do Rio São Marcos	73
3.2.1 Chega a hidrelétrica	73
3.3 A expropriação camponesa e a <i>limpeza da área</i> no Vale do Rio São Marcos	96
4. E CADÊ OS CAMPONESES QUE ESTAVAM AQUI?	108
4.1 O TERRITÓRIO DO VALE: <i>deserto d'água</i> x novos usos	108

4.2 Os camponeses e os novos ambientes – <i>tocando em frente</i>	113
CONSIDERAÇÕES	126
REFERÊNCIAS	127
ANEXO	

INTRODUÇÃO

Quando comparo o que os camponeses me mostraram com o que eu mostro deles, sinto desconforto e frustração. O formato acadêmico não consegue captar a riqueza e a diversidade de uma cultura construída sobre bases tão diversas. Este é, entretanto, o único jeito que aprendi. É também – hoje estou convencida – exatamente o formato que os rebeldes de Formoso desejariam que eu usasse. Eles não transmitiram a sua história simplesmente para que eu a devolvesse a eles. Eles me transmitiram a sua história para que fosse traduzida e divulgada para outros públicos e outros círculos. Entre si, dispensam tradutores [...]. (AMADO, 1993, p. 48).

A territorialização de hidrelétricas em territórios camponeses tem provocado profundas transformações e diversas interpretações acerca do destino do campesinato. Neste contexto, alguns pressupostos ganham força, sobretudo aquele que defende a *descampesinação*. Entretanto, constata-se que, contraditoriamente, apesar da transformação do *espaço terra* em *espaço água* no Vale do Rio, há uma resistência dos camponeses em permanecer na *terra de trabalho*, seja nas margens do reservatório da hidrelétrica, seja se territorializando em outras áreas.

Esta pesquisa é resultado de uma longa caminhada, com encontros e desencontros, lágrimas e alegrias e, sobretudo, muita aprendizagem. Tem como motivação a necessidade de reforçar, no debate acadêmico, a apropriação do espaço e a transformação do território, especificamente a que houve numa fração do Vale do Rio São Marcos a partir da territorialização da hidrelétrica Serra do Facão. Para isso foi necessário enveredar por caminhos empoeirados e enlameados e, por anos, lutar ao lado dos camponeses porque só o estudo não bastava. Foi preciso provar o mel e o fel que a luta pela utopia de uma vida justa traz.

No ano de 2002, fizemos parte de um projeto de pesquisa intitulado: “Expropriados do AHE Serra do Facão – Rio São Marcos: Uma Trajetória de Incertezas” como bolsista voluntária. Logo após, no subprojeto: “As Transformações e as Perspectivas do Trabalho no Vale do Rio São Marcos (Serra do Facão) – Sudeste Goiano”, fui bolsista de Iniciação à Pesquisa (PIBIC 2003/2004). Além de participar dos diversos debates e discussões sobre o tema, realizados no Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais (NEPSA/CAC/UFG).

O desenvolvimento desses projetos de pesquisa levou a um convívio, quase que cotidiano, com as famílias camponesas atingidas pela hidrelétrica Serra do Facão, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e me colocou no epicentro do processo de resistência e luta pela não construção da hidrelétrica Serra do Facão no período de 2002 a 2005. Esse fato mudou a minha vida. Além de a pesquisa, em si só, trazer satisfação e apresentar caminhos que, como filha de trabalhadores, outrora não teria conhecido, o que foi mais fascinante foi conseguir me tornar, ao menos na “posição de classe”, uma agente mobilizadora da luta popular no Estado de Goiás. E agora, mesmo após alguns anos, retornar à academia para apreender, à luz da ciência geográfica, esse (re)arranjo territorial que mudou a vida de tanta gente, é igualmente uma satisfação.

Dessa forma, esta Dissertação não careceu de primeiros contatos, mas de uma retomada, da continuidade de uma relação já estabelecida seja pela ciência geográfica, seja pela ação política.

Nossa pesquisa objetiva compreender as transformações ocorridas no Vale do Rio São Marcos a partir da territorialização da hidrelétrica Serra do Facão, buscando analisar o papel do Estado e do capital como produtores do espaço, bem como as formas de luta e resistências dos atingidos contra a expropriação e o processo de reterritorialização. Neste sentido, pretende contribuir para a compreensão das contradições da construção de hidrelétricas e dos interesses envolvidos nessas obras, a partir da lógica do desenvolvimento desigual e combinado, como característica do modo capitalista de produção, bem como das racionalidades e significados tecidos por camponeses e trabalhadores em marcha pelo direito a terra e ao trabalho na terra. Em síntese, a análise do processo de transformação do território é o objetivo que permeia a investigação.

Com o desenvolvimento dessa pesquisa esperamos contemplar teoria e prática num amálgama de compreensão do território no Vale do Rio São Marcos. A configuração do território é entendida como produto das relações sociais de produção travadas na simultaneidade da construção, desconstrução, manutenção e transformação, como observa Oliveira (1999). É, assim que se quer, compreender o processo de transformação da fração do território.

Ao propormos tal tema, torna-se relevante caracterizar o movimento da transformação desse espaço, a princípio, como território original camponês, sendo o camponês o sujeito social atuante naquele espaço. Em seguida, após a chegada da hidrelétrica

Serra do Facão, a perspectiva de transformar o território camponês num território para a produção do valor, a partir da formação do reservatório, e da produção de energia elétrica. Assim, o que a pesquisa propõe não é o estudo de um único momento histórico e de um único sujeito social atuante na transformação do território, mas sim, o estudo do processo de transformação do território que se desdobrou em novas territorialidades, inclusive camponesas. O que ocorre no Vale do Rio São Marcos é, exatamente, como aclara Oliveira (1999), uma unidade dialética, logo, contraditória, da espacialidade, que a sociedade possui e acaba por desenvolver de forma desigual, simultânea e combinada.

Dessa maneira, o que direciona essa pesquisa, como indica o título, é o desdobramento da territorialização da hidrelétrica Serra do Facão para o campesinato. Outrossim, como não trabalhamos com um único momento histórico, definimos, logo após caracterizar o Vale do Rio São Marcos como território camponês, o nosso recorte temporal a partir da chegada da hidrelétrica Serra do Facão em 2002.

A pesquisa buscou focar o processo sócio-histórico, independentemente de velhos ou novos fatos, mesmo porque são eles que produzem a realidade geográfica. O que se almeja é evidenciar as ações concretas dos homens e mulheres, no sentido de aclarar as relações sociais de sujeitos sociais reais, sem aplicar pressupostos morais ou apontar correntes políticas, mas mantendo uma coerência de classe sem perder o rigor teórico e metodológico.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado *O Vale do Rio São Marcos – a dinâmica do espaço-terra* são apresentadas as características socioespaciais do Vale do Rio São Marcos anterior a construção da hidrelétrica Serra do Facão.

No segundo capítulo, intitulado *O Estado e o capital na transformação do território* discute a apropriação da natureza pelas classes sociais antagônicas e o papel do Estado subvencionando o capital na construção de hidrelétricas.

No terceiro capítulo, intitulado *A construção da barragem hidrelétrica Serra do Facão: expropriação camponesa e resistências ...* aborda o conflito pelo território entre o capital e o campesinato local, destacando que o uso/apropriação do território com objetivos totalmente diferentes leva a disputa por território ser a expressão da luta de classes.

Já o quarto capítulo, intitulado *E cadê os camponeses que estavam aqui?* retrata o desdobramento da territorialização da hidrelétrica Serra do Facão no Vale do Rio São Marcos, a construção de novos ambientes e a (re)criação/(re)existência camponesa.

1 O VALE DO RIO SÃO MARCOS – A DINÂMICA DO *ESPAÇO-TERRA*

O objetivo de estudo desta pesquisa são as transformações territoriais ocorridas no Vale do Rio São Marcos devido a construção da hidrelétrica Serra do Facão. Este espaço geográfico em que predominavam frações territoriais camponesas transformou-se em um imenso depósito de água do Rio São Marcos – ou reservatório – para fazer funcionar uma usina que produz energia elétrica a ser utilizada por grandes empresas.

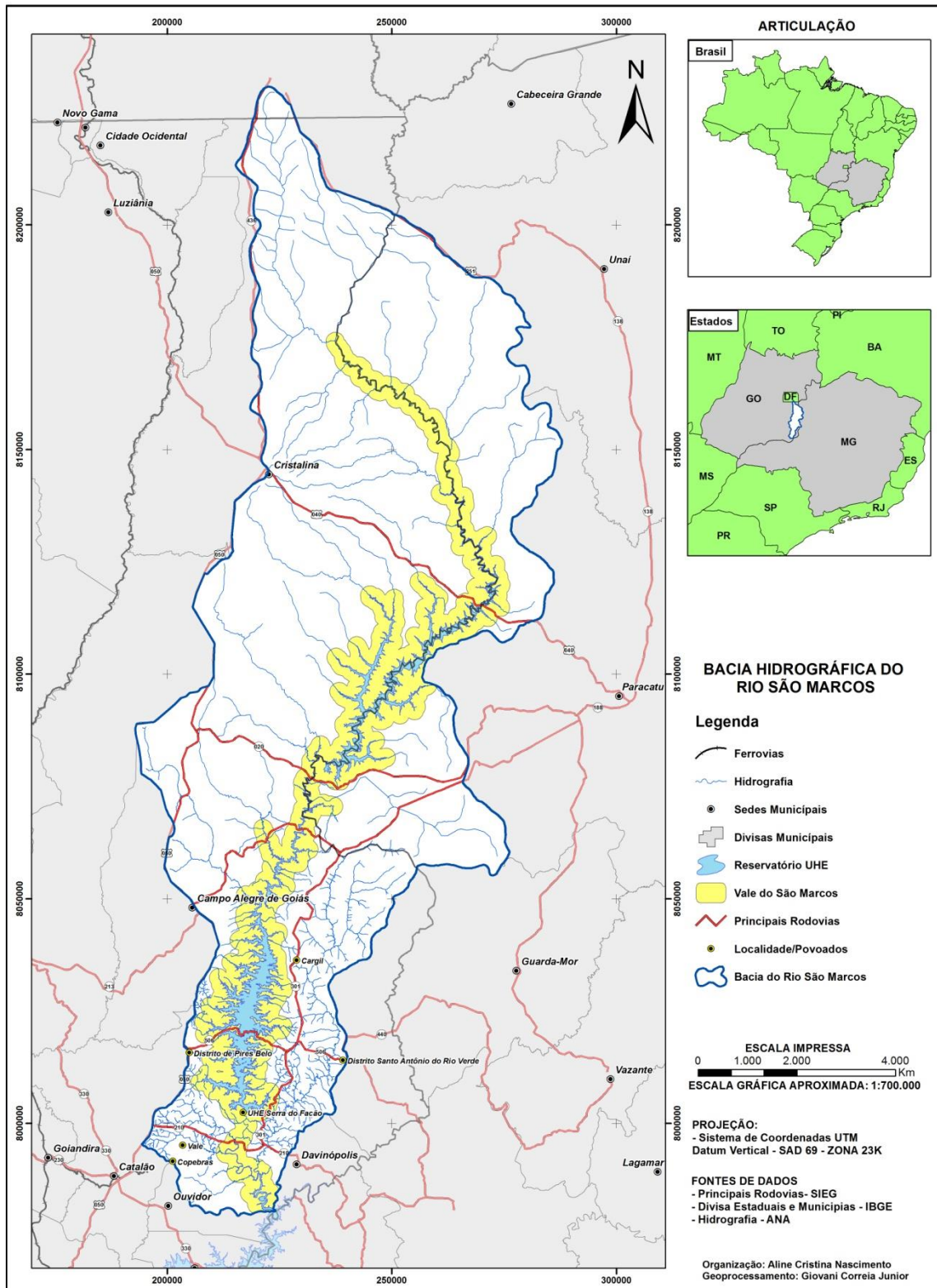
Como estudar o espaço geográfico é estudar a história da sociedade no processo de apropriação da natureza (SMITH, 1988), para a compreensão da atual configuração geográfica é fundamental conhecer o processo histórico de formação territorial e da realidade espacial (e seus arranjos) que se busca analisar. O espaço é testemunha material e dinâmico da história social.

Compreender as novas formas de uso da terra e as lógicas de apropriação dos recursos naturais no Vale do Rio São Marcos após a construção da hidrelétrica Serra do Facão é importante para se fazer uma análise histórica da formação desse território, para entender a ação dos camponeses e das classes sociais que se territorializaram historicamente nesse espaço.

1.1 A formação camponesa no Vale do Rio São Marcos

Dividido entre os Estados de Goiás e Minas Gerais, o Vale do Rio São Marcos, localiza-se no Centro-Oeste brasileiro, na Bacia do Rio Paranaíba. Apesar de uma parte do Rio São Marcos ter sido usada como divisa entre os Estados, o Vale do Rio São Marcos historicamente é integrado. Não é possível afirmar a existência de um Vale do Rio São Marcos no Estado de Goiás e de outro no Estado de Minas Gerais.

Em Goiás, abrange cinco municípios: Ouvidor, Davinópolis, Catalão, Campo Alegre de Goiás, Ipameri, Cristalina. No Estado de Minas Gerais abrange dois municípios: Paracatu e Unaí, como pode-se ver no mapa 01.



Mapa 01. Vale do Rio São Marcos/Bacia Hidrográfica do Rio São Marcos

A partir da exploração de ouro no noroeste de Minas Gerais, o Vale do Rio São Marcos começou a ser ocupado. Segundo o historiador Antônio de Oliveira Mello (1994), em 1744 o Coronel de Paracatu Tomás de Lago Medeiros já distribuía as datas de terras às margens do Rio São Marcos. A descoberta de ouro e diamante no próprio Vale do Rio São Marcos consolidou o seu povoamento.

Apesar da sociedade mineradora apresentar uma organização espacial balizada em atividades urbanas, concentradas nos arraiais de São Luiz e Sant'Anna das Minas de Paracatu, que em 1798 foi elevado à vila com o nome de Paracatu, já contava com uma prática agropecuária para manter os núcleos auríferos. O grande distanciamento do litoral e a decorrente dificuldade de abastecimento fizeram com a que a lavoura e a pecuária coexistissem com a extração do metal.

Aquela sociedade escapava do padrão de organização proposto pela Coroa portuguesa e uma massa flutuante de pessoas gravitava pelos caminhos entre as minas. Um sem número de moradores em sítios e roças espalhavam-se *irregularmente* pela extensa área territorial do Vale do Rio São Marcos.

Com a crise do ouro, as atividades agropecuárias passaram a dar sustentação à vida do Vale do Rio São Marcos. Ocorreu um (re)ordenamento territorial com centralidade nas atividades rurais e isso resultou em novas formas de apropriação da terra e em distintas relações de trabalho.

Mello (1994) ressalta que ao se constatar a crise do ouro o donatário da colônia em Paracatu recebeu ordem para doar parte de suas terras a qualquer pessoa que fosse cristão e que comprovasse as condições objetivas de fazê-las produzir (regime de Sesmaria). Descreve ainda que, muitas vezes, as posses delimitadas e repassadas a poucas famílias contavam com a presença de posseiros no seu interior. Ao longo do Vale do Rio São Marcos, principalmente em áreas que hoje é território goiano, houve a ocupação independentemente de qualquer formalidade, inclusive de grandes áreas. Dessa forma, a apropriação do Vale também se deu de forma a concentrar a terra, conjugando-se concessões de posse com outras práticas e formas de uso da terra praticada por sujeitos como meeiros e posseiros.

Com a decadência da mineração, no decorrer do século XIX, a criação de gado ganhou caráter comercial e a lógica concentracionista da terra se consolidou. A fazenda de gado foi a organização produtiva básica do processo de ocupação do Vale do Rio São Marcos. Não teve limites definidos e em geral o fazendeiro não possuía título legal da propriedade. No interior do estabelecimento ocorreu um processo de agregação de sujeitos que trabalhavam na

terra e forneciam alimentos para consumo na própria fazenda. A criação de gado necessitou da produção de alimentos, ao mesmo tempo, que a produção de alimentos ampliou a produção do gado e isso não significa apenas afirmar que uma produção existiu em função da outra, mas que uma não poderia existir sem a outra. Agricultura e pecuária, no interior das fazendas, não são passíveis de serem analisadas separadamente, conforme demonstra o depoimento de um camponês entrevistado:

[...] o gado era vendido pra longe, mas a roça dava de comê pra quem trabaíava com o gado e pro gado também. Muitas vez o dono da terra ia junto com os carrero, vendê o gado, mais os moradô ficava na terra, plantano. Como tinha muita gente, plantava muita coisa [...]. (Camponês expropriado, Sr. B. M., 77 anos. Davinópolis (GO). 22/04/2013).

Outra peculiaridade que ocorria nas fazendas de gado do Vale do Rio São Marcos e que também é analisada por Estevam (2004) nas fazendas de gado de outras regiões de Goiás é o fato do fazendeiro irmanar-se em acordo de ajuda mútua e convivências com seus agregados. Esse processo também é relatado pelos camponeses entrevistados no trabalho de campo:

[...] tinha famía que era dona de muita terra e deixava muitas famía morá e trabaíá nas suas terras. Não era como é hoje que a pessoa que tem muita terra coloca empregado e mora na cidade. Antigamente o dono da terra trabaíava com toda a sua famía igual a pião, não tinha diferença não. Todo mundo tinha a mão calejada. (Camponês expropriado, Sr. J. C. A., 83 anos. Município de Catalão – GO).

Essa forma de organização não apresentava características básicas para a formação de classes e, enquanto durou, não promoveu o divórcio entre os meios de produção e a força de trabalho. Os casos de atrito entre o fazendeiro e o agregado eram remediados com a mobilidade espacial, ou seja, o agregado se mudava para outra fazenda. Esses atritos não estimulavam ações que alterassem a estrutura concentrada da terra.

Apesar de não ter sido possível obter uma média do tamanho (em hectares) das fazendas de gado que se consolidaram ao longo do Rio São Marcos no final do século XIX e início do século XX, elas sempre são descritas como “um imensidão de terra”, “uma região inteira”.

Contudo, o crescimento das famílias e a dinâmica econômica que muitos municípios sofreram nas primeiras décadas do século XX alteraram a configuração fundiária no Vale do Rio São Marcos: as grandes fazendas deram lugar a diversas pequenas propriedades com características especificamente camponesas.

Como apontado, um dos caminhos que levou à desestruturação das grandes fazendas no Vale do Rio São Marcos foi o seu fracionamento por herança. Com famílias numerosas, a partilha da terra em diversas parcelas foi inevitável e forçou a maioria dos agregados a ganhar os rincões do país em busca de novas terras para trabalharem ou se assalariarem nos meios urbanos. O outro caminho foi o movimento de especulação e de transmissões fundiárias, que ocorreu em municípios como Catalão e Ipameri ao terem suas economias integradas ao mercado nacional. O dinamismo do avanço dos meios de transporte e comunicação, na década de 1930, trouxe também interesse nas terras do Vale do Rio São Marcos. Muitos imigrantes de Minas Gerais e São Paulo que não conseguiam adquirir terras nas proximidades das cidades foram buscá-las nos vales dos rios por lá elas apresentarem preços menos inflacionados, solos férteis e grande quantidade de água. Os fazendeiros sem capital para nelas produzir vendiam parcelas.

Dos levantamentos (cadeia dominial) realizados no cartório imobiliário da cidade de Catalão (GO), as escrituras ou datavam de meados do século XIX, a partir de quando eram fracionadas hereditariamente, ou tinham seu primeiro registro com a venda na década de 1930 – 1940, sem descrever precedentes.

O fato é que por meio desses dois movimentos o Vale do Rio São Marcos se tornou uma área formada majoritariamente por propriedades menores, com cerca de cinco alqueires. Contudo, há que se ressaltar que muitas áreas de tamanhos maiores foram preservadas devido à heterogeneidade de seus usos.

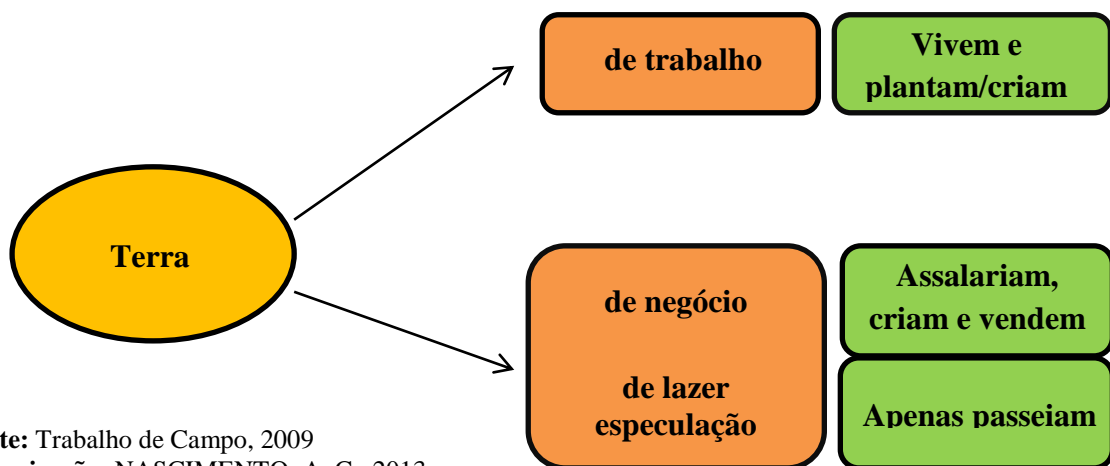
A desconcentração da terra deixou suas marcas. Como as grandes fazendas levavam o nome da família que dela era proprietária, a exemplo de fazenda Pires, fazenda Forquilha, fazenda Helena, fazenda Barreiro, quando elas eram fracionadas em diversas propriedades, que ganhavam nomes próprios, o nome da antiga fazenda de gado passava a ser o nome da “região”, ou seja, a delimitação geográfica ganhava ou continuava com o nome da família que tinha concentrado grande quantidade de terra naquele local, mas com uma nova configuração territorial: a grande fazenda deu lugar a várias pequenas propriedades. Dessa forma, no vocabulário camponês, *região* é a formação sócio-territorial construída a partir de sua territorialização na área onde antes era uma grande fazenda de gado. Um camponês descreve bem esse processo:

Aqui nessa região que chama Pires e que hoje tem muitos donos, foi tudo uma fazenda só. Era da minha família, Pires. Depois que o pai deu uns pedaço pra nós e vendeu outros continuou chamando Pires. Só muda o nome da região quando começa um lugá que era fazenda de outra família. (Camponês Expropriado, V. M., 62 anos. Catalão (GO), 26/05/2009).

O fracionamento das grandes fazendas reordenou o Vale do Rio São Marcos e novas e distintas formas de uso da terra e de relações de trabalho apareceram. Apesar das propriedades camponesas destinadas à agricultura e à pecuária para o autossustento e para a comercialização em mercados locais, baseadas no trabalho familiar serem maioria, outros usos também foram dados às terras do Vale, como a criação extensiva de gado, utilizando trabalho assalariado e a especulação imobiliária.

As funções dadas à terra pelos diferentes sujeitos que a ocupam revelam a heterogeneidade dos seus usos. Assim, a propriedade privada será de dois tipos: a capitalista ou *terra de negócio* e a camponesa ou *terra de trabalho*. “Depois que os pequenos também virô dono das terras é que nós viu quem queria o quê; quem não queria trabaiá na terra vendeu e muita gente graúda lá da cidade comprô só pra criá gado, nem morava aqui; tinha era empregado [...], outro comprô só pra vim passia” (Camponês Expropriado, Sr. G. da S., 51 anos. Catalão. 06/05/2009). O fluxograma abaixo esclarece esse processo:

Figura 01 - Fluxograma: categoria de uso da terra



Fonte: Trabalho de Campo, 2009
Organização: NASCIMENTO, A. C., 2013

Como pode-se ver a terra ganha diferentes funções dependendo do sujeito que se apropria dela, bem como de seus objetivos. Contudo, há que se ressaltar que essas funções se hibridizam na complexa teia da realidade e muitas vezes a terra na qual se extrai a mais-valia com o assalariamento na produção de grãos ou carne também é terra de especulação.

Na propriedade capitalista, a terra constitui-se em objeto de negócio, seja pelo fato de consistir em instrumento de exploração do trabalho alheio, isto é, de extração de mais-valia, seja pelo fato de poder ser instrumento de especulação. Mas, para o camponês, a propriedade é *terra de trabalho* e está restrita à exploração pelo trabalho familiar. É

instrumento de sobrevivência da família. Essas diferentes funções dadas à terra, *terra de trabalho* e *terra de negócio/especulação*, só são explicadas pelo caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo, que comporta e torna funcional tanto uma quanto outra função dada à terra.

No Vale do Rio São Marcos encontravam-se proprietários capitalistas – os chamados pecuaristas –, especuladores (proprietários que compram a terra para revendê-la por um preço maior) e camponeses. Isso porque a própria formação do território evidencia a combinação de variáveis unidas em um complexo e contraditório arranjo espacial.

Ruy Moreira (2007) ensina que o espaço é retrato de seu tempo e a década de 1980 trouxe novas configurações espaciais para o Vale do Rio São Marcos. As transformações espaciais ocorridas com a modernização da agricultura e a intensificação da agroindustrialização também afetaram o território camponês, sobretudo em sua delimitação. As áreas planas, também conhecidas como chapadas eram utilizadas pelos moradores do Vale do Rio São Marcos como pastagem para o gado. Uma extensão das terras férteis e íngremes do Vale que todos poderiam utilizar quando achassem necessário, uma certa *área coletiva*.

A implantação do agronegócio de grãos nessas áreas delimitou o território de camponeses e pecuaristas apenas às áreas próximas à calha do rio. As terras que antes eram utilizadas para soltar o gado foram destinadas para a monocultura de grãos após sua expulsão.

Além disso, conforme retrata Mendonça (2004), a implantação de inovações técnicas e tecnológicas, dadas como novas formas produtivas, alterou significativamente as relações sociais de produção atingindo as relações dos camponeses com a terra de trabalho. Isso fica claro no depoimento de um camponês expropriado do Vale do Rio São Marcos:

Até a década de 80 aqui nesse Vale morava muita gente, muita gente mesmo, que produzia de tudo o que ocê pensá. Mas, quando os paulista e gaúcho começô a chegá lá na chapada e o povo via aquele mundo de tratô, veneno e um mundo véio de roça de soja prefiriu largá a rocinha que dava pouca renda e foi trabaia de pião nas fazenda dos grande ou lá na cidade. As coisas mudô muito; a terra deixô de sê pra plantá e passô a sê pra ganhá dinheiro. Com a chegada desse povo mudô o jeito de vê a terra. (Sr. J.V., 49 anos. Campo Alegre (GO). 07/06/2009).

A instalação de empresas rurais, a partir da década de 1980, nos municípios cortados pelo Vale do Rio São Marcos, criou uma nova matriz espacial na qual o agronegócio é o modelo de agricultura por opção do capital e do Estado, provocando, nas Comunidades Camponesas, uma confusão ideológica. Ao se territorializar e monopolizar a região o agronegócio criou uma pseudo-hegemonia em que qualquer outra função dada à terra (a exemplo da terra de trabalho dos camponeses) é tida como atrasada e sinônimo de pobreza.

Esta estereotipação dos camponeses e a falta de políticas públicas que eles sofreram, e sofrem, os expulsaram de suas terras e os levaram/levam a buscar melhores condições de vida para suas famílias nas cidades.

Na mesma direção veio o discurso das classes dominantes e de seus intelectuais de que o território camponês (Vale) que *sobrou* da modernização da agricultura estava vazio, porque não estava ocupado pelo agronegócio, justificando a implantação de grandes projetos como a hidrelétrica Serra do Facão que inundou trezentos e quatorze quilômetros quadrados de terras camponesas. Como o espaço era tido como *vazio*, por só ter camponeses, poderia ser ocupado por empresas privadas e/ou estatais que representassem o progresso, sem considerar qualquer territorialidade pré-existente.

No Vale do Rio São Marcos os camponeses que (re)existiam em 2010, momento de formação do lago da hidrelétrica Serra do Facão, eram centenas de famílias camponesas que, com seu labor na terra, vinham se reproduzindo naquele território por gerações.

1.2 A formação das Comunidades no Vale do Rio São Marcos

Ao se concentrarem em regiões, delimitações geográficas definidas pelas grandes fazendas de gado, os camponeses definiram sua paisagem. Ou seja, ambientalizaram-se a partir de suas relações de convívio e de trabalho e firmaram o enraizamento territorial fundante das “regiões” que, mais tarde com a ação da Igreja Católica, passaram a se chamar Comunidades.

Os camponeses que se estabeleceram no Vale do Rio São Marcos, cultivando roçados e formando pastos, também cultivavam e formavam estreitas relações de parentesco e vizinhança carregadas de afetos, respeito, solidariedade e conflitos que fundamentam a sua vida em Comunidade. A família é o centro da vida camponesa, primeiro lugar de sociabilidade. Com vizinhos e parentes continua-se essa sociabilidade. E assim constituem-se, reforçando-se mutuamente, o grupo familiar e a Comunidade.

A solidariedade estende-se a todas as áreas da vida, festas, religião, nascimento, doenças, morte, inclusive às atividades laborais. É comum o relato de mutirões, troca de dias de serviços entre os membros de uma mesma localidade.

Enquanto no operário manifesta-se o indivíduo, o fragmento a que ele foi reduzido pela contratualidade das relações sociais, no camponês manifesta-se a *pessoa*, o ser inteiro ainda que mediado pela coisificação da mercadoria [...]. A consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários. É mais uma

consciência afetiva de pertencimento a um sujeito coletivo real, um corpo natural de que se faz parte desde sempre, desde o nascimento. [...] Por isso, nas comunidades camponesas [...] o trabalho e a festa se mesclam nos mutirões, nas festas celebrativas do fim da colheita. (MARTINS, 2002, p. 75, grifo do autor).

Certamente, muitas outras características fazem parte do conceito de camponês. Nesse momento, é preciso lembrar que, como a maioria dos outros conceitos, o conceito de camponês pode atender a várias posições teórico-políticas, mas aqui será tomado para servir à compreensão das relações reais desses sujeitos, como recomenda Shanin (1980).

Uma leitura apressada, por exemplo, da centralidade da família e da solidariedade nas Comunidades Camponesas poderia indicar um caráter individualista dos camponeses, ao se observar que eles remetem todos os seus esforços para a manutenção e reprodução de seu núcleo familiar e de seu grupo. Contudo, esse processo representa a busca pela autonomia de dispor de seu tempo, espaço e saber, de acordo com as tradições construídas ao longo de gerações, além de garantir a sua reprodução. E, com isso, eles não se fecham para o mundo, não se tornam sujeitos passivos e incapazes de pensar e/ou influenciarem projetos políticos mais amplos, até porque isso significaria a perda da dimensão contraditória do desenvolvimento social, descaracterizando os embates e conflitos próprios do movimento da realidade.

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades linguísticas dos intelectuais ou ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de *capitalismo*, *proletariado* e, é claro, *modo de produção*, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. Tem-se dito corretamente que *o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância*. É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais. O camponês é uma mistificação principalmente para aqueles que são propensos a se tornar mistificados [...]. Em última instância, os conceitos devem servir não *a uma questão de reconciliação dialética de conceitos*, mas *à compreensão das relações reais*. [...] excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou. (SHANIN, 1980, p. 76-77, grifos do autor).

Nesse sentido, o conceito de camponês é aplicado aos sujeitos que vivem e trabalham na terra como *sujeitos criadores de sua própria existência*. Embora “camponeses” possa não ser a autodenominação de muitos dos atuais e ex-moradores do Vale do Rio São Marcos que, devido a um intenso trabalho de ideologização de vários setores da sociedade

capitalista, se intitulam “pequenos agricultores” ou “produtores”, “sitiantes”, e em alguns casos até “fazendeiros”, é o conceito de camponês que pode explicar suas existências.

As análises de quaisquer fatos relacionados aos camponeses e *seu modo de ser e de viver* devem considerar ainda que o “campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social ampla” (SHANIN, 1980, p. 63), portanto, ainda que apresente especificidades, pode ser compreendido pela contraditória reprodução capitalista do capital. Partilhando dessa compreensão, Calabi e Indovina (1992) ensinam que “[...] existe um ‘uso’ do território, por parte do capital, diverso e sujeito a contínuas modificações, em correspondência com as diversas fases de desenvolvimento do processo produtivo” (CALABI; INDOVINA, 1992, p.57). Para os autores, o território está imbuído de intencionalidades e ações políticas que se materializam na contradição dialética do capitalismo, ou seja, o uso dado ao território pelos camponeses é diferente do uso dado por empresas construtoras de barragens hidrelétricas, por exemplo.

Ao estarem territorializadas num determinado território (estar no), as famílias camponesas estabelecem relações que lhes permitem criar uma identidade (ser da) individual e social e, portanto, formar uma comunidade, uma unidade territorial (CRUZ, 2007).

No Vale do Rio São Marcos existiam diversas Comunidades. As pessoas de um lugar do Vale, de uma Comunidade, se referiam a essa unidade territorial como “regiões”, seguindo a delimitação geográfica dada pelas antigas fazendas de gado e reconstruída após a ambientalização camponesa. Diziam, por exemplo, “eu sou de *tal* ou *qual* região”. Mas, a partir do final da década de 1960, com a organização das CEBs – Comunidade Eclesial de Base a palavra que entrou em uso foi “Comunidade”, porque a Igreja Católica formava uma CEB aproveitando uma organização sócio-territorial informal já existente e, como entre os camponeses predomina o catolicismo, adotou-se também a palavra “Comunidade”.

A Igreja Católica, a partir das CEBs, se apropriou da delimitação geográfica e da sociabilidade construída pelos camponeses nas “regiões” e alterou o nome para Comunidade. Isso é tão verdadeiro que grande parte dos camponeses entrevistados ao se referir ao espaço físico e social onde moravam deixaram de fazer referência à “região” e passaram a adotar tão somente o termo “Comunidade”. A palavra “Comunidade” guarda os sentidos de comunidade religiosa e comunidade “social”. Isso fica claro no depoimento de uma camponesa, expropriada do Vale do Rio São Marcos:

O que mais sinto falta é da comunidade. Lá a gente se juntava para batê pasto, limpá rêgo, fazê farinha. Um ajudava o outro. Quando a Igreja chegou a gente se reunia nas missas e nos terços. [...] Muita gente morava na região da Anta Gorda, mais nem todo mundo era parte da comunidade. Muita gente

não participava, só morava lá, né. Tinha gente que nem era pequeno agricultô e não misturava com nós e, quando falava pros outro onde morava, falava o nome da fazenda e não o nome da comunidade. Nós não era assim, nós era da comunidade Anta Gorda, porque nós participava. [...] quem participava aprendeu a gostá um do outro; criô um laço forte que eu achava que não ia acabá; mais, quando a barrage chego, acabô; acabô a *Comunidade*. (Sra. N. C. O. 48 anos. Catalão (GO) 23/04/2013, grifos nossos).

As CEBs também foram criadas nas cidades, que sediavam as paróquias às quais estavam ligadas as CEBs do campo. Cada CEB possuía um coordenador, um vice-coordenador, que muitas vezes eram os camponeses que já tinham maior liderança na região, dois tesoureiros e um conselho fiscal. Esses dirigentes tinham como tarefa mobilizar e animar a Comunidade dentro dos princípios do Evangelho e participar dos encontros paroquiais nos quais se reuniam os representantes de todas as Comunidades. Eram também construídos Centros Comunitários que serviam de base para uma Comunidade ou para um conjunto delas. Quando uma unidade territorial antes estabelecida pelos camponeses era formada por poucas famílias, a CEB as agrupava. Dessa forma, o que é chamado de Comunidade na atualidade, em muitos casos, é a junção de várias unidades territoriais que os camponeses tinham organizadas no passado. Veja-se o depoimento de uma camponesa expropriada.

[...] acontecia de muitas vezes a CEB reunir várias comunidade em uma só. Quando o lugá tinha pouca gente, a gente se reunia com a comunidade vizinha e para a Igreja era uma só comunidade. E com o passá do tempo ficô sendo. Mas isso foi bom porque assim todo mundo usava o centro comunitário. (Sra. J. S., 71 anos. Campo Alegre (GO). 28/04/2013).

Na maioria das vezes, junto ao Centro Comunitário (*sede comunitária*) de uso comum era construído um campo de futebol ou o contrário: foram construídos Centros Comunitários onde já existiam campos de futebol. O campo de futebol era, do ponto de vista do lazer, o espaço responsável pela aproximação das famílias nos fins de semana, sem distinção de gênero e idade.

O que também era bom demais lá na comunidade antes da barrage era os jogo de futebol lá no campo. Os menino e os home ia jogá, mais nós ia tudo pra vê. Juntava um mundaréu de gente e fazia até torcida. Era só brincadeira, mais nós aproveitava pra pôr a conversa em dia [...] (Camponesa expropriada, Sra. L. C. A., 42 anos. Catalão (GO). 25/04/2013).

A área onde eram construídas essas estruturas era doada à Igreja por uma das famílias camponesas. Representavam realmente o centro da Comunidade, não importando a sua localização no interior da mesma. As Comunidades Camponesas eram constituídas pelos

habitats dispersos, caracterizadas por inúmeras casas isoladas entre si. Não existia agrupamento de casas no Vale do Rio São Marcos. Através do desenho (croqui), conforme a figura 02, um camponês demonstra como era a organização sócio-espacial da maioria das comunidades.

Figura 02. Croqui esquemático de uma Comunidade no Vale do Rio São Marcos.



Autor: MESQUITA, N. 28/04/2013.

Como pode-se ver, a espacialização das propriedades camponesas acompanhava o leito do rio de forma dispersa, mas o centro comunitário e o campo de futebol aglutinavam as famílias. Em geral os Centros Comunitários recebiam como denominação o nome de um santo, que se tornava seu padroeiro e que, na maioria, já contava com grande devoção no lugar e em homenagem do qual já eram realizadas festas que, então, passam a ser realizadas nos Centros Comunitários, sob a supervisão da Igreja Católica.

Contudo, as festas para homenagear os santos padroeiros antes dos Centros Comunitários eram completamente diferentes das festas realizadas depois deles, neles. Essas festas eram realizadas nas casas dos devotos, passando de uma casa para outra a cada ano, quando não eram tidas como de responsabilidade ou obrigação de uma só família. A festa durava vários dias, em geral nove, e tinha a parte religiosa, como a reza do terço durante os nove dias (novena) e a parte festiva, com dança, leilões, comida e bebidas. Cândido (1977, p. 144) relata as festas realizadas nas casas dos camponeses: “Uma das principais obrigações do festeiro é oferecer alimento, a qualidade e a quantidade deste é um dos critérios para avaliar a sua eficiência e define o seu prestígio”. Mas, o festeiro não fazia nada sozinho, contava com a ajuda de pessoas de perto, e até de longe que tivessem alguma ligação com o lugar. Ajudava-

se na preparação das comidas, no enfeite do rancho, na organização do altar e com doação de prendas para os leilões.

Nos Centros Comunitários aconteciam reuniões diversas, mas principalmente as atividades religiosas. Um Centro Comunitário, para a Igreja Católica, no campo ou na cidade, não tem o mesmo grau de importância que uma igreja ou capela para a própria Igreja. Mas, no campo, para os fiéis, o centro comunitário oficializa a prática religiosa, que antes não era alcançada pela Igreja. E mesmo em comunidades onde o centro comunitário já tinha sido desativado por condições precárias nas estruturas, os camponeses mantiveram a prática de se reunirem mensalmente realizando as rezas em suas casas, no sistema de rodízio, porque o mesmo movimento de aproximação dos fiéis que propiciou a criação das CEBs levou a Igreja Católica a fazer um trabalho para que membros da Comunidade se tornassem ministros (da palavra, da Eucaristia) e conduzissem oficialmente alguns rituais da Igreja para os fiéis. Assim, mesmo com o relativo enfraquecimento das CEBs, através dos ministros, a Igreja mantém-se muito mais presente na vida dos camponeses em todos os lugares, mas principalmente nos mais afastados.

Nas comunidades do Vale do Rio São Marcos cabia aos ministros conduzir os eventos religiosos, como os terços e as celebrações, seja no centro comunitário ou no rodízio das casas. A eles também cabia conduzir toda a parte religiosa das festas em devoção ao padroeiro da Comunidade. Nesses eventos sempre havia uma fusão entre a devoção e a diversão. As atividades religiosas sempre eram seguidas de festas, grandes ou pequenas. Dos recursos financeiros arrecadados nas festas uma parte era destinada à manutenção dos próprios centros comunitários, ou ampliação ou reforma, outra era destinada à paróquia à qual pertenciam.

Esse processo apresenta uma particularidade em relação às atividades religiosas (celebrações e missas) nas cidades em que estas contam com um número maior de pessoas, muitas vezes estranhas umas às outras, o que contribui para dissolver a identidade comunitária porque não há um forte círculo de relações entre as pessoas. Nas Comunidades Camponesas, das atividades religiosas da Igreja Católica, como celebrações e missas, as pessoas que participam são todas conhecidas e/ou amigas umas das outras. Por isso essas atividades eram valorizadas também como ponto de encontro da Comunidade.

Nas Comunidades Camponesas do Vale do Rio São Marcos os Centros Comunitários cumpriam a dimensão do festejo e do sagrado. Por serem espaço do sagrado, eram ornamentados com flores e imagens de santos e mantidos limpos. Embora

permanecessem fechados boa parte do mês, não era difícil encontrar mulheres se revezando para realizar a limpeza do local.

Nesse contexto, a Comunidade, após a organização da Igreja Católica, mantém o princípio estabelecido entre vizinhos e parentes, mas ganha nova sociabilidade dada pela religiosidade institucionalizada. Em muitos casos, esse movimento de transformação não foi pacífico porque muitas famílias resistiram em desativar as suas capelas e passar a exercer sua devoção comunitariamente.

1.3 AS PESSOAS, O TRABALHO E A TERRA: a ordenação territorial camponesa no Vale do Rio São Marcos

Partindo do pressuposto de que toda reprodução social se faz a partir do espaço e o tem como resultado, pode-se afirmar que o “espaço é história” (MOREIRA, 2007, p. 62) e, portanto, é dinâmico, tendo em vista o imbricamento de diferentes variáveis (objetos e relações) em sua constituição. Por serem condicionantes e, ao mesmo tempo, condicionadas pelo movimento da realidade, a combinação dessas variáveis se manifesta em um “arranjo espacial” que, nas palavras de Moreira (2007, p. 75), nada mais são do que formas e conteúdos propriamente geográficos instituídos pelos sujeitos sociais.

O território não é o espaço; é o recorte de domínio, é a apropriação do espaço (MOREIRA, 2007, p. 90). Nessa perspectiva, o território é um espaço transformado pelo trabalho ali contido, o qual é delineado por estratégias de organização e controle. Portanto, essa apropriação não é uma ocorrência natural, mas um dado concreto da luta dos homens e mulheres pela sua sobrevivência. Essa compreensão permite afirmar que o território se inscreve em um campo de poder.

Se o território, assim como o espaço, reproduz a própria lógica do modo de produção a que pertencem, no capitalismo ele não é homogêneo, podendo conter frações com relações não-capitalistas. No campo, essas frações são os territórios camponeses. O que os define é uma combinação de singularidades: terra, trabalho e família, que se manifesta em “arranjo espacial”: as comunidades e as propriedades camponesas (chamadas simplesmente de “terra” pelos camponeses entrevistados).

O Vale do Rio São Marcos, antes da construção da hidrelétrica Serra do Facão, não era homogêneo nem do ponto de vista físico, nem do econômico e muito menos do

político-administrativo, uma vez que ele se distribui em seis municípios de dois estados diferentes: Catalão, Davinópolis, Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Cristalina no Estado de Goiás e Paracatu, em Minas Gerais.

A área apresentava (apresenta) solos diferentes que produzia uma diferenciação geográfica significativa, no tocante à sua utilização econômica. Os solos ou eram “terra de cultura” ou “terra pedregosa”, sem uma divisão rigorosa entre eles.

Nas propriedades camponesas em que predominavam os solos mais férteis (terra de cultura) verificava-se a presença de pastagens combinadas a lavouras de até médio porte, como é o caso do milho e da cana de açúcar, que os camponeses não comercializavam, transformavam em alimento para o gado leiteiro, o que, consorciado com a pastagem, resultava em maior produção de leite, com considerável destaque no comércio da região. As propriedades que apresentavam solos pedregosos (com baixa fertilidade) impunham maior desafio às famílias camponesas para a geração de renda monetária, razão pela qual desenvolviam uma combinação mais expressiva de atividades, como por exemplo, a produção de queijos, requeijões e doces, o que demandava mais força de trabalho da família. Assim, por mais que as condições pedológicas não fossem determinantes, a limitação físico-química do solo afetava/afeta (ou ao menos dificultava/dificulta) a renda camponesa.

Nas propriedades menores, de até vinte hectares, que apresentavam manchas de solos derivados do basalto (fertilidade maior), o milho, por ser a fonte de proteína da alimentação dos animais, era a lavoura principal, ainda que as culturas intercalares de arroz, feijão e tubérculos fossem expressivas para o consumo da família.

Nas respostas dos camponeses, quando perguntados sobre o que plantavam, os que dispunham de maior quantidade de solos férteis foram incisivos em relação à produção de leite a granel. Foram necessárias horas de conversas para descobrirmos que a essa atividade se combinava o plantio de milho, arroz, hortaliças, mandioca, batata, frutas etc. Nas conversas sobre suas produções, então, foi possível perceber que os camponeses contabilizavam apenas os cultivos e/ou atividades que lhes asseguravam renda monetária, omitindo ou desprezando a produção para o autoconsumo. Já a maior parte dos camponeses que tinham à sua disposição apenas manchas de solos férteis, ao responderem à mesma pergunta, logo diziam: *um pouco de tudo*. A dificuldade em obter renda suficiente para a satisfação das necessidades parece ser a principal razão da diversificação da produção.

De qualquer modo, nas propriedades camponesas do Vale do Rio São Marcos predominavam as pastagens e, conseqüentemente, a pecuária leiteira. Embora a venda de leite

a granel já ocorresse mesmo antes da obrigatoriedade do uso de tanques de resfriamento, quando o leite era posto em latões recolhidos todos os dias pelos laticínios, era mais comum encontrarmos nas propriedades a “casinha do queijo”, onde o leite era transformado em queijos que eram comercializados com os “queijeiros” (intermediários que os compravam na propriedade camponesa). Na foto 01 pode-se ver uma camponesa lidando na “casinha do queijo”.

Foto 01: Camponesa lidando na “casinha do queijo



Autora: NASCIMENTO, A. C. 05/06/2009.

Era incomum a presença de tratores ou de qualquer outro tipo de maquinário, inclusive a ordenha mecânica, nas propriedades camponesas que compunham o Vale do Rio São Marcos. Já a relação de consumo e venda dos camponeses se dava com a cidade mais próxima de suas casas e não necessariamente com a cidade sede do município ao qual pertenciam.

Considerando-se que a organização territorial mostra como são elaboradas as formas de existência dos camponeses e as consequências de serem expropriados, há que se verificar mais acuradamente também as relações estabelecidas entre as famílias, ou seja, é preciso analisar a Comunidade.

A Comunidade Camponesa no Vale do Rio São Marcos é entendida como núcleo agrário, onde são mantidas relações de vizinhança e parentesco como estratégia de reprodução social. A existência camponesa não se limita à propriedade nem as propriedades camponesas formam um todo contínuo, muitas são cercadas por propriedades tipicamente capitalistas.

Assim, como retrata Oliveira (2009), o território está marcado por esta unidade contraditória: o uso capitalista propriamente dito e o uso camponês. A dinâmica desses dois usos também revela a correlação de força entre classes sociais. Quando o uso capitalista se expande, destrói ou diminui o uso camponês e muitas vezes isso chega a representar uma hegemonia, como é o caso da monocultura nas chapadas do Cerrado. Quando o uso camponês se expande e o capitalista se retrai, o domínio camponês se instala.

O fato de propriedades camponesas estarem rodeadas ou “às bordas das propriedades capitalistas” não é suficiente para descaracterizá-las. Almeida (2006) é enfática ao dizer que a distribuição espacial não torna as unidades camponesas menos camponesas, até porque não se pode considerar homogêneo o território. É a essência e o estabelecimento de relações sociais, principalmente de trabalho, que fazem as propriedades serem ou não camponesas. Por exemplo, nem todas as propriedades que se encontravam nos limites do Vale do Rio São Marcos eram camponesas.

Portanto, não se considera a noção de continuidade ou dispersão geográfica na definição de propriedades ou Comunidades Camponesas, mas a teia de relações estabelecidas capaz de caracterizar uma fração do território. A comunidade camponesa é instituída por uma lógica singular que, ao mesmo tempo em que é individual, centrada na autonomia camponesa, é também comunitária face às mais diferentes sociabilidades estabelecidas entre as famílias de uma Comunidade.

Embora não seja possível descrever um arranjo espacial único, nas Comunidades Camponesas predominavam as pequenas propriedades com moradias dispersas. As habitações estavam usualmente situadas em áreas planas do fundo do Vale, nas proximidades dos cursos d'água, cercadas de árvores frutíferas e benfeitorias, como paiol e curral, mas não se pode falar em um padrão, pois no Vale havia camponeses pobres, remediados e até alguns ricos, do ponto de vista da poupança em dinheiro. A maioria das casas era de alvenaria, com água encanada, energia elétrica, televisão, geladeira, fogão a gás etc., o que demonstrava que as famílias conseguiam auferir renda do trabalho na terra. Na foto 02 pode-se visualizar a casa e seu entorno no Vale antes da construção da barragem Serra do Facão.

Foto 02. Casa Camponesa e seu entorno: “casinha de queijo”, curral, quintal, ...



Autor: NASCIMENTO ROSA, M. C. 12/06/2009.

Assim, é na Comunidade que culminam essas combinações do *modo de ser e de viver* cultivado nas práticas cotidianas e ela traduz uma unidade territorial singular. E isso imprime uma identidade que não é possível ser pensada apenas do ponto de vista da reprodução material das famílias.

Pelo convívio que estabeleci em diversas Comunidades do Vale do Rio São Marcos antes da construção da hidrelétrica Serra do Facão e do enchimento do reservatório, diria que o espaço extrapropriedade de maior importância para as comunidades eram os Centros Comunitários e os campos de futebol, onde ocorria a vida comunitária, já que as escolas que existiram na área já haviam sido todas fechadas, antes, não devido à construção da hidrelétrica, mas devido a outros motivos, entre os quais, a nucleação das escolas rurais dada pela opção do Estado em acabar com essas escolas como uma forma de expulsar os camponeses da terra de trabalho.

As diferentes formas de ajuda mútua também eram referência na lógica de reprodução do campesinato. E sempre ocorriam pelas relações de vizinhança e/ou de parentesco. Reconhecer essas relações nos permite, mesmo que não seja possível uma perfeita determinação temporal, localizar no tempo e no espaço o processo de territorialização dos camponeses no Vale. Quando as relações de parentesco eram predominantes entre os

membros de uma Comunidade, estávamos diante de um processo de territorialização camponesa mais consolidada e mais antiga. Assim, quando ouvíamos a expressão: “aqui é todo mundo meio aparentado”, sabíamos que a recriação da família camponesa no local já vinha de várias gerações. Prevalencia a herança na transferência da terra. Evidentemente, a terra ia sendo dividida em partes cada vez menores. Muitas propriedades camponesas adquiridas por herança ou mesmo por compra já eram tão pequenas que quando eram deixadas por herança novamente não compensava dividi-las. Nesses casos, vendia-se, aumentando a quantidade de não parentes, ou um dos herdeiros comprava toda a propriedade. O certo é que as relações de vizinhança se devem à proximidade geográfica, mas também cria a identidade que serve de base para a ajuda mútua.

As práticas de ajuda mútua dependiam do decorrer dos ciclos agrícolas. Os “mutirões” e as “trocas de dia de serviço” eram as mais praticadas, como conta o camponês expropriado da Comunidade Paulista no município de Campo Alegre de Goiás:

Era assim, ó, fia, que as coisas acontecia: o nosso ganho sempre foi pôco, se pagava pião não sobrava nada e também, quando deixava o pião sozinho, o serviço não saía direito; então nós fazia mutirão para batê pasto. No mutirão a gente ia por ferra, era muito divertido. Nós trabaiava e o dono da roça dava a comida. Era muitos home num mutirão. Já a troca de dia de serviço as vez era só dois. Eu ia ajudá o vizim hoje e amanhã ele vinha ajudá eu. Assim era mais fácil trabaiá. (Camponês expropriado, Sr. J. S., 62 anos; Campo Alegre de Goiás. 28/04/2013).

Os mutirões e a trocas de dias de serviço possibilitavam o equilíbrio da demanda da força de trabalho principalmente nos períodos em que se intensificava o trabalho. Também havia casos em que os camponeses resolviam essa necessidade com contratações temporárias recorrendo ao dispêndio monetário. Pagavam, muitas vezes, outro camponês, para ajudar na lida, na colheita, por exemplo. A jornada de trabalho impunha-lhes um ritmo que na maioria das vezes lhes tomava o dia todo, fazendo com que a convivência comunitária ficasse reduzida, em certas épocas. Contudo, isso era suprido na valorização que os camponeses davam aos encontros e às relações pessoais.

A dissolução dos laços de solidariedade dificulta a permanência dos camponeses em determinado lugar, como veremos no capítulo quatro. Isso talvez se configure como um fator de vulnerabilidade até maior do que o desencontro entre o preço e o custo de produção, para o qual as famílias camponesas desenvolvem diferentes estratégias.

Nas propriedades camponesas em geral havia uma divisão de trabalho conforme a idade e o gênero, embora essa divisão não apresentasse rigidez absoluta. Cuidar da horta, do quintal, das criações era tarefa das mulheres e das crianças. À mulher também cabia o zelo da

casa, da roupa, o preparo das refeições e a produção de queijos. Além de trabalharem na roça quando necessário, principalmente em época de colheita. Os homens ficavam com a responsabilidade de tirar o leite, cuidar dos pastos e da roça e estabelecer a relação com o comércio.

Quanto aos “objetos espaciais” das propriedades camponesas, igualmente parecia prevalecer um padrão. Na frente das casas havia uma área de chão batido, um terreiro, limpo, com algumas flores plantadas nas bordas, voltado para quem chegava. Para esse terreiro abria-se a porta da sala, por onde entravam as visitas “de cerimônia” (Foto 03). As pessoas íntimas da família entravam pela porta dos fundos, que dava acesso direto à cozinha ou passavam pela porta da sala e iam direto para a cozinha, que também tinha o seu terreiro. Em muitas casas era possível encontrar até um cercado em volta dos terreiros para evitar a entrada de animais, como as galinhas, que porventura pudessem estragar as plantas ou mesmo sujar a casa.

Foto 03: Casa Camponesa no Vale do Rio São Marcos



Autora: NASCIMENTO, A. C. 06/06/2009.

Muitas casas contavam com duas cozinhas. Uma, semiaberta onde ficava o fogão à lenha, o estoque de alimentos e a mesa onde a família fazia a refeição e também onde recebia as visitas informais para o café e o pão de queijo. Apesar de terem o fogão a gás, na outra cozinha, ele era pouco utilizado, porque todos os alimentos que precisavam de mais tempo no fogo, como feijão, doces, frango etc. ou até mesmo o café eram preparados no fogão à lenha. Na foto 04 pode-se ver a utilização do fogão a lenha.

Foto 04: Camponesa utilizando o fogão a lenha



Autora: NASCIMENTO, A. C. em 06/06/2009.

Na minha convivência com as famílias do Vale do Rio São Marcos não pude deixar de observar como são fartas as suas refeições. Em todas as casas onde entrávamos éramos muito bem servidos, não importando a hora.

Nas partes mais aplainadas das propriedades era possível encontrar as roças (arroz, milho, feijão etc.), assim como as pastagens, onde eram criadas as vacas de leite e alguns cavalos. As vacas podem ser consideradas a poupança dos camponeses porque garantiam não só o leite, mas uma cria por ano, que podia ser vendida sempre que houvesse uma necessidade urgente de dinheiro. Todavia, quando a pastagem era insuficiente os camponeses se viam obrigados a fazer um controle do rebanho ou até mesmo alugar pastagem que o vizinho tivesse disponível.

Entre os camponeses do Vale do Rio São Marcos o critério para avaliar riqueza e pobreza, bem como se a colheita tinha sido boa, era a satisfação das necessidades de consumo da família. Em seus relatos nunca davam ênfase à colheita que estava por vir, mas sempre à colheita anterior.

Isso porque a alimentação era sempre garantida pela colheita anterior. Era outra compreensão do tempo. Um trabalhador da cidade utiliza sua renda mensal para pagar o que consumiu no mês ou para comprar o que vai consumir no próprio mês, ou seja, nesse caso, se trabalha para comer. Pode-se dizer que, ao contrário, o camponês come para trabalhar. Para produzir seu sustento há um ciclo a ser respeitado: preparar a terra, esperar a chuva para

plantar, esperar a chuva e o sol para o desenvolvimento do plantio até a granação, a maturação e colher. Esse ciclo pode durar até seis meses para as culturas temporárias, e um ano para as permanentes, além da possibilidade de “perda da roça” em caso de alterações climáticas. Mas, o alimento era produzido para o ano inteiro. Inverte-se, assim, a lógica capitalista.

Um camponês expropriado diz em seu depoimento:

[...] nós sempre tinha comida em casa. Tinha comida que se chegasse umas cem pessoa nós tinha como dá comida pros cem e eu já disse isso muitas vez pro pessoal que vem me entrevistá. Quando nós colhia uma roça ainda tinha muita comida na cozinha, pois se caso a roça daquele ano perdesse, nós ainda tinha comida. Só vendia o que sobrava. [...] o arroz nós guardava na palha e o feijão na munha pra não carunchá. O paiol tava sempre cheio de milho, mas era pras galinha e pros porco. Nós não comia o milho seco, mas comia as galinhas e os porcos. (risos) (Camponês Expropriado, Sr. D. J. M., 54 anos. Três Ranchos 18/04/2013).

Esse relato explicita mais uma vez a lógica que orienta o funcionamento da propriedade camponesa: a satisfação das necessidades da família e isso faz com que a terra e o trabalho tivessem o valor de uso, e, não, de troca.

A referência de tempo era o ano agrícola. A quantidade de roça plantada e o número de vacas leiteiras estavam relacionados com a força de trabalho disponível e com as necessidades de consumo por pelo menos um ano. O excedente é que seria comercializado e geraria dinheiro para comprar o que não se produzia na propriedade. Se a força de trabalho da família não fosse suficiente, acionava-se a ajuda mútua da Comunidade.

Apesar de terem se territorializado no vale do rio, os camponeses no Vale do Rio São Marcos não utilizavam o rio para sua reprodução e por isso não podemos considerá-los ribeirinhos. O rio era utilizado para pescarias eventuais e lazer. Como descrito acima o uso agropastoril da terra é o que caracterizava o campesinato daquele lugar.

A terra era condição de autonomia e de liberdade, muito valorizadas pelas famílias camponesas, conforme podemos observar no depoimento abaixo:

Tem uma coisa que ocê não perguntou mais eu vou falar: o que era melhor de morar na terra era a liberdade que a gente tinha. Eu pensava: amanhã vou levantá às cinco horas para tirar o leite, mas se eu decidisse não levantá ou fazê outra coisa, era eu que mandava. E eu fazia isso porque era livre ... (Camponês expropriado, Sr. J. C. A., Catalão (GO). 22/04/2013).

A posse da terra dá condição aos camponeses de eles serem sujeitos de sua própria criação, de disporem de seu tempo, do espaço e de seu saber. A territorialização da hidrelétrica para a geração de energia elétrica significou a destruição do território dos

camponeses. É a transformação do *espaço terra* dos camponeses em *espaço água* da hidrelétrica dando novos usos ao território.

2 O ESTADO E O CAPITAL NA TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

Embora nenhum território seja homogêneo, todos têm uma identidade, composta pela relação entre elementos econômicos, sociais, históricos, políticos e culturais. O Vale do Rio São Marcos anterior à construção da hidrelétrica Serra do Facão não era um território homogêneo, mas tinha uma identidade: era um território de camponeses. Agora é um território de (re)produção de valor.

A relação da sociedade com a natureza mediada pelo trabalho sempre resulta na apropriação e, dessa forma, pode-se dizer que o território é a materialização geográfica desse processo. Analisar a apropriação da natureza pelas classes sociais antagônicas ajuda a compreender a transformação do território e os conflitos que dela emanam e que são a marca do modo capitalista de produção.

No capitalismo o território é resultado da luta de classes travada pela sociedade ou parte dela no processo de produção de sua existência. No desenvolvimento contínuo das forças produtivas presentes no Vale do Rio São Marcos, as relações sociais de produção camponesas lhe deram feição. Quando o capital barrageiro ali se colocou como maior força produtiva, mudaram-se as relações sociais de produção e, conseqüentemente, o território. Conforme Oliveira,

[...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas, a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

Como o território é produzido pela “[...] contínua luta de sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza” (OLIVEIRA, 2009, p.5), a produção do território é um processo constante e simultâneo de construção e destruição e de manutenção e transformação, conforme ensina Oliveira:

O processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto, contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Conforme a exposição de Oliveira (1999) sobre o processo de construção de um território, às fases, que ocorrem constante e simultaneamente e às quais o autor denominou “construção”, “destruição”, “manutenção” e “transformação”, ao fazermos uma analogia, pode-se chamar, respectivamente, “territorialização”, “desterritorialização”, “territorialidade” e “reterritorialização”. Em todas as fases desse processo constante e simultâneo, há dois tipos de sujeito: os que executam as ações sociais e os que as sofrem, podendo se alternar.

Quando nas relações sociais de produção predomina o capitalismo, a produção do território terá as características do seu desenvolvimento, que é desigual, simultâneo e combinado. A produção desigual, simultânea e combinada do território está imbuída de intencionalidades e ações políticas que se materializam na contradição dialética do capitalismo. Muitas vezes o território está dado por um uso específico do capital (produção, circulação ou reprodução) que pode ou não estar ligado à expropriação e ao desenraizamento territorial como característica maior do modo capitalista de produção.

Contudo, a apropriação do espaço (Vale do Rio), para a construção de hidrelétricas, significa uma destruição (expropriação camponesa)/construção contraditória (implantação da hidrelétrica e reterritorialização camponesa) dessa formação territorial. É um processo de (re)utilização da mesma fração do território para a garantia de menor custo de produção e o máximo lucro.

Neste sentido, é coerente a afirmação de Martins (1981) de que “[...] a produção do capital nunca é produto das relações capitalistas de produção – quando o dinheiro e a riqueza entram em relações de assalariamento estamos diante da reprodução ampliada do capital – só a reprodução é capitalista” (MARTINS, 1981, p.170). Assim, o capitalismo torna funcional a existência de outras relações sociais de produção concomitantemente em determinadas frações do território. Quando estas frações do território interessam ao capitalismo, como capital, o capitalismo se impõe e as transformações naquela fração do território ocorrerão, causando prejuízos aos sujeitos que ali praticavam outras relações sociais de produção.

Ensina Luxemburgo (1985) que

[...] a repetição regular do processo de produção é o pressuposto geral e fundamento de um consumo regular; com isso, constitui a condição prévia para a existência cultural da sociedade humana sob todas as formas históricas. Nesse sentido, o conceito de reprodução inclui um aspecto histórico-cultural. A produção não pode ser retomada e a reprodução não pode ocorrer, se não existirem condições prévias resultantes de período

produtivo anterior: ferramentas, matérias-primas e mão-de-obra. (LUXEMBURGO, 1985, p. 7).

Portanto, concordamos com Martins (1981) quando afirma que o capital não é produzido por relações capitalistas de produção, é anterior a elas. Como não existiria capitalismo sem capital, pode-se dizer, então, que a produção do capital, a partir das relações sociais de produção não capitalistas, é a primeira fase do capitalismo. A partir de relações sociais de produção capitalistas, seguem-se as outras fases: circulação, acumulação, reprodução ampliada. Caso esse ciclo sofra alguma ameaça externa ou interna, dadas as suas contradições, pode-se recorrer às relações sociais de produção não-capitalistas, logo, às frações do território não dominadas por capitalistas, para a produção de mais capital.

Assim, “o território (na sua totalidade) não é ‘outro’ com relação ao ‘processo capitalista’, mas, ao contrário, [...] é usado e se transforma em função daquele processo geral” (CALABI e INDOVINA, 1992, p.57). No entanto, se transforma de forma desigual, simultânea e combinada, conforme as diversas fases do desenvolvimento do capitalismo e do processo produtivo.

Para Oliveira,

[...] a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. [...] É essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conforme regiões. (OLIVEIRA, 1999, p. 74-75).

Smith (1988) afirma que

No capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios de produção ocorre, em princípio, em escala mundial. A procura de matérias-primas, a reprodução da força de trabalho, a produção das mercadorias de consciência burguesa estão todas generalizadas sob o modo de produção capitalista. (SMITH, 1988, p. 88).

Marx (*apud* QUAINI, 2002) já tinha ensinado que

[...] Somente com o capital a natureza se torna um puro objeto de utilidade, e deixa de ser reconhecida como força em si; e o próprio conhecimento teórico das suas leis autônomas apresenta-se simplesmente como astúcia capaz de subordiná-la às necessidades humanas, quer como objeto de consumo, quer como meio de produção. Graças a esta tendência, o capital leva a superar quer as barreiras e os preconceitos nacionais, quer a idolatria da natureza, a satisfação tradicional, orgulhosamente restrita entre limites restritos, das necessidades existentes, e a reprodução do velho modo de viver. Em relação

a tudo isso o capital atua destrutivamente, opera uma revolução permanente, abate todos os obstáculos que freiam o desenvolvimento das forças produtivas, a dilatação das necessidades, a variedade da produção e a exploração e a troca das forças da natureza e do espírito. (MARX, *apud* QUAINI, 2002, p. 128).

No caso do Vale do Rio São Marcos, o capital deu *outra* funcionalidade ao recorte do espaço. A partir do momento em que o capital precisou do Vale para produzir valor fez chegar ali sua revolução permanente.

Evidentemente inclui-se na revolução permanente [do espaço] de que fala Marx a construção e a destruição de territórios. Também o que explica Marx aplica-se à formação dos conceitos das categorias geográficas espaço, território e paisagem e deixa claro que a diferença entre elas não é só uma questão de escala, embora cada uma possa ser considerada em diferentes escalas.

O espaço geográfico, que se expressa na empiria do território e da paisagem, é um espaço produzido e não apenas uma base física. Em diferentes situações ele será tomado em diferentes escalas, todas apropriadas pelo capital. Para Luxemburgo (1985)

O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de *toda a parte*; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de *todas as regiões do globo*. (LUXEMBURGO, 1985 p. 250. Grifos nossos).

O território se expressa em totalidade e em frações e “tende a naturalizar as relações sociais e de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.05). A paisagem é o resultado imediato da interação entre o homem e a natureza, por isso, segundo Porto-Gonçalves, “[...] a mesma paisagem, com a mesma materialidade, pode ser lida de modos diferentes por diferentes povos e culturas ou por diferentes segmentos no interior de uma mesma sociedade” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 124). Até porque, Luxemburgo (1985) já dissera que o capital promove a expansão geográfica e a reorganização espacial, (re)criando infinitamente o processo de acumulação para garantir a sua existência enquanto modo de produção.

E ainda: a afirmação de Marx (1985) coloca, ao lado do conflito da luta de classes que o capitalismo promove, o conflito entre o homem e a natureza. Assim, a luta de classes e a destruição da natureza são imperativos do capitalismo e, ora uma, ora outra será objeto de maior preocupação, conforme as ações do capitalismo e suas fases e a consciência da sociedade. Para o capitalismo o objetivo fundamental da relação entre a sociedade e a

natureza é a produção de lucros, ou seja, é apenas uma relação de troca e não mais uma relação de uso para a satisfação das necessidades humanas. Para Marx, essa mudança da relação, entre a sociedade e a natureza, leva a uma única determinação: “[...] a natureza como objeto de produção e a natureza humana como processo de reprodução” (MARX, 1985, p. 104) do capital, o que acaba por criar uma segunda natureza, contrária à natureza e ao homem. Por isso, nas condições capitalistas de produção não há que se falar em desenvolvimento sem destruição da natureza e do que nela já estava posto pelo homem (QUAINI, 2002).

A nova relação entre a sociedade e a natureza imposta pelo capitalismo, conforme a fase em que este se encontra, vai (re)configurando frações do território. No caso do Vale do Rio São Marcos, que era um território predominantemente camponês, quando o capital chegou, materializado a partir da usina hidrelétrica, ele expropriou centenas de camponeses. Expulsos de suas terras, estes sujeitos perdem sua condição social, não têm mais como continuar sendo o que eram e como eram. Como afirma Oliveira “quando o capital se territorializa ele varre do campo os trabalhadores” (OLIVEIRA, 2003, p. 15), seja o agronegócio, seja o barrageiro. A ordem é: “[...] a rápida inclusão de novos territórios de matérias-primas de proporções ilimitadas” (LUXEMBURGO, 1985, p. 246). No caso da construção da barragem hidrelétrica Serra do Facão a matéria-prima que está sendo incluída é a água e, obviamente, as terras sobre as quais ela fica depositada.

A contradição do capitalismo explica a materialidade construída a partir de diferentes prismas (pelo menos parcialmente), sob diferentes relações de produção, nas frações de um território. No território há sempre múltiplas territorialidades ali aportadas por diferentes sujeitos sociais que expressam suas racionalidades na (re)configuração do espaço. E esse processo é recheado de disputas e conflitos, pelo fato de diferentes sujeitos sociais atribuírem diferentes sentidos a uma mesma fração do território. Exemplo é o caso em estudo. O Vale do Rio São Marcos com seu relevo íngreme e rio perene não era o mesmo para os camponeses que há dezenas de anos viviam ali e para o grupo de empresas que construiu a hidrelétrica Serra do Facão.

Dessa forma, o território é resultado da ação da sociedade em sua relação com a natureza. A sociedade capitalista é desigual e contraditória e, por isso, produz um território com desigualdades e contradições, sem homogeneidades.

No capitalismo a transformação do território é dinâmica e permanente, pois a relação da sociedade com a natureza é destinada à produção de valor, tendo como atores o capital e o Estado. Enquanto o capitalista que dispõe de capital financeiro procura aplicá-lo

onde quer que seja, desde que lhe traga lucro e mais acumulação de capital, o Estado visa à aplicação deste capital para aumentar o seu poder perante outros Estados. Os capitalistas veem o espaço como mercadoria destinada a render lucro para a burguesia dominante – nacional e/ou internacional – e o Estado promove a seleção (infraestruturas e superestruturas) para condicionar o espaço a receber/gerar capital e poder. E tudo isso é feito sob a primazia do capital.

É importante analisar as obras construídas a partir do consórcio entre Estado e capital para se compreender de que forma a estrutura e os recursos públicos são utilizados para subsidiar o capital. E isso também nos remete a questionar os interesses existentes na construção dessas obras: melhoria das condições de vida da sociedade ou das condições de obtenção e acumulação de lucro das classes sociais dominantes?

No caso da barragem da Serra do Facão, no atendimento desses interesses e na viabilização da obra, as contradições do capitalismo transformaram o território, *espaço terra*, em *espaço água*.

O Estado sempre teve uma presença constante e contraditória no processo de produção do território não apenas na conciliação e regulação da sociedade e dos conflitos entre as classes sociais, mas também e principalmente como representante e como instrumento das classes dominantes.

Para Lenin (2007) a existência do Estado é a prova iminente de que antagonismos de classe são irreconciliáveis. É a ação do Estado que cria os mecanismos de continuidade do modo capitalista de produção e, ao mesmo tempo, supre as demandas sociais de forma pontual e superficial. Mas, ao atuar para garantir a ordem social estabelecida pelo sistema, o Estado se coloca a serviço da classe dominante e das elites locais, garantindo-lhes as condições necessárias para a acumulação do capital.

Na construção da barragem da Serra do Facão esse processo se confirmou. Os recursos públicos foram utilizados para atender às demandas da lógica capitalista (empresas nacionais e multinacionais) e dos interesses das classes dominantes com a promessa de promover o desenvolvimento regional e sem levar em consideração o processo de expropriação da população que vivia nas terras do Vale do Rio São Marcos há mais de um século, conforme vimos no Capítulo 1.

A intervenção do Estado, através da concessão para a construção e o funcionamento da barragem hidrelétrica e da autorização dada aos proprietários da barragem para fazerem a expropriação da terra, promoveu transformações na estrutura social, no modo

de vida, no espaço geográfico e nas relações sociais e de trabalho. Substituiu as formas de trabalho e de uso da terra, majoritariamente camponesas, para atender a empresas capitalistas cujo único objetivo é transformar e intensificar o processo de trabalho a partir da energia elétrica. Nesse sentido, o aparato do Estado dá sustentação às contradições sociais garantindo a produção, a circulação e a acumulação do capital.

Às vezes o Estado também assume a função de mediar os conflitos entre as classes sociais e atender às reivindicações dos trabalhadores e camponeses com a finalidade de fazer cessarem as tensões e desorganizar atos e mobilizações que poderiam levar a uma transformação estrutural.

Contudo, é preciso compreender que:

[...] as grandes corporações são, frequentemente, mais poderosas que o Estado. O conjunto de condições e características do período oferece às grandes empresas um poder que antes não se podia imaginar. Esta instantaneidade e universalidade na propagação de certas modernizações desmantela a organização do espaço anterior. (SANTOS, 1985, p. 22).

Por tudo isso as transformações territoriais ocorridas no Vale do Rio São Marcos a partir da formação do reservatório da hidrelétrica Serra do Facão são resultado da estratégia de reprodução do capital e viabilizado pelo Estado. Ocorreu ali uma reorganização espacial, dominada pelo *deserto de água*¹.

Esse processo se efetivou sob o discurso do desenvolvimento proferido pela sociedade capitalista, na qual não existe igualdade de condições e, por isso, o conceito de desenvolvimento carrega consigo a contradição de ser desigual. No desenvolvimento capitalista o progresso de alguns, necessariamente, representa o retrocesso de outros. Smith compreende que:

O desenvolvimento desigual do capitalismo é antes estrutural que estatístico. Os padrões geográficos resultantes são completamente determinados (no sentido oposto de determinista) e são, assim, peculiares ao capitalismo. [...] o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital (SMITH, 1988, p. 16).

Por isso as políticas de Estado que dizem promover o desenvolvimento, como foi o caso da barragem hidrelétrica Serra do Facão, devem ser analisadas como um conjunto de ações capazes de modificar o espaço e transformar as relações sociais e de trabalho. Concretamente o represamento da água do Rio São Marcos era essencial para a produção de

¹ Expressão utilizada por um camponês ao se referir ao Vale do Rio São Marcos após a formação do reservatório da Hidrelétrica Serra do Facão.

energia elétrica e para o aumento especulativo do valor da terra. Para que essa situação se efetivasse foi necessário que outras lógicas fossem destruídas e/ou reduzidas, por isso se deu a expropriação das terras dos camponeses e a destruição do seu modo de vida e organização social.

A lógica desenvolvimentista tende a se apropriar das frações do território que apresentam relações sociais e de trabalho distintas (não totalmente assalariada) e ali impor sua hegemonia. A ideologia do progresso anuncia a concepção de avanço que, para se concretizar, precisa *limpar o atraso*, ou seja, tudo que não segue as relações capitalistas deve passar a seguir ou ser destruído.

No caso específico da hidrelétrica Serra do Facão para que o reservatório fosse formado e houvesse condição para a produção de energia elétrica, a expropriação das terras dos camponeses foi fundamental. Ou seja, para garantir a territorialização do capital, foi necessário desterritorializar o campesinato e, nesse sentido, a luta dos camponeses pela terra e pela água é a materialização da luta de classes.

Essa transformação resultou não apenas na mudança da paisagem, mas em novas formas de uso da terra e da água, pois mesmo os camponeses que tiveram suas terras apenas parcialmente inundadas e permaneceram às margens do reservatório não conseguem desenvolver as mesmas atividades que antes. É uma permanência modificada.

A barragem, com seu *espaço água* viabilizou a transformação e intensificação do processo de trabalho a partir da energia elétrica gerada às custas da redução e/ou destruição das relações camponesas, a partir da expropriação de suas terras e/ou do seu trabalho.

2.1 Os sentidos da barragem hidrelétrica Serra do Facão

No Dicionário Aurélio (2010) o termo barragem quer dizer “[...] estrutura construída num vale e que o fecha transversalmente, proporcionando um represamento de água”. Essa técnica de barrar as águas de um rio para a formação de represa é utilizada há séculos pela humanidade para os mais diferentes fins: irrigação de terras, controle de enchentes, abastecimento humano e geração de energia elétrica. Na atualidade, no caso específico do Brasil, e em particular de Goiás, os principais fins são abastecimento humano e geração de energia e também há casos em que o mesmo represamento destina-se às duas funções.

Contudo, há que se ressaltar que as barragens, independentemente de sua função ou tamanho, geram efeitos sociais, ambientais, econômicos e culturais que transformam o espaço geográfico e dão *novos usos* ao território com alteração das relações sociais e de trabalho a partir da expropriação camponesa. Por isso, nosso intento não é uma análise técnica da implantação da hidrelétrica Serra do Facão, mas, seus resultados territoriais e sociais.

A Geografia como uma ciência que tem como objetivo analisar a relação sociedade x natureza, mediada pelo trabalho, especialmente organizado, nos diferentes tempos históricos, tem muito a contribuir com estudos sobre os processos de transformações territoriais ocasionados por obras como as barragens. Obras que significam a apropriação da natureza, a modificação do espaço, a transformação do território e a alteração da paisagem a partir da expropriação dos camponeses e da formação do reservatório de água que tem, a exemplo do Serra do Facão, a geração de energia elétrica como principal finalidade.

A importância que a energia ganhou na relação capital x trabalho no modo capitalista de produção faz com que as barragens com essa finalidade repercutam no ideário da população como sinônimo de *progresso* e de *desenvolvimento*, sem, contudo, se questionar quais os verdadeiros objetivos dessas obras que expropriam centenas de camponeses e outros trabalhadores. Para essas populações uma das principais consequências é a perda do seu território, ou seja, de seu espaço de reprodução da vida, pois elas veem alagadas suas referências materiais e imateriais. Santos (2004) compreende que:

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destruir a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 2004, p.217).

As barragens construídas para a instalação de usinas hidrelétricas são amostras do processo de produção do modo capitalista. Trazem consigo, no discurso, a melhoria da qualidade de vida e do bem estar para os camponeses e outros trabalhadores. Mas, na realidade, são “[...] objetos [que] não mais obedecem a nós, mas sugerem o papel a desempenhar, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação” (SANTOS, 2004, p. 217). É a *chegada do estranho* na vida das populações que povoam os vales dos rios a serem inundados pelo represamento da água.

Todavia, a expropriação da terra de centenas de famílias camponesas seja em decorrência do barramento de um rio e da formação de um reservatório, seja por causa do agronegócio, é essencial para o crescimento do capitalismo. A construção da hidrelétrica

Serra do Facão é um mecanismo de expulsão de camponeses de suas terras, de expropriação de seus meios de produção, de (re)criação de mão de obra assalariada, de privatização de recursos naturais inseridos na lógica capitalista, de anulação de formas alternativas de produção e consumo, de substituição da agropecuária camponesa pelo *agrohídronégocio*², de cooptação de relações culturais e sociais pré-existentes, ou seja, é a acumulação primitiva revestida de métodos aprimorados que propiciam ainda mais a acumulação (HARVEY, 2005b).

Ao questionar os efeitos da implantação de obras, como barragens por exemplo, para as populações indígenas e camponesas, Martins (1993) ressalta que:

Não se trata de introduzir nada na vida de ninguém. Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações (...). Não se trata de *introduzir* nada na vida dessas populações, mas de *tirar-lhes* o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terra e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade. (MARTINS, 1993, p. 61-63).

A construção desse tipo de obra que atende interesses econômicos capitalistas, como é o caso das barragens, omite a “[...] valorização da natureza e da vida, subjugando os potenciais ecológicos, destruindo formas de organização social, *desterritorializando* identidades, enterrando saberes práticos e desarraigando a cultura de seus referentes locais” (LUDWIG, 2005, p.3). Atividades econômicas são inviabilizadas e valores sócio-culturais antes preservados são desmantelados para a implantação de uma obra que atenderá à estratégia de desenvolvimento e da reprodução ampliada do capital.

Zhourí *et al* (2005), por sua vez, mostram que o dano às populações mais pobres do campo ou da cidade é *condição* para o crescimento econômico capitalista, seja através da apropriação de recursos naturais que estão sob sua posse, seja destinando-lhes rejeitos da produção industrial. Para elas,

[...] não só a poluição industrial, que normalmente imputa riscos às populações mais pobres da periferia [...], mas também projetos de barragem, plantações de soja, cana e eucalipto, que deslocam compulsoriamente as diversas populações das áreas rurais. Via de regra, tais comunidades rurais e

² O conceito de *Agrohídronégocio* foi concebido por Marcelo Rodrigues Mendonça e Helena Angélica de Mesquita, professores da UFG/Campus Catalão e refere-se ao conjunto de ações que envolvem o complexo produtivo do agronegócio, conjugado com a territorialização do capital, que se apropria da terra, da água e do trabalho precarizado e promove com sua expansão no campo a expropriação camponesa e das formas tradicionais de uso da terra. Publicado nos **Anais** do I Encontro Latinoamericano de Ciências Sociales y Represas e II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens, Salvador, 2007.

ribeirinhas não só perdem a base material de sua existência, as condições ambientais apropriadas ao seu modo de produção – terras férteis agricultáveis, as beiras dos rios, as nascentes etc. – como também suas referências culturais e simbólicas, as redes de parentesco estabelecidas no espaço, a memória coletiva assentada no lugar (ZHOURI *et al*, 2005, p. 51).

Outros diversos estudos reconhecem que a construção de barragens empobrece a população diretamente atingida, pela perda da terra, do trabalho, da habitação, pela marginalização das famílias atingidas, pelo aumento da mortalidade, pelas dificuldades do acesso à alimentação e pela desarticulação dos atingidos. Como retrata Martins (1989) ao falar dos camponeses que são obrigados a sair compulsoriamente de suas terras,

[...] sua expulsão da terra, embora muitas vezes mascarada por decisão legal, aparece-lhe como ato iníquo, porque é sempre violento e compromete a sua sobrevivência. Porque priva-o do que é seu – o seu trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa. (MARTINS, 1989, p. 91).

Cernea & Mcdowell, *apud* Nogueira (2007, p. 23), afirmam que “[...] a expropriação de terra retira o principal fundamento sobre o qual são construídos o sistema produtivo das pessoas, suas atividades comerciais e seu meio de vida. Esta é a principal forma de descapitalização e empobrecimento de pessoas deslocadas [...]”. Esse empobrecimento é ainda maior quando não são feitas indenizações ou quando os valores pagos pela desapropriação são irrisórios.

Além de serem desterritorializados, as ações compensatórias – indenizações – pagas pela terra e pelas benfeitorias aos atingidos não são suficientes para que eles se restabeleçam, nas mesmas condições, em outro lugar. Geralmente, quando se reterritorializam estas famílias ficam com menor viabilidade econômica, pois o que lhes foi pago pela expropriação não é suficiente para elas adquirirem terra com a mesma qualidade e na mesma quantidade que tinham antes. Isto compromete a reprodução do campesinato, uma vez que as famílias já não têm as mesmas condições reais (materiais) – terra e trabalho (comunidade) – para continuarem se reproduzindo como camponesas.

Scherer-Warren *et al* (1990) retratam que a construção de hidrelétricas e a consequente formação do reservatório exigem um “redimensionamento territorial” envolvendo populações humanas e que um dos impasses sociais mais observados é o da migração forçada, pois:

[...] migrar não significa apenas mudar de um espaço físico para o outro, mas significa a troca de um espaço com sentidos múltiplos: um sentido mais objetivo que permite uma valorização e uma quantificação monetária em relação à terra e suas benfeitorias e, uma valorização baseada em representações simbólicas que atribuem um valor estimativo a um espaço que foi, também, apropriado e constituído socialmente (SCHERER-WARREN *et al* 1990, p. 30).

Os diferentes tempos da territorialização de uma barragem – anúncio da construção, construção e expropriação e enchimento do lago – trazem diferentes impasses sociais, culturais e psicológicos para os diferentes sujeitos atingidos por ela. Contudo, é consenso que todos os sujeitos atingidos “perdem o investimento feito por uma ou várias gerações na propriedade, a tranquilidade do espaço vivido e construído socialmente, o sentido de ‘lugar’, seus valores e a identidade individual e/ou coletiva” (NOGUEIRA, 2007, p. 24).

Além do valor material, quantificável, há “a perda **daquela** terra e do espaço socialmente construído naquele território (e sua comunidade)” (SCHERER-WARREN *et al*, 1990, p. 31). São perdas sociais e simbólicas como os laços de vizinhança, de compadrio e de infraestruturas construídas socialmente: centro comunitário onde aconteciam festas e rezas, escola, cemitério, etc. Para os camponeses tudo em seus lugares é comunitário: centro comunitário, campo de futebol comunitário, festa comunitária..., pois pertencer ao comunitário significa estar junto no trabalho e no lazer e isso é para o campesinato condição de vida.

Vieira e Vainer (2010, p. 04), analisando todas essas perdas, relatam que:

As pessoas que são deslocadas por barragens têm que começar a vida de novo. Elas têm que construir novas casas, galpões e comércios. Têm que matricular-se em novas escolas, em novos clubes, entrar para uma nova paróquia ou templo, fazer novos amigos e vizinhos. Em resumo, elas têm que fazer de novo tudo o que foi construído ao longo de sua vida, e mesmo da vida de seus antepassados.

Mesmo diante da obviedade de tantas perdas, as chamadas “medidas mitigadoras” ou “compensatórias” que os responsáveis pelas obras tomam veem os atingidos como meros obstáculos a serem retirados e só são tomadas após o surgimento dos problemas, buscando sempre *neutralizar* os efeitos. Nogueira (2007) é enfática ao retratar o método com o qual essas ações mitigadoras são elaboradas:

Somente depois de assinados os milionários contratos é que se vai realizar a avaliação dos impactos sociais na área a ser inundada. Então, é um complemento do **ato consumado**. E não uma investigação que orienta a justiça, propriedade ou adequação sócio-ambiental do empreendimento (NOGUEIRA, 2007, p. 21. Grifo nosso).

Ao serem tratados como obstáculos à instalação da barragem, os atingidos passam a ser objeto – alvo de uma ação – do sujeito (os empreendimentos). A “[...] população, suas formas de existência social e as formas vigentes de sua relação com seu meio ambiente veem-se reduzidas a meio ambiente da obra” (VAINER, 2003, p. 190). As construções de usinas

hidrelétricas são definidas e avaliadas apenas e tão somente a partir de critérios técnicos e tendo como únicos sujeitos os seus donos, o que cria uma *representação ideológica* de que eles podem tudo e, assim, a construção de uma hidrelétrica, não importa os danos sociais e ambientais que possa causar, é, como o progresso e o desenvolvimento que chegam, assegurando bem estar a todos.

A naturalização do social, a recusa da condição de sujeito histórico às populações afetadas, a postulação de que o único sujeito efetivo – capaz de subjetividade, de projeto e de ação – é o empreendedor/empreendimento, mais além de uma representação ideológica da situação concreta, constitui, pois, condição tanto para o sucesso do projeto, quanto para a validação das previsões de impacto social (VAINER, 2003, p.192).

Dessa forma, a questão social é sempre colocada em segundo plano na implantação de empreendimentos hidrelétricos e as soluções (ações mitigadoras) tomadas não atendem aos impasses causados à população atingida. Conforme Sigaud (1994),

[...] se pode afirmar com segurança que as empresas do setor elétrico têm sido responsáveis pelo deslocamento compulsório e atabalhado de milhares de cidadãos brasileiros, pela sua diáspora, pelo seu empobrecimento e pela profunda desorganização de suas condições de vida (SIGAUD, 1994, p.21).

Ao se construírem barragens para a instalação de usinas hidrelétricas desprezam-se as implicações sociais decorrentes da inundação de milhares de quilômetros quadrados de terras. A sociedade ignora ou é levada a ignorar que a expropriação da terra das populações atingidas promove a desestruturação de seus modos de vida e o seu desenraizamento cultural, condições para a produção de energia elétrica.

A reação da população expropriada, ou atingida, pela construção de barragens é certa. Contra a ação arbitrária do Estado e do capital as famílias camponesas e trabalhadores se organizam e resistem visando garantir a permanência na terra ou os direitos às indenizações para *refazerem* suas vidas em outros lugares. Vainer (2009) alerta para o fato de que do conceito de atingido não constam apenas aspectos técnicos e econômicos. Vainer (2009) ensina que:

Ao abordar o conceito de atingido, é necessário deixar claro o contexto e o sentido do debate, de modo a explicar o que é que está em jogo. Na verdade, embora o termo apareça em documentos técnicos e remeta a dimensões econômico-financeiras, a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito ao fato, ao reconhecimento leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como *legal* – seu *direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não*

pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa. (VAINER, 2009, p.13. Grifos nossos).

Há uma enorme complexidade nas transformações territoriais. Elas não envolvem apenas aspectos físicos, materiais, mas também aspectos imateriais. Mensurar os danos materiais com a finalidade de indenização financeira já é difícil, porque isso envolve aspectos subjetivos da parte que está perdendo. Mensurar danos imateriais, que não podem ser indenizados financeiramente, então, é tarefa quase impossível. Quando camponeses e outros trabalhadores veem destruídas suas organizações sociais e culturais, suas bases territoriais, suas formas de trabalho e, muitas vezes, sua existência, pela construção de uma hidrelétrica, os problemas que lhes são causados não podem ser solucionados simplesmente com indenizações. E mais: os atingidos por uma expropriação territorial como esta, para a construção de barragens, que é a apropriação da natureza para fins privados, são em quantidade muito maior do que os que constam de qualquer lista de atingidos a serem indenizados, porque é a sociedade inteira que é atingida.

A característica máxima da atual fase do capitalismo é a expropriação da terra, dos bens naturais, dos bens imateriais de populações com relações sociais não-capitalistas como condição de territorialização do capital e o discurso que legitima essa situação é o de que para a implantação do *moderno* é necessário retirar os *atrasados*. A compreensão desse discurso pode se tornar um instrumento de luta para classe a trabalhadora e camponesa e nele se inclui a função da energia elétrica e das barragens hidrelétricas na manutenção da sociedade de classes baseada na exploração, na opressão e no consumo. É preciso compreender que, para além das alterações na paisagem e da lógica técnica de produção de energia a partir da queda d'água, há nesse fato aspectos político-ideológicos.

Germani (2003) descreve em seu estudo a construção da barragem hidrelétrica de Itaipu e a organização e a luta de resistência, inerentes a esse tipo de obra, estratégica para o capital, e subsidiada pelo Estado. Da resistência estabelecida contra a Itaipu Binacional surgiu o movimento social Justiça e Terra que, posteriormente, seria base para a criação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Analisando os problemas causados pela construção de barragens, Mesquita (2007, p. 6) pondera que:

A Comissão Mundial de Barragens mostrou que a questão das populações atingidas nas barragens analisadas sempre foi mal resolvida. E no Brasil, de acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), já foram deslocados mais de um milhão de pessoas e outro tanto se encontra ameaçado pela insistência de continuidade do modelo. E insistir na continuidade desse modelo em um país com [...] [as] fontes alternativas de

energia como o Brasil [...] [tem], é, no mínimo, uma política de subserviência e entreguismo. Afinal, a energia e a água são bens essenciais à soberania de qualquer país e a privatização desses bens, como ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso, compromete a soberania brasileira.

Da mesma forma que o comprometimento da soberania pela privatização da energia e da água a que Mesquita (2007) se refere coloca em risco a existência e a independência do Estado brasileiro, o comprometimento da natureza que uma hidrelétrica provoca coloca em risco a vida, a curto e a longo prazo.

No II Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o governo brasileiro estabeleceu a meta de construir cerca de quinhentas novas usinas hidrelétricas até o ano de 2015. Isso evidencia a opção do Estado em garantir a produção de energia elétrica, via barragens, para a permanente acumulação de capital. A construção de barragens permite que empresas nacionais e multinacionais se apropriem dos recursos naturais, em particular da água, além de expropriarem milhares de famílias camponesas, indígenas, *trabalhadores da terra*, o que agrava ainda mais as desigualdades sociais existentes no país. Assim fica firmado o caráter neoliberal e burguês do Estado brasileiro.

Mas, quais são as especificidades da construção de barragens para instalação e funcionamento de usinas hidrelétricas?

2.2 AS HIDRELÉTRICAS – o Estado subvenciona o capital

As barragens para geração de energia elétrica sempre estiveram sob o domínio da iniciativa privada no Brasil. A importância da energia para a produção, circulação, reprodução e acumulação do capital explica o interesse e as ações da indústria barrageira nessas obras e a desconsideração da população expropriada das áreas onde elas são construídas.

No princípio desta indústria no Brasil estava uma única empresa capitalista, apoiada pelo Estado, a Light. Na atualidade, as empresas estão reunidas em inúmeras associações (chamados consórcios) formadas por grandes bancos, empresas mineradoras e metalúrgicas, empresas produtoras e distribuidoras de energia elétrica, fundos de pensão e grandes construtoras (empreiteiras) que congregam os mais diversos interesses e encetam complexas lutas para a regulamentação da construção das barragens com o Estado. Contudo, essa forte indústria de geração, transmissão e distribuição de energia sempre contou com uma associação entre os interesses empresariais e o aparato estatal. Conforme Mendonça (2004),

A construção de grandes barragens evidencia a associação direta entre a indústria metal-mecânica e o capital financeiro mundializados, não fazendo parte de uma democrática *opção brasileira*, pois atendeu e atende, atualmente mais ainda, aos interesses dos grandes monopólios transnacionais. A construção de usinas hidrelétricas no Brasil expressou a opção do Estado, associada aos interesses do capital transnacional, de efetivar políticas energéticas centradas na produção de energia a partir d'água. Essa ação implicou em desconsiderar as fontes de energia alternativas que minimizam os impactos sociais e ambientais em relação às áreas atingidas pelos barramentos. (MENDONÇA, 2004, p. 382, grifo do autor).

Até 1900 no Brasil houve apenas pequenos investimentos na produção de energia elétrica. Mas, ao ser concebida como *commodity*, resultado de um complexo industrial que gera força produtiva para outras indústrias, a energia elétrica tornou-se um negócio e criou novos arranjos espaciais. No Brasil, esse arranjo produtivo começou a tomar forma sistematizada na década de 1960, mas, muito antes disso, já atendia aos interesses monopolistas do capital nacional e internacional. Com o crescimento da produção agrícola com baixo valor agregado para a exportação, o Brasil abre as portas para a *modernização* e a dinamização de atividades tipicamente urbanas. A urbanização e o posterior desenvolvimento das atividades industriais foram a mola propulsora das primeiras experiências no campo da energia elétrica no país³.

Com o incremento das atividades industriais, começaram a surgir, por todo o país, empresas que visavam à produção e comercialização de energia elétrica por meio de concessão estatal. Eram grupos nacionais e internacionais e as concessões de maior expressão e rentabilidade foram monopolizadas pelas empresas canadenses Brazilian Traction e Light and Power Company, conhecida como Light. Com potencial hidráulico de fácil acesso e mercado consumidor (primeiras indústrias) garantidos, a Light monopolizou a produção de energia no eixo Rio de Janeiro e São Paulo e respondia sozinha por cerca de metade de toda a capacidade de geração de energia elétrica no Brasil. No interior do país, as concessões de maior importância estavam sob o controle do grupo norte-americano American & Foreign Power Company (Amforp) que adquiriu dezenas de grupos nacionais e suas concessões dos serviços de eletricidade. Neste período cabia aos governos apenas conferir autorizações e concessões às empresas, dadas na *troca de favores*, por prazos que poderiam variar de 30 até 90 anos⁴.

³ Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Setor elétrico brasileiro: uma breve história de “ligações perigosas” entre o público e o privado. Manual dos Atingidos. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). 2010.

⁴ Ibid 3.

Segundo Vieira e Vainer (2010, p. 02), esse período:

Era o paraíso para as grandes empresas privadas estrangeiras: usavam a água à vontade, produziam a quantidade de energia que queriam e onde queriam. Cobravam o preço que achassem necessário [...] e, ainda por cima, o governo convertia isso em ouro para que elas pudessem enviar os lucros para as matrizes no exterior.

Assim, os recursos naturais eram apropriados para a produção privada e o governo ainda reajustava as tarifas (através da cláusula ouro) sempre que houvesse desvalorização da moeda nacional. Era um verdadeiro subsídio dado para as empresas estrangeiras. Com a Revolução de 1930, conduzida por Getúlio Vargas, e a implantação das ideias nacionalistas, o setor de energia elétrica ganhou novos rumos. Convencido do caráter estratégico da geração de energia para o país, o governo Vargas, na tentativa de regular as empresas privadas estrangeiras, lança o Código de Águas em 1934, que trouxe modificações importantes. Entre elas:

- A propriedade dos rios deixava de ser do proprietário da terra e passava a ser propriedade do município, do estado ou da União. O Código também estabelecia uma série de regras e restrições ao uso das águas, determinando que o uso para abastecimento humano era o mais importante;
- A propriedade das quedas d'água e do potencial hidrelétrico deixava de ser do proprietário da terra e passava a ser patrimônio da nação, sob a forma de propriedade da União. A partir de então, o aproveitamento de potencial hidrelétrico passou a depender de autorização ou concessão do governo (por prazo máximo de 30 ou 50 anos, conforme o montante dos investimentos); [...]
- O Estado (governo federal) passava a deter o poder de concessão e de fiscalização, estabelecendo, pelo menos teoricamente, as condições para controlar as atividades das empresas privadas. (p. 02)⁵.

Essa nova legislação e o avanço da urbanização e da industrialização instalaram no país uma crise no abastecimento de energia elétrica. Faltava energia para a expansão da indústria, pois as empresas responsáveis – Light e Amforp – remetiam todos os seus lucros para suas matrizes no estrangeiro, não investiam na expansão do setor e reduziam sua presença apenas aos empreendimentos que atendessem o conceito de *aproveitamento ótimo* em eficiência energética⁶. Logo, havia um choque entre os interesses das empresas capitalistas estrangeiras de energia elétrica e o desenvolvimento capitalista do país⁷.

⁵ Ibid 3.

⁶ Vainer, 2007. Considera-se um empreendimento hidrelétrico com “Aproveitamento Ótimo” aquele com melhor eixo de barramento e vazão d'água, menor distância dos centros de consumo e fácil acesso ao local de aproveitamento.

⁷ Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Setor elétrico brasileiro: uma breve história de “ligações perigosas” entre o público e o privado. Manual dos atingidos. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). 2010.

O segundo governo Vargas (1950-54), alinhado ao modelo keynesiano, teve como marca a intervenção do Estado na produção e distribuição de energia com o Plano Nacional de Eletrificação de 1954, a partir do qual, o governo federal e os estaduais começaram a criar as Centrais Elétricas, como a Central Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) em 1952, a Usina Elétrica de Paranapanema (USELPA) em 1953, a Companhia Elétrica do Rio Pardo (CHESP) em 1955, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) inaugurada em 1955 e muitas outras, buscando atender às *necessidades* do novo modelo de desenvolvimento⁸.

A burguesia nacional que colocava em prática o projeto capitalista logo visualizou que a construção de barragens hidrelétricas significava a mobilização de elevados investimentos em capital fixo, fator este que “[...] reduz a lucratividade do capital, face ao aumento do tempo de rotação dos capitais que permanecem neste tipo de atividade” (JÚNIOR GONÇALVES, 2002, p. 90).

Segundo Júnior Gonçalves (2002), este fato foi e é um dos principais motivos que explica o *desinteresse* por parte dos capitais privados de investimento *próprio* neste setor. Por isso, para que outras empresas capitalistas pudessem existir, o Estado assume a geração e a transmissão de energia elétrica por ser esse setor um dos mais intensivo em capital. Era mais uma medida tomada para o desenvolvimento intenso do capitalismo.

Bermann (2009) retrata que o envolvimento de empresas privadas na produção de energia elétrica, seja como produtoras independentes ou como autoprodutoras, depende muito da disposição do Estado em ceder financiamento para este fim. Afirma que “são poucos os bancos comerciais no Brasil dispostos ao financiamento, concentrando as demandas desses projetos [hidrelétricos] sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)” (BERMANN, 2009, p. 04). Ou seja, o Estado é convidado a assumir as atividades consideradas não rentáveis da acumulação capitalista. Júnior Gonçalves (2002) ressalta que:

Não se trata de uma atividade prestada pelo Estado a um determinado capital, mas uma forma encontrada pelo capital de por meio de gasto público, poder subvencionar indiretamente o capital privado em geral, principalmente os setores oligopolistas, proporcionando serviços, no caso, energia elétrica. (JÚNIOR GONÇALVES, 2002, p. 13).

Neste contexto, o desenvolvimento da indústria brasileira definitivamente esteve associado ao capital internacional e o Estado, além de assumir as atividades menos rentáveis também subvencionava a instalação de empresas multinacionais produtoras de bens de

⁸ Ibid 7.

consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis etc) que dirigiam as importações de bens de equipamentos industriais.

Segundo Vieira e Vainer (2010), em 1960, na tentativa de solucionar a crise de energia, o governo brasileiro criou o Ministério de Minas e Energia e, em 1962, a Eletrobrás, para impulsionar a intervenção estatal neste setor. Assim, estavam dadas as condições para a estatização do setor elétrico. Com a implantação da ditadura militar pelo golpe de 1964, o Estado levou adiante a estatização e escreveu um dos piores capítulos da história do país para a população atingida pelas barragens, especialmente para os camponeses. Essa estatização aumenta na década de 1970, com a Crise Internacional do Petróleo.

Com a elevação dos preços do petróleo, os “países centrais passam a transferir para os países periféricos, dependentes e ricos em potencial energético, como o Brasil, uma série de indústrias que consomem muita energia”, as chamadas eletrointensivas⁹. Neste período, afirmam os autores, o Japão e a Europa, por exemplo, praticamente fecham suas indústrias de alumínio e siderurgia e transformam o Brasil num verdadeiro exportador de energia em forma de produtos que exigem uma grande quantidade de energia para serem produzidos. Sobre isso Leal (2005) traz um exemplo bem ilustrativo:

[...] na década de 1970 o Japão desativou, por efeito do choque do petróleo, nada menos que 84% de todo o seu parque produtivo de alumínio primário. Em contrapartida, imediatamente, ajudada pela Ditadura Militar brasileira, implantou-se a ALBRAS, controlada por capital japonês. Para que ela fosse implantada, essa mesma Ditadura fez construir, inteiramente custeada por recursos públicos brasileiros, a hidroelétrica do Tucuruy, que até hoje fornece à ALBRAS e à ALUMAR (controlada pela ALCOA, norte-americana) 11 bilhões de kilowatts/ano. O mais indecente, nisso tudo, é que custa 24 dólares produzir um megawatt no Tucuruy – mas a ELETRONORTE o vende por **15 dólares** a essas duas multinacionais, com um prejuízo de aproximadamente **quarenta por cento** sobre o seu **custo de produção** (!). Outras hidroelétricas construídas pelos militares foram verdadeiros desastres, como é o caso de Balbina, no Amazonas, para suprir energia a Manaus como "pólo de desenvolvimento", não só por causa da corrupção associada à obra, como por causa da devastação ambiental que ela gerou, e da sua inutilidade como unidade de produção energética, o que a tornou sobretudo um gigantesco centro de desperdício de recursos (LEAL, 2005, p. 6).

No Brasil que oferece mão de obra barata, abundância de recursos naturais e grande quantidade de energia a custo baixo, o Estado assume seu papel na retomada da acumulação capitalista. Para Martins (1991, p. 62), “[...] a função precípua do Estado

⁹ “São consideradas como atividades industriais eletrointensivas as indústrias de cimento, ferro-gusa e aço, ferro-ligas, não-ferrosos e outros da metalurgia, química, papel e celulose. Tratam-se de setores produtivos que se caracterizam por consumir uma quantidade muito grande de energia elétrica para cada unidade física produzida.” (BERMANN, p. 01, disponível em: www.ilumina.org.br. Acessado em 09/02/2009.

capitalista é a de garantir as condições materiais de produção e o sistema legal que ordena as relações capitalistas e a exploração de classe”.

Mas, conforme Júnior Gonçalves (2002) um dos maiores problemas era o fato de que os recursos financeiros disponibilizados pelo Estado para a construção das barragens hidrelétricas eram oriundos de volumosos empréstimos feitos junto aos países dominantes e suas agências multilaterais. O próprio Banco Mundial foi um dos maiores financiadores de hidrelétricas na década de 1970 e consolidou o acordo: empréstimo, de um lado, e produção de energia elétrica para exportar e aquisição de dívida externa, de outro.

Assim, conforme afirmam Vieira e Vainer (2010, p.05),

[...] os países centrais ficavam com o alumínio e os juros da dívida. As grandes empreiteiras construtoras de barragens e as empresas de consultoria ficavam com o dinheiro da obra (quase sempre superfaturada). Os políticos e os partidos dominantes ficavam com o dinheiro da corrupção... e o povo brasileiro ficava com a dívida externa, as florestas destruídas, os férteis vales inundados, as populações expulsas de suas terras.

Segundo os autores, o governo militar decidia e implementava projetos secretamente. A política energética era considerada questão de segurança nacional.

Na década de 1980 o Brasil e vários países da América Latina viveram uma efervescência política com a redemocratização e difundiu-se a luta pela preservação do meio ambiente com a ascensão de muitos movimentos ambientalistas e a resistência de populações atingidas por barragens. Criou-se uma pressão, juntamente com a sociedade civil, que culminou na incorporação das questões sociais e ambientais pela agenda do setor elétrico. Vários conselhos como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) foram criados para regulamentar as questões ambientais (e as sociais vieram a reboque) a partir da obrigatoriedade dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e dos Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA). Esse processo também ecoa nos estados da federação com avanço das legislações e consolidação das agências ambientais que até então nem mesmo existiam (VAINER, 2007). O autor esclarece que:

[...] o período foi de enorme importância para concepção, criação, instauração e início da consolidação de um aparato institucional e técnico-operacional que deveria permitir às empresas do setor elétrico atender às exigências legais. Foram criados departamentos de meio ambiente nas empresas energéticas, recrutaram-se e formaram-se quadros técnicos capacitados a incorporar a dimensão ambiental ao planejamento e execução dos projetos hidrelétricos e, *last but not least*, a conduzir negociações com as populações afetadas e suas organizações representativas. (VAINER, 2007, p. 119).

O início dos anos 1990 marca uma nova fase da indústria ou setor elétrico brasileiro. É o momento em que os países dominantes (e o Brasil a reboque) adotam a orientação neoliberal em que a privatização é o maior objetivo e o Estado, novamente, vai subvencionar o capital privado, agora vendendo geradoras e distribuidoras de energia e recebendo em *moeda podre*. A privatização foi conduzida pelo Programa Nacional de Desestatização durante o governo Collor e pelos demais governos a partir de então. Na implantação das barragens hidrelétricas, pouco coisa se alterou e os impasses sócio-ambientais muitas vezes ganharam amplitude. Essa privatização ficou conhecida como reestruturação do setor elétrico brasileiro (VAINER, 2007).

Vainer (2007) é enfático ao retratar esse período:

Ao privatizar sem critérios empresas de geração e distribuição de energia elétrica, ao favorecer de maneira atabalhoada a concessão de direitos de exploração de potenciais hidrelétricos a grupos privados, a reestruturação não apenas rompeu com o processo anterior, como colocou em risco muito do que havia sido conquistado em termos sociais e ambientais. [...] A ausência de um debate público consistente sobre o novo modelo institucional, bem como as implicações sociais e ambientais, sinalizou a vontade de relegar ao passado as experiências de participação e negociação, fazendo da privatização também um meio de limitar o controle social nos processos de decisão. (VAINER, 2007, p. 121-122).

Desse modo, a reestruturação do setor elétrico brasileiro foi a nova estratégia do capital para condicionar o Estado à sua contínua acumulação. Meios e instrumentos que garantiriam ao capital a apropriação dos recursos naturais e lucro seriam lhe dados pelo Estado através de leis, decretos e regulamentações porque,

[...] a ideologia liberal consegue passar a imagem do Estado como a instância do “interesse nacional”, lugar do “árbitro neutro”, espaço da “pluralidade de forças e agentes” da sociedade, entre outras representações. Assim quando transformadas em lei, as regulamentações são a “benefício de todos”, logo legítima e inquestionável. (JÚNIOR GONÇALVES, 2002, p. 199).

Um exemplo claro observado durante as pesquisas que apresentamos são as manobras – todas elas legitimadas pelo Estado – realizadas no consórcio de empresas construtoras da barragem hidrelétrica Serra do Facão para a obtenção de recursos públicos. Em leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2001, o consórcio formado pelas empresas Alcoa Alumínio S/A (50%), Cia Brasileira de Alumínio (16%), a DME Energética (10%) e a Votorantim Cimentos (22%) arrematou a hidrelétrica Serra do Facão com ágio recorde de 3,089%. Cerca de R\$ 37 milhões de reais foram pagos pela

concessão do rio¹⁰. Em 2002, com autorização da Aneel, o consórcio de empresas sofre sua primeira alteração. Entra a Companhia Cimento Itambé com 4,5% de participação e permanecem as outras empresas com alterações nas porcentagens de participação: a Alcoa Alumínio S/A fica com 50,4%, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) com 16,9%, a DME Energética Ltda com 10,09% e a Votorantim Cimentos Ltda com 18%¹¹.

Em 2006, com uma imobilização de capital, o consórcio empreendedor sofre novas alterações. A Serra do Facão Participações S/A (de propriedade da Gallway com sede na Holanda) adquire as cotas da Companhia Cimento Itambé, da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e da Votorantim Cimentos Ltda., passando a compor o consórcio com 39,4%. O novo consórcio é então formado pela Serra do Facão Participações S/A, Alcoa Alumínio S/A, DME Energética Ltda. e Construtora Camargo Corrêa e denomina-se Consórcio România Participações – empresa com quatro sócios¹² proprietária de 100% da barragem hidrelétrica Serra do Facão.

Em 2007 após o início das atividades no local da obra, o consórcio sofreu sua última e definitiva alteração. Por inadimplência da Gallway, o BNDES suspende o financiamento de R\$ 540 milhões de reais para a construção das obras, avaliadas em R\$ 800 milhões. Então, para uma solução definitiva, convoca-se o Estado para legitimar e financiar o empreendimento e a Central Elétrica de Furnas passa a compor o Grupo com 49,5% da participação¹³. Logo após a entrada de Furnas, o BNDES fornece o financiamento e as obras ganham velocidade máxima.

É explícito nesse período de reestruturação do setor elétrico o esforço do Estado e das empresas privadas para atender interesses puramente econômicos e o jargão *meio ambiente adversário do desenvolvimento* volta a tomar força. As novas leis, regulamentações e ações deixam claro a ordem de *limpar o terreno*, onde seria construída a obra privada para fins ditos “públicos”. A Lei 9.074 de julho de 1995 determina que “cabe ao poder concedente declarar a utilidade pública para fins de desapropriação [...] das áreas necessárias à implantação de instalações concedidas, destinadas a *serviços públicos* de energia elétrica, autoprodutor e produtor independente” (Lei n. 9.074, artigo 10º. Grifo nosso). Para Vainer (2007),

[...] esse poder de desapropriação, em nome do interesse público, é transferido pelo Estado a empresas privadas cujo único e exclusivo fim é a

¹⁰ Disponível em: www.energiahoje.com. Acesso em 23/09/2009 as 10:20 hs.

¹¹ Ibid 10.

¹² Ibid 10.

¹³ Disponível em: www.aneel.gov.br. Acesso em: 05/03/09 as 16:20 hs.

maximização de seus próprios lucros. Entende-se a declaração de utilidade pública nos casos de prestação de serviços públicos de luz e energia, mas ainda será necessário um grande esforço dos juristas de plantão para explicar qual deve ser a utilidade *pública* de um aproveitamento hidrelétrico, que é patrimônio da nação, para abastecer de eletricidade uma planta industrial de sua propriedade. (VAINER, 2007, p.124).

A justificativa que o Estado dá para que as concessões privadas sejam consideradas de utilidade pública é o fato de que a construção de qualquer empreendimento hidrelétrico reduzirá a demanda nacional por energia elétrica porque a que seria utilizada pelas indústrias que constroem barragens estará disponível para outros fins (BERMANN, 2009). Mas, então a prioridade no consumo de energia elétrica está dada aos grandes consumidores, para seus expressivos aumentos de produção, principalmente para as indústrias eletrointensivas como as indústrias de celulose, de alumínio, de ferro e de aço, entre outras.

Neste sentido, Bermann (2009) alerta que há de “se questionar a legitimidade da expropriação para fins de atividades consideradas privadas” (BERMANN, 2009, p.13) uma vez que as concessões públicas a empresas privadas somente afirmam que a construção de barragens hidrelétricas objetiva fabricar e exportar mais X ou Y milhares de toneladas de alumínio, celulose, aço e outros produtos eletrointensivos.

Foi a conclusão da interligação do sistema elétrico nacional que possibilitou às barragens hidrelétricas serem implantados cada vez mais longe das plantas industriais consumidoras de eletricidade, podendo-se aproveitar, assim, todos os potenciais hidráulicos do país. A partir daí, a única dificuldade para a construção de barragens, que *claramente* atendem aos interesses privados, é a concorrência (se é que ela existe), por meio dos leilões promovidos pela Aneel nos quais a *prenda em disputa* é a concessão de um determinado eixo de um rio e todo o seu vale (JÚNIOR GONÇALVES, 2002). Portanto, a expansão de hidrelétricas não é motivada apenas pela aplicação dessa tecnologia de geração de energia através de barramento de rios, mas pelo expansionismo e reprodução contínua do capital. Afinal, a tecnologia sempre está a serviço de alguém para cumprir determinado objetivo.

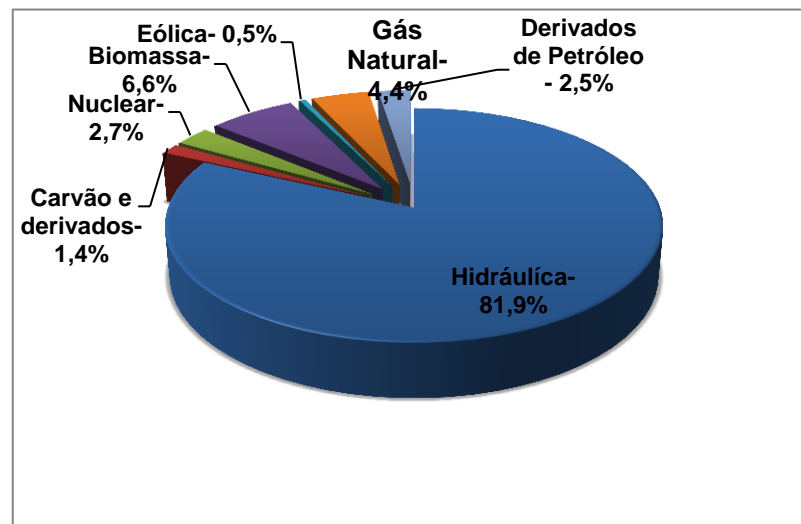
2.3 As hidrelétricas no cenário da geração de energia

Na sociedade capitalista, determinada pelas necessidades capitalistas, os megawatts de energia elétrica gerados a partir de uma barragem têm um enorme valor de uso para uma empresa mineradora e metalúrgica como a Alcoa S.A. por corresponder à energia necessária para produzir, através de eletrólise, toneladas de alumínio. Desta forma, a energia

não é só um instrumento de trabalho, é matéria-prima também. E, assim, responde-se às perguntas: para quem e para que é gerada energia elétrica.

A matriz energética brasileira tem como fonte principal a hidráulica como podemos verificar no gráfico 01, a seguir.

Gráfico 01 – Principais fontes da matriz energética brasileira



Fonte: Relatório Final – ano base 2011. Balanço Energético Nacional (BEN)/Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – Ministério de Minas e Energia (MME). 2012. Disponível em: <https://ben.epe.gov.br>

Organização: NASCIMENTO, A. C.

A expansão das barragens hidrelétricas como fonte majoritária de produção de energia elétrica se deve ao fato de que este meio de gerar energia apresenta um custo de produção menor que o de outros meios, como a de origem térmica. A geração de energia por usinas hidrelétricas depende de atributos especiais (naturais) que não podem ser reproduzidos e isso se constitui numa renda extraordinária. Júnior Gonçalves (2002), ao considerar essas particularidades, faz uma analogia com o conceito de renda diferencial I de Marx, chamando de renda diferencial a fonte energética I, ou seja, a renda é atributo natural de cada hidrelétrica.

A construção de uma barragem é determinada por uma série de elementos relativos ao local, como a vazão de água e a altura do dique, que vão definir a particularidade da estrutura da barragem hidrelétrica como altura e posicionamento da barragem, estrutura do vertedouro, posicionamento da tomada d'água, casa de máquinas, canal de fuga e máquinas. E também a distância da hidrelétrica aos centros de consumo, que determinará o conjunto de subestações e as linhas de transmissões. Um fácil acesso ao local de construção implicará no barateamento da construção de estradas de acesso. Todos esses fatores estão ligados à

localização da construção. Outros, como tempo de construção, área de inundação, desapropriação de áreas e *negociação* com a população local, se apresentam como especificidades de cada hidrelétrica e se configuram como uma peculiaridade extraordinária, que não pode ser reproduzida, e que leva as empresas envolvidas na construção de hidrelétricas a obterem o superlucro, dado pela redução no custo de produção.

O sistema elétrico brasileiro é composto por dois outros sistemas que são condição para o Brasil manter a fonte hidráulica como fonte principal na geração de energia elétrica. Um deles é o Sistema Isolado Nacional, em sua maior parte localizado na Região Norte do Brasil com cerca de 2% da demanda de energia elétrica do país. O outro é o chamado Sistema Interligado Nacional. Compreende 98% da oferta-demanda de eletricidade nacional. Para o atendimento desta demanda, cerca de 90% da eletricidade é gerada por usinas hidrelétricas dotadas de grandes reservatórios e interligados aos centros de cargas por extensas linhas de transmissão. Estas instalações estão distribuídas pelas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte e configuram um complexo arranjo de produção, transporte e distribuição de eletricidade por interligar características de geração nos rios, bacias e regiões, bem como alternativas de concepção tecnológica para as hidrelétricas implantadas: com reservatórios de acumulação ou fio d'água.

A figura 03 a seguir, mostra a localização dos dois sistemas.

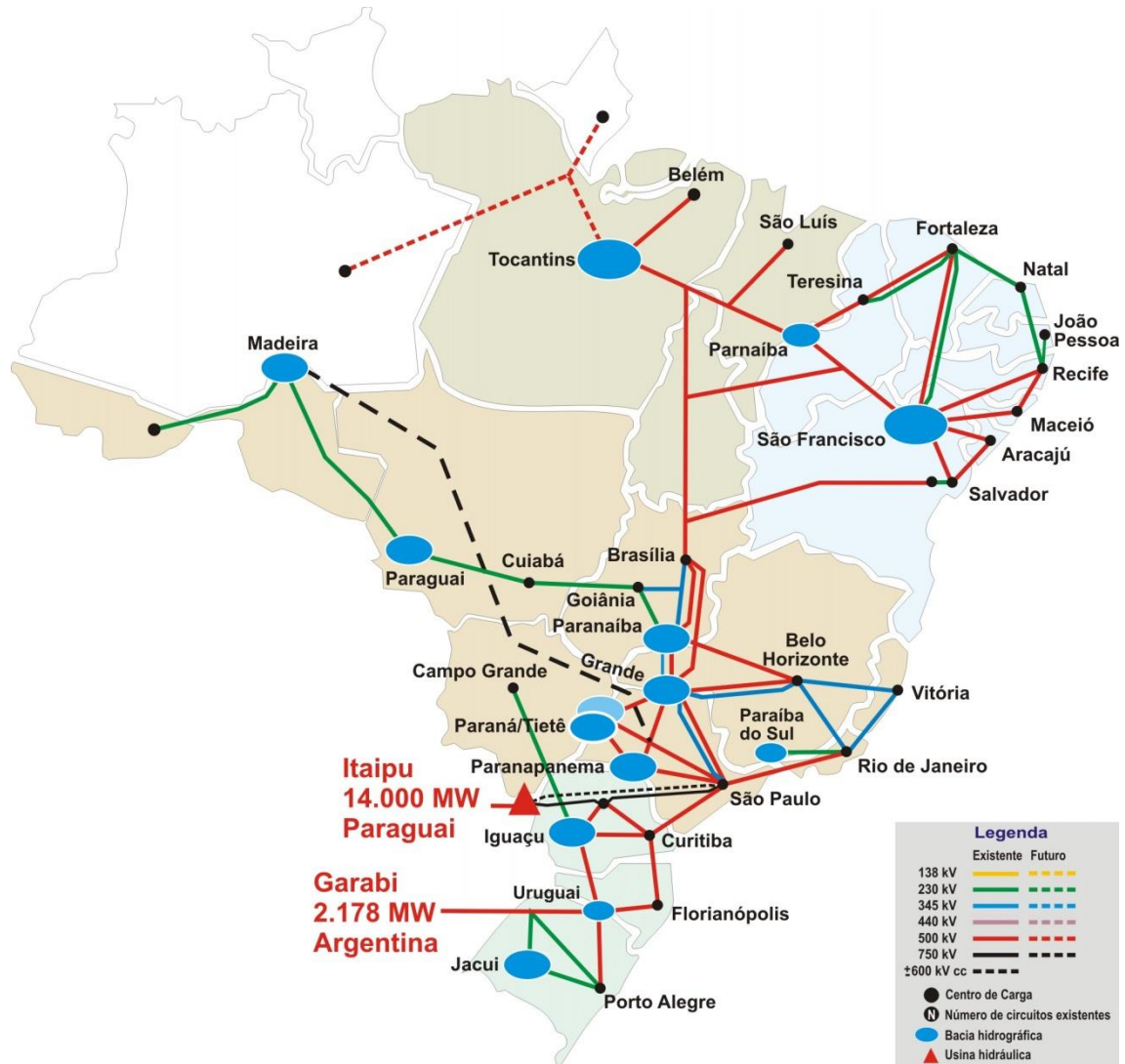
Figura 03 – Sistema Elétrico Brasileiro



Fonte: elaborado a partir do ONS; http://www.ons.org.br/conheca_sistema_sin.aspx#

As hidrelétricas estão distribuídas por doze grandes bacias e muitas são usinas com reservatórios plurianuais, isto é, reservatórios de acumulação – que além de armazenarem a água dos períodos de chuva para a utilização nas turbinas nos períodos de seca, desempenham o papel de regularizar a vazão do rio e da bacia. A figura 04 mostra as hidrelétricas localizadas nas bacias dos Rios Paranaíba e Grande, formadores do rio Paraná.

Figura 05 – Sistema Interligado Nacional

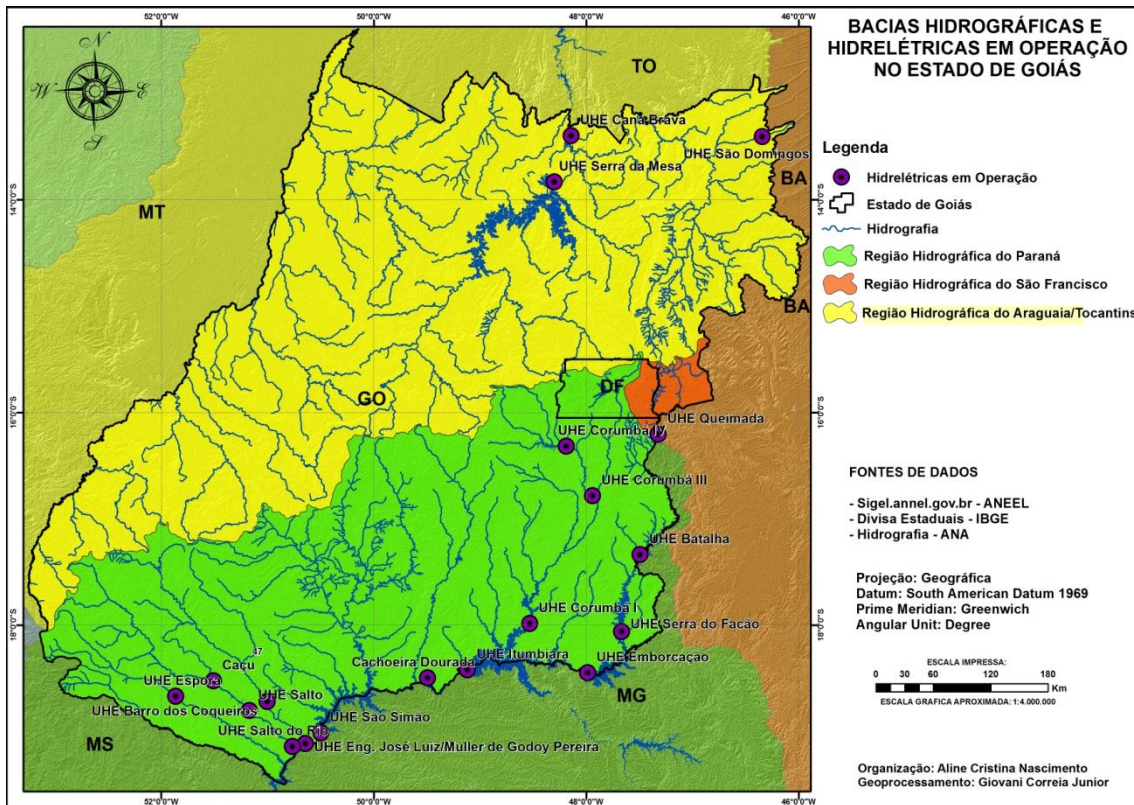


Fonte: Copiado do ONS, disponibilizado no site: http://www.ons.org.br/conheca_sistema_sin.aspx#

Além do mais, como afirma Castilho (2012), as linhas de transmissão, também chamadas de “vasos comunicantes”, intensificam a construção de hidrelétricas porque permitem a transferência de água de uma bacia para a outra.

O número de hidrelétricas em Goiás aumentou muito na década de 2000 com a entrada em operação de: Cana Brava em 2002, Queimado em 2004, Corumbá IV e Espora em 2006, Corumbá III em 2009, Salto, Serra do Facão, Caçu, Foz do Rio Claro, Barra dos Coqueiros e Salto do Rio Verdinho em 2010. Dessas hidrelétricas apenas Cana Brava se

localiza no rio Tocantins, no norte de Goiás. O restante se distribui pela bacia do rio Paranaíba (Paraná), como pode ser visto no Mapa 02.



Mapa 02 – Bacias Hidrográficas e hidrelétricas em operação no Estado de Goiás

A construção de tantas hidrelétricas provoca outra pergunta: o que significa a energia no modo capitalista de produção?

2.4 CAPITALISMO E ENERGIA: os motivos para a construção de hidrelétricas.

Nesta pesquisa, compreende-se que a produção e a utilização de energia elétrica é resultado da relação social entre o capital e o trabalho em que intensificar o trabalho é uma necessidade e, para isso, utiliza-se a energia. Essa é uma ideia contrária de que a energia é dada pela natureza e que os seres humanos foram capazes, a partir das ciências naturais, de descobri-la e de lhe dar utilidade. Mas, pensar sobre a energia não é apenas levantar suas propriedades químicas, físicas e mecânicas que, pela leitura de alguns idealistas, estão dadas independentemente das relações sociais humanas forjadas historicamente. Exemplo disso é a dificuldade de se tentar fazer qualquer consideração acerca de energia nas sociedades escravista ou feudal, pois as relações sociais de produção nelas não determinavam uma relação com a natureza que levasse os homens a desenvolver a noção de energia como a que

se tem hoje. Naquele tempo histórico a energia não tinha sentido material. Se existe uma noção de energia hoje e se existiu uma diferente é porque as relações que os homens e mulheres estabelecem com a natureza são social e historicamente construídas no processo de produção. Então, pode-se dizer que o uso que se faz da energia também configura o espaço e define o território.

A indústria da eletricidade: geração – transmissão – distribuição – consumo pode contar com diversas fontes para a geração. A opção pela fonte de produção de energia no capitalismo é determinada por interesses econômicos, políticos, ideológicos diversos e contraditórios.

A humanidade sempre necessitou de energia e a utilizou para diferentes fins e de diversas maneiras. Foram desenvolvidas ao longo da história formas de utilização da energia encontrada em diversas fontes naturais; a energia da queda d'água¹⁴ é apenas uma delas.

O conhecimento da eletricidade pelos homens como manifestação *abstrata* da natureza é milenar. Há aproximadamente 600 anos a.C já se sabia que determinados materiais, ao serem submetidos a determinadas condições de atrito, apresentavam reações de repulsão e/ou atração entre si. Contudo, aquelas sociedades não viam nestas reações um potencial instrumento de produção. Na Grécia, por volta de 70 a 10 a.C, já se dominava um dispositivo que produzia movimento mecânico a partir do calor e, ao invés de os gregos realizarem a revolução industrial, a utilizavam para apresentações culturais (Júnior Gonçalves, 2007).

A energia elétrica (ou a eletricidade) só veio a fazer parte do conjunto das forças materiais de produção e, portanto, a ser utilizada na construção da história como uma força na era industrial. A propósito disso Gramsci (1999, p. 161) compreende que:

O conjunto das forças materiais de produção é, ao mesmo tempo, uma cristalização de toda a história passada e a base da história presente e futura, é um documento e, ao mesmo tempo, uma força ativa atual de propulsão. Mas o conceito de atividades destas forças não pode ser confundido, nem mesmo comparado, com a atividade no sentido físico ou metafísico. A eletricidade é historicamente ativa, mas não como mera força natural (como descarga elétrica que provoca incêndios, por exemplo), e sim como elemento de produção dominado pelo homem e incorporado ao conjunto das forças materiais de produção, objeto de propriedade privada. Como força natural abstrata, a eletricidade existia mesmo antes de sua redução a força produtiva, mas não operava na história, sendo um tema para hipóteses na ciência natural (e, antes, era o “nada” histórico, já que ninguém se ocupava dela, ao contrário, todos a ignoravam).

¹⁴ Para a produção de energia elétrica via hidrelétrica é necessária, além da queda d'água, criada pelo desnível do relevo natural, ou artificialmente, uma vazão regular do rio e uma quantidade de água disponível em determinado período de tempo.

O processo histórico que leva o modo capitalista de produção a ser o dominante conduz as forças produtivas, nelas incluídas as relações sociais de produção, a uma combinação na qual, dialeticamente, há contradições embutidas que, também, por serem resultados de uma construção histórica e social podem e devem ser superadas. Assim, os capitalistas visando superar os obstáculos que surgem na obtenção do lucro intensificam cada vez mais a exploração de matéria-prima e de mão-de-obra criando, para isso, novos instrumentos, num constante (re)arranjo da natureza, das técnicas, das tecnologias e da força de trabalho.

Assim, a clássica manufatura é “[...] o enriquecimento do trabalhador coletivo, e, por isso, do capital, em forças produtivas sociais, [que] realiza-se à custa do empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais” (MARX, 1980a, 441). Nesse momento histórico também se inicia a concorrência intercapitalista. Os capitalistas que organizam sua produção de acordo com esse processo têm uma produção maior de unidades de valor de uso com o mesmo tempo de trabalho do que os capitalistas que não adotaram essa inovação (a manufatura). Marx (1980b, p. 235), ao contrário de muitos intelectuais que afirmam ser a concorrência o motor da eficiência capitalista, afirma que “[...] o que a concorrência não mostra é a força determinante do valor que rege o movimento de produção, os valores que estão atrás dos preços de produção e, em última análise, os determinam”. Sendo assim, compreender as mudanças na organização da produção implica necessariamente compreender os processos de transformação no valor¹⁵.

Assim, ocorre uma permanente busca de inovações da organização da produção, seja nas técnicas seja nas tecnologias, para garantir o processo de acumulação do capital. São inovações que intensificam a divisão do trabalho e aumentam o poder do capital sobre o trabalhador, seja a partir de sua alienação do processo de produção, no qual “[...] o produto do trabalho aparece ao sujeito responsável pela criação – trabalhador – como algo fora e independente da sua atuação” (SANDRONI, 1998, p. 354), seja pelo aumento da produtividade (relação unidades de produto por horas de trabalho humano), através do menor tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma unidade de valor de uso. E enquanto esta inovação está sob domínio de não muitos capitalistas eles podem oferecer mercadorias a menores preços, conquistar consumidores e aumentar seus lucros.

No processo de manufatura, contradições emergem. Como o trabalhador/a exerce o papel de transferir energia humana para uma ferramenta que realiza determinada operação,

¹⁵ Elementos levantados pelo Prof. Dr. Ricardo Antunes, na Conferência de Abertura da XII Jornada do Trabalho, CEGeT. Presidente Prudente, 2013.

são sempre necessários mais trabalhadores/as para atuar num número cada vez maior de ferramentas. Mas, trabalhadores nunca estão totalmente passivos diante da exploração capitalista. Ou seja, aumenta-se a força de trabalho, aumenta-se a luta contra a exploração do trabalho. Para garantir a produção capitalista sem precisar aumentar muito o número de trabalhadores é que são criadas as máquinas.

As primeiras máquinas eram a junção de duas ou mais ferramentas. Mas, as contradições continuaram a aparecer, pois o limite das máquinas era a quantidade de energia mecânica fornecida a elas pelos trabalhadores/as e, em algumas situações, por animais, que também tinham que ser conduzidos pelos trabalhadores/as. Dessa forma, “[...] é a força subjetiva [leia-se:humana] que instrumentaliza e potencializa a prática produtiva dada pelas relações sociais de produção da sociedade capitalista que iniciava sua célebre expansão” (JÚNIOR GONÇALVES, 2007, p. 137).

A expansão da produção depende de mais oferta de força às máquinas, ou seja, de força humana e animal. Para não ser preciso contratar mais trabalhadores, surge a máquina a vapor¹⁶. Assim, a máquina a vapor foi desenvolvida para, através da utilização de grandes quantidades de calor, se obter elevadas quantidades de força mecânica disponibilizadas para o processo de produção. A máquina a vapor amplia e expande a capacidade de produção da sociedade capitalista.

A concentração de força mecânica, proporcionada pelo vapor, implicou o desenvolvimento de máquinas que realizavam o trabalho equivalente ao de centenas de trabalhadores/as. Outra utilização dessa inovação tecnológica foi nos transportes (navios e trens-de-ferro), o que aumentou a quantidade de produtos em circulação. A máquina a vapor significou, assim, a criação de trabalho excedente e/ou mais-valia incorporada na mercadoria (no processo de produção) e a conquista de mais-valia na forma de dinheiro – de mercadoria (no processo de circulação).

A tecnologia de conversão de grande quantidade de energia – a máquina a vapor – que podia ser localizada e transportada para qualquer lugar possibilitou a expansão da produção capitalista, marcada por uma intensa urbanização e industrialização. Naquela época,

¹⁶ A máquina a vapor, por meio da combustão, converte a energia armazenada (pela fotossíntese) em uma matéria qualquer da natureza (madeira, carvão mineral ou vegetal, entre outros) em calor e transfere-o para um fluido, por exemplo, a água. Quando absorve calor, as moléculas da água ganham ‘energia cinética’ e se expandem. Esta ‘energia cinética’ contida no fluido, se ele estiver pressionando um êmbolo, pode ser transformada em força mecânica. Situação análoga à das turbinas a vapor, que são construídas de modo que o vapor, ao percorrer as palhetas da turbina, transfere parte da ‘energia cinética’ contida no fluido para as palhetas, logo, ao eixo da turbina, que, devidamente acoplada a uma máquina qualquer, fornece a energia mecânica a esta. (Júnior Gonçalves, 2007, p. 139).

diferentemente de hoje, a tecnologia da produção de energia pela máquina a vapor superava a tecnologia de obtenção de energia a partir do aproveitamento de potenciais hidráulicos, pois estes requeriam a construção das instalações (roda hidráulica), que ficavam dispersas e localizadas junto aos mananciais que ofereciam força hidráulica. Isso não permitia a expansão capitalista nos moldes da grande indústria.

Com o uso da máquina a vapor mais uma vez as contradições entre o capital e o trabalho se explicitam, pois aumenta a força de trabalho reserva (de desempregados), possibilitando maiores condições para os capitalistas *negociarem* o valor de reprodução da força de trabalho. E se é maior a exploração, maior é o conflito.

Acrescenta-se a isso o acirramento da interconcorrência entre os capitalistas para controlar os setores que dão maior lucro na produção. E logo os limites da máquina a vapor começam a se apresentar ao modo capitalista de produção. Uma maior produção industrial capitalista exigia muitas máquinas funcionando e para fazê-las funcionar eram necessárias mais máquinas a vapor, o que era inviável para o capital, pois imobilizava muito capital tornando-o fixo. Outro fator que limitava o aumento da produção com as máquinas a vapor era a constante e crescente a necessidade de materiais naturais com grande quantidade de energia química armazenada (carvão vegetal ou mineral e petróleo, entre outros). E, como esses elementos não estão distribuídos de forma uniforme em toda a superfície da terra, acabam influenciando o custo de produção.

Harvey (1990) mostra que os capitalistas que dispõem de água ou de fontes de energia química próximas aos seus sistemas de produção obterão mais lucros do que os que não as têm. Marx (1980b, p. 196) também analisou isso e ensina que “O superlucro que um capital individual realiza numa esfera especial da produção [...] provém, se afastarmos desvios fortuitos, de uma redução no preço de custo, nos custos de produção”.

Dessa forma, a necessidade de novas tecnologias é contínua no capitalismo, seja pela permanente necessidade de expansão da produção-circulação, como forma de se apropriar do trabalho excedente (mais-valia), seja pela concorrência entre os capitalistas que precisam sempre ter lucros diferenciados, pois, conforme Marx (1980b, p. 94):

As taxas industriais de lucro nas diversas esferas produtivas são, por si mesmas, mais ou menos incertas, [...] o que se revela não é sua uniformidade, mas a sua diversidade. A taxa geral de lucro aparece como limite mínimo de lucro e não como forma empírica, diretamente visível, da taxa real de lucro [...], a taxa de lucro pode variar inclusive dentro da mesma esfera, para mercadorias com o mesmo preço comercial, de acordo com as diferentes condições em que os diferentes capitais produzem a mesma mercadoria, porque a taxa de lucro para cada capital não se determina pelo

preço comercial de uma mercadoria, mas pela diferença entre o preço de mercado e o preço de custo.

Por isso, quando a tecnologia a vapor começava a apresentar seus limites de expansão, outras fontes de geração de energia já estavam sendo experimentadas na Inglaterra no final do século XVIII e início do século XIX. É nesta época também que se conhece o gerador, o motor elétrico e, mais tarde, o transformador, que possibilitou que a energia fosse transportada e distribuída.

Assim, a energia não é diretamente dada pela natureza, sem vestígios de ações sociais. É desenvolvida no interior da sociedade capitalista frente à necessidade de transformação objetiva da natureza-social do modo capitalista de produção em incorporar os fenômenos e/ou materiais naturais como forças produtivas para fortalecer e intensificar a reprodução do valor.

Mostrar que a finalidade da produção capitalista é o lucro não é suficiente para explicar como esta sociedade se constrói e se reconstrói. É a luta e a correlação de forças entre as classes sociais que determinam o futuro, que criam condições para que isso ou aquilo aconteça. E essas também são incertas.

O método de investigação proposto nesta pesquisa também foi analisado por Gramsci (1999, p. 121 – 122), para quem:

Na realidade, é possível prever ‘cientificamente’ apenas a luta, mas não os momentos concretos dela, que não podem deixar de ser resultados de forças contrastantes em contínuo movimento, sempre irreduzível a quantidades fixas, já que nelas a quantidade transforma-se continuamente em qualidade. Na realidade, pode-se ‘prever’ na medida em que se atua, em que se aplica um esforço voluntário e, desta forma, contribui-se concretamente para criar um resultado ‘previsto’. A previsão revela-se portanto, não como ato científico de conhecimento, mas como a expressão abstrata que se faz, o modo prático de criar uma vontade coletiva.

Sendo assim, a análise da utilização de recursos naturais para a geração de energia elétrica não pode basear-se na relação de causa e efeito. Há a compreensão de que os experimentos de novas tecnologias para produção de energia elétrica só foram possíveis no início do século XIX porque a prática social e produtiva era e é determinada pelas condições materiais existentes. Isso determinava e determina novos experimentos.

A produção de energia elétrica possibilitou o desenvolvimento de uma série de inovações tecnológicas e estabeleceu uma cadeia produtiva – ainda inacabada – que delineou o modo capitalista de produção, seja pela multiplicidade de aplicação com elevados índices de

produtividade no trabalho social, seja pelas interações sociais, econômicas e ambientais contraditórias que são estabelecidas por essas novas tecnologias na sociedade.

A indústria elétrica – inicialmente destinada para comunicação¹⁷ – desde o princípio mostrou a seus investidores ser uma indústria intensiva em capital. A elaboração de um único produto implicava no estabelecimento de toda uma nova cadeia de produtos, na qual a maioria tinha que ser desenvolvida a custo de muito investimento: na linha de produção, no desenvolvimento de pesquisas, na capacitação de trabalhadores/as para fabricar novos produtos. Contudo, como retrata Gramsci (1999), o encadeamento deste processo não foi determinado pelas dificuldades apresentadas pelas técnicas ou pelas tecnologias empregadas, mas pela relação social dominante movida e estimulada pelos seus objetivos de gerar valor. Por isso, a criação de produtos e o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de tecnologias visam alcançar o menor “tempo trabalho socialmente necessário por unidade de valor de uso”. Esse é o padrão do valor que organiza a produção na sociedade capitalista.

A indústria de energia elétrica desenvolveu outras tecnologias, como a energia hidráulica, embora ela já tivesse sido utilizada em tempos passados. As necessidades, impostas pelas relações sociais, provocaram uma revolução neste tipo de geração de energia elétrica com o desenvolvimento das primeiras turbinas hidráulicas.

Júnior Gonçalves (2002) afirma que isso permitiu o emprego de turbinas robustas com capacidade de transformação de grandes quantidades de energia mecânica, pelos geradores colocados em seus eixos, em energia elétrica, criando as condições para a oferta de eletricidade em grande escala. Esse acontecimento criou outro setor produtivo, pois implicou no desenvolvimento dos geradores e motores de corrente alternada, bem como de transformadores, equipamentos fundamentais para o processo de evolução de transporte de energia elétrica. Assim, a produção de energia elétrica requer muito capital, mas a produção desse único produto estrutura toda uma cadeia produtiva. Isso faz da apropriação de potenciais hidráulicos para a construção de barragens uma necessidade constante e crescente devido à energia elétrica desencadear a produção-circulação constante de diferentes setores da produção capitalista.

Portanto, a história mostra que as escolhas das tecnologias na sociedade capitalista não é determinada pelos condicionantes técnicos, mas pelo uso de meios propícios para aumentar a expansão do valor e que, em geral, expropria e desintegra tudo o que se opõe a esse objetivo.

¹⁷ “A primeira utilização prática da eletricidade feita pelo capital foi o seu emprego no telégrafo sem fio”. (Júnior Gonçalves, 2007, p. 149).

3 A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO: expropriação camponesa e resistências ...

Quando um espaço já foi territorializado por um grupo de pessoas que ali alimentam suas relações sociais e lá chega outro grupo para fazer dele seu território, o conflito, as disputas serão tanto maiores quanto maiores forem as diferenças de objetivo e de significado dados ao espaço pelos grupos adversários. A territorialização de novos sujeitos significa quase sempre a desterritorialização dos precedentes, total ou parcial. Os desterritorializados terão que se territorializar em outros espaços ou reterritorializarem-se no mesmo, se for possível.

O processo de transformações territoriais é histórico por isso dele constam aspectos sociais, ambientais, políticos, econômicos etc cuja compreensão é imprescindível nas análises das mudanças e das novas configurações espaciais tecidas nas relações sociais e de trabalho.

A construção da hidrelétrica Serra do Facão criou conflitos enormes pelo território na área abrangida por ela entre o capital e o campesinato local, principal e diretamente. O uso/apropriação do território com objetivos totalmente diferentes leva a disputa por território ser a expressão da luta de classes.

Os camponeses constituem seu território buscando em primeiro lugar sua existência, precisando para isso desenvolver contraditoriamente todas as dimensões da vida – econômica, cultural, social etc. O espaço que ocupam como espaço de vida, local de morada e de trabalho coletivo e individual é que possibilita a construção de relações humanas com significados e sentidos específicos. É o lugar onde as famílias camponesas pensam a sua reprodução social e a de sua Comunidade. Plantam roças, criam animais, constroem moradias, infraestruturas sociais, realizam festas e atividades religiosas, trocam dias de trabalho, ou seja, formam seus domínios. É no *espaço-terra* que os camponeses tecem sua territorialidade.

O capital institui seu território buscando geração e acúmulo de lucro. Os espaços que dominam são, portanto, para a exploração dos recursos naturais e humanos. Ou seja, o espaço é o espaço da geração de lucro. Mergulhados na lógica produtivista a produção e uso do espaço se faz o enigma da continuação do capitalismo (Harvey, 2005b).

São objetivos contrários. São racionalidades distintas. São significados e sentidos opostos. São formas de uso conflitantes. São valores excludentes uns dos outros. Enquanto os

camponeses visam o *cultivo do espaço-terra*, o consórcio de empresas construtor da barragem visa o lucro no *espaço-água*¹⁸.

Fernandes (2008), ao analisar os territórios do campesinato e dos indígenas, em relação aos territórios capitalistas do agronegócio, ensina que:

[...] uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de forma distinta a partir de diferentes relações sociais. (FERNANDES, 2008, p. 285).

Mas, os territórios da classe dominante e os da classe trabalhadora são organizados sob o domínio de uma mesma instituição, o Estado, que se coloca a serviço da classe dominante. Desse modo, o Estado brasileiro, ao optar pelas hidrelétricas para a geração de energia elétrica entrega os territórios camponeses ao capital, para que de seus recursos naturais o capital produza e acumule lucro. Assim, entrega também os próprios camponeses, ou para que eles não continuem sendo empecilho à expansão do capital, ou para que se tornem mão de obra à disposição do capital e consumidores dependentes do mercado, ou para que não sejam “maus exemplos”. Para o capital, o território é sempre um recurso material para o seu desenvolvimento econômico e seu domínio sobre ele mais cedo ou mais tarde tende a ser aumentado.

Nos estudos de viabilidade econômica para a implantação de um determinado empreendimento capitalista num lugar, como uma barragem, por exemplo, tudo o que ali pode dificultá-lo, aumentar os investimentos nele ou impedi-lo tem que ser excluído e/ou retirado.

A expropriação e a desterritorialização oriundas dessa disputa desigual não são um fenômeno específico da população atingida por barragens. São expropriados trabalhadores do campo e da cidade desde que seus territórios estejam sendo solicitados para a contínua reprodução do capital. A reestruturação produtiva do capital verificada a partir de meados da década de 1970 exige novos arranjos espaciais e o avanço sobre territórios nos quais a hegemonia do capital não era absoluta. Acelera-se a

[...] trama dialética da territorialização, da desterritorialização, da reterritorialização, seja nos campos, seja nas cidades, sem contar com o fluxo constante entre essas duas dimensões espaciais, diante das complexas tramas de relações que caracterizam a reestruturação produtiva do capital nessa virada de século XXI. (THOMAZ JUNIOR, 2008, p.329-330).

¹⁸ É importante ressaltar que, para o grupo de empresas construtoras da Hidrelétrica Serra do Facão, o Vale é apenas condição para a construção do reservatório da hidrelétrica; enquanto para os camponeses o Vale, com suas terras e suas águas, significa seu autossustento e sua condição social.

Reconhecer as dimensões e singularidades que os camponeses dão ao território significa negar a lógica de apropriação da natureza e do trabalho pelo capital. Por isso, nos estudos de impacto ambiental, o território camponês é tratado como “área ocupada a ser limpa”, desconsiderando-se todas as relações sociais e, nelas principalmente as de produção e de trabalho, que as famílias camponesas ali estabeleceram, desconsiderando-se o território e seus objetivos. O reconhecimento, quando ocorre, busca quantificar monetariamente o que será expropriado, dando-lhe valor de troca quando o valor que isso tem para os sujeitos é de uso. Toda uma vida gerada pelos camponeses em seu território passa a ser mercadoria.

No Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA/RIMA) os camponeses são tratados no item “remanejamento de população”, logo, são nomeados de *remanejados*, ou seja, recolocados como se fossem *coisa*, que não tem vontade própria e pode ser retirada e colocada em qualquer outro lugar. Pesquisadores e professores do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM/UFG/CNPq) não utilizam o termo *remanejados* para retratar os sujeitos atingidos pela barragem, ali “usa-se o termo real, expulsão da terra e expropriação da cultura e do modo de vida” (NAVES, 2010, p. 98).

No EIA/RIMA trata-se dos camponeses também no item “medidas mitigatórias”, mas aqui as palavras podem ser colocadas a serviço da classe trabalhadora. Mitigar é tão somente diminuir o mal, abrandá-lo. Ou seja, reconhece-se que a barragem é um mal para os camponeses, mas decide-se racionalmente provocá-lo.

À racionalidade capitalista importa garantir o lucro e as condições para sua acumulação. Para isso, se for preciso causar males, causam-se; se for conveniente, mitigam-se os males. Se em algum lugar do Planeta Terra o capitalismo ainda não estabeleceu-se de forma absoluta nas relações sociais e de trabalho é porque, de algum modo, ali ele está explorando as relações não capitalistas de produção, como o trabalho familiar, a seu favor, e/ou toma os sujeitos como *reserva técnica*, que ele manejará quando e como lhe convier.

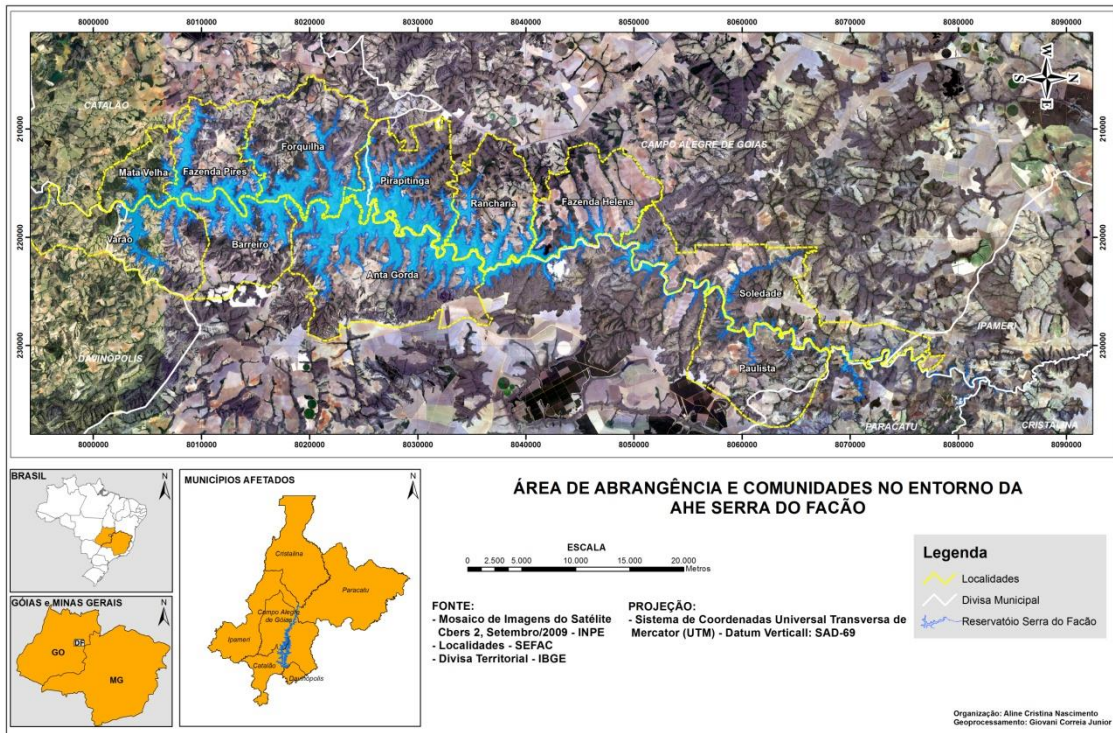
Este capítulo tem o objetivo de *reconstruir* o processo de territorialização da hidrelétrica Serra do Facão no Vale do Rio São Marcos e os conflitos pelo território entre o capital e os camponeses que lá viviam. Entender as transformações territoriais decorrentes da intervenção do Estado e do capital no espaço geográfico é criar a possibilidade de evitar seus danos ambientais e sociais.

Desde o anúncio até a conclusão das obras da hidrelétrica Serra do Facão, os acontecimentos que se deram se devem à disputa pelo território. Embora reconhecendo a

força econômica e política do *capital barrageiro*, os camponeses resistiram, mas, no limite, para não perderem seu principal meio de produção, a terra, se organizaram e se juntaram a diversas outras entidades para, num primeiro momento, lutar contra a construção da hidrelétrica e, logo após, para garantirem seus direitos (indenizações).

3.1 Localização e aspectos técnicos da barragem hidrelétrica Serra do Facão

A barragem hidrelétrica Serra do Facão foi construída no Rio São Marcos, na Bacia do Alto Paraná, no limite entre os municípios de Catalão (GO) e Davinópolis (GO). É uma barragem de represamento e formou um reservatório que inundou 214 km², em seis municípios: Catalão, Davinópolis, Campo Alegre de Goiás, Cristalina e Ipameri, no estado de Goiás, e Paracatu no estado de Minas Gerais. Cerca de 600 famílias foram atingidas e diversas Comunidades Camponesas foram destruídas e/ou desestruturadas. Ver Mapa 03.



Mapa 03 – Área de abrangência e Comunidades Camponesas no entorno do AHE Serra do Facão

Prevê-se a geração de 210 megawatts de energia elétrica, contudo, conforme consta em documentos da própria Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a produção não passa de 121 megawatts (edital n. 001/2007). As empresas Alcoa Alumínio S/A, Furnas Centrais Elétrica S/A, DME Energética e Camargo Corrêa Energia S/A, reunidas no que chamam de Sociedade de Propósito Específico (SPE), formam a Serra do Facão Energia S/A, que foi a empresa responsável pela implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, composto pela Usina Hidrelétrica Serra do Facão, pela linha de transmissão e pelo reservatório de água.

O escritório do consórcio está localizado no centro da cidade de Catalão-GO desde 2006. As obras se efetivaram em 2007 e foram concluídas em 2009, sendo que o processo de indenização das famílias atingidas não terminou até o atual momento (primeiro semestre de 2014).

3.2 A transformação do território e as resistências camponesas no Vale do Rio São Marcos

3.2.1 Chega a hidrelétrica ...

Um fato novo, nunca vivido, pode ser percebido e interpretado de diferentes formas, por diferentes pessoas em lugares e tempos diferentes, mas os significados e interpretações são resultados de experiências individuais e coletivas vividas socialmente. Também são diferentes as formas de interpretação de um fato novo seja na fase de seu anúncio (antes), de sua concretização (durante) ou de sua conclusão (depois).

As notícias nem sempre são dadas de forma clara e verdadeira. No caso do anúncio da construção de uma barragem, alguns atingidos poderão questionar a perda de suas propriedades e de suas formas de produção e reprodução social. Outros poderão perceber a hidrelétrica como uma possibilidade de mudança positiva, seja em relação ao seu deslocamento para um outro local, seja pela conquista de um pedaço de terra ou outro meio de renda advindo das indenizações (ZHOURI, *et al.*, 2005). Uma vez concluído o fato, as relações sociais e territoriais e o meio ambiente estarão totalmente transformados.

A notícia de ter que abandonar suas terras faz com que os camponeses, na sua maioria, oscilem entre a possibilidade de construir suas vidas de forma a passarem a “viver bem, sem tanto sofrimento e dificuldades” e o sentimento de pertencimento a um lugar, a uma Comunidade, como um espaço de sociabilidade construído há décadas e como terra de trabalho que lhes garante a existência. Assim, as interpretações e significados que as famílias

atingidas têm em relação a uma hidrelétrica podem ser muitas, e não raras, vezes diferentes, bem como a leitura das transformações territoriais ocasionadas em uma determinada fração do território.

Buscamos apreender os significados da hidrelétrica Serra do Facão para os camponeses atingidos no processo de expropriação e resistência, bem como a transformação de uma fração do território de “*espaço-terra*” para “*espaço-água*” devido à desapropriação e ao enchimento do reservatório para funcionamento da hidrelétrica. Foi dedicada minuciosa atenção a cada ato e a cada fato para ver neles a riqueza dos processos sociais, nunca tratados como algo que “transforma a História concreta dos homens numa história do pensamento, cuja única tarefa seria a de esperar acontecer os fatos para confirmar os princípios”, visto que “esse vezo não faz estragos apenas no campo da teoria; é principalmente no campo da política, da práxis, que os seus estragos se fazem mais destruidores, porque rouba aos autores reais a possibilidade de entender a contemporaneidade da História e suas tendências”. (OLIVEIRA, 1989, p. 07).

Ao iniciarmos o trabalho de campo, com entrevistas realizadas com as famílias camponesas e com diálogos informais, constatamos que muitas delas não acreditavam que um dia a barragem iria se concretizar. De acordo com os entrevistados, as notícias sobre a construção da hidrelétrica já existiam há uns trinta anos, mas, com o tempo passando e não acontecendo nada, criou-se no imaginário das famílias a ideia de que a “tal barragem” nunca seria construída.

Já tem uns 30 ano ou mais que veio uns homen aqui dizeno que tava fazeno uma pesquisa porque ia construí uma barrage aqui. Eu fiz, onze ano e meio, a leitura das régua do nível d'água aí no rio. Teve uma época que era só uma leitura por dia, teve época que foi duas, uma cedo e outra di tarde. Mas, isso faz muito tempo e ez nunca mais voltaro aqui. Quando voltaro, pra construí, o pessoal da empresa veio medino, colocano marco, ino na casa das pessoas fazeno levantamento, mas muita gente achava que ia sê como antes, que não ia dá em nada. (Camponês expropriado, Sr. Sinoésio, 48 anos, Davinópolis-GO, 02/06/2009).

Mesmo com a maioria dos entrevistados relatando que já sabiam da hidrelétrica anos antes dela ser construída, eles não fazem menção a nenhuma fonte de informação secundária, como jornais ou emissoras de rádio e televisão, que anunciasse a chegada do empreendimento e até 2002 não havia tido nem por parte do governo federal nem por parte de empresas privadas qualquer anúncio oficial. As notícias sempre são descritas como comentários, rumores incertos e vagos, oriundos das pesquisas que “os home do governo” fizeram para medir a vazão do Rio São Marcos. A hidrelétrica só chegou de forma mais

concreta para as famílias camponesas quando começou a se delinear, pela demarcação dos funcionários, a área de inundação.

Segundo informações contidas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) o potencial hidrelétrico do Rio São Marcos já vinha sendo avaliado desde 1965. Os primeiros estudos foram feitos pelo grupo CANANBRA Engineering Consultants Limited, com participação da estatal Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG. Em 1969, a Centrais Elétricas de Goiás – CELG retomou os estudos realizados pela CANANBRA e comprovou a viabilidade física e técnica da construção de uma barragem hidrelétrica no Vale do Rio São Marcos, mas o projeto não se viabilizou.

Na década de 1980, com o redirecionamento das políticas de geração de energia e a centralização na Eletrobrás e em Furnas Centrais Elétricas S/A, novos levantamentos do potencial energético por fonte hídrica foram realizados e a possibilidade do Vale do Rio São Marcos abrigar uma hidrelétrica voltou a interessar ao Estado e ao capital. Contratada por Furnas, a empresa Engenharia de Projetos Ltda – MDK fez uma reavaliação do Rio São Marcos e determinou quatro possíveis pontos de aproveitamento: Paraíso, Serra do Facão, Paulistas e Mundo Novo. Esses quatro pontos foram leiloados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL entre os anos de 2001-2007. A Barragem Hidrelétrica Serra do Facão foi a primeira delas¹⁹.

Em 2001, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL abriu o leilão n. 002/2001 do ponto de aproveitamento Serra do Facão que foi arrematado pelo consórcio GEFAC – Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão, composto pelas empresas: Alcoa Alumínio S/A, Companhia Brasileira de Alumínio, DME Energética Ltda e Votorantim Cimentos Ltda. O GEFAC depois se tornou SEFAC.

Saber da possibilidade de construção da hidrelétrica antes mesmo da chegada da empresa na região os atingidos que foram entrevistados afirmam que sabiam, mas reconhecem que somente *acreditaram* na construção quando o consórcio construtor, a partir da obtenção da Licença Prévia (LP), colocou seus funcionários para cadastrar o que havia em suas propriedades²⁰. Como retrata Rodrigues (1999), “saber” sobre a possibilidade da construção da hidrelétrica não significava para os camponeses “crer” que ela, de fato, seria construída porque a crença do saber (abstrato) é diferente da crença do viver (concreto). As famílias

¹⁹ Informações disponíveis em: www.aneel.gov.br

²⁰ Utilizou-se neste trabalho o conceito de propriedade camponesa proposto por Martins (1991): “a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumento de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador”. (MARTINS, 1991, p. 54).

camponesas sabiam de algo que ainda não tinham visto ou vivido, por isso essa era uma realidade distante para eles. Os efeitos das barragens hidrelétricas sobre as populações camponesas somente são perceptíveis à medida que são vivenciados.

A chegada da empresa GEFAC na cidade de Catalão também deu origem a um Projeto de Pesquisa²¹ que propunha acompanhar a construção da hidrelétrica e seus impactos sociais e ambientais. Esse projeto colocou alunos e professores do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás Campus Catalão (UFG/CAC) em contato com as famílias camponesas moradoras do Vale do Rio São Marcos e esse contato com a realidade trouxe a necessidade de envolver a sociedade na discussão sobre a construção de hidrelétrica e a expropriação camponesa.

Mendonça (2004, p. 400) menciona essa aproximação de parcela do Curso de Geografia com a defesa dos camponeses:

A consolidação de um discurso crítico mais político no Curso de Geografia – CAC/UFG – propiciou uma aproximação com os movimentos sociais, como no caso da trajetória de lutas recentes dos moradores do vale do rio São Marcos, com a possível expropriação, em função do projeto de aproveitamento hidrelétrico Serra do Facão.

A Igreja Católica – Diocese de Ipameri juntou-se aos alunos e professores do Curso de Geografia. Em março de 2002, ocorreu a primeira reunião entre alunos e professores do CAC/UFG, Igreja e famílias que seriam atingidas. O objetivo da reunião era esclarecer as famílias sobre os efeitos da construção da hidrelétrica. Na oportunidade o depoimento do Bispo da Diocese de Ipameri-GO, Dom Guilherme Antônio Werlang, que é natural de Santa Catarina e que já havia vivido em áreas atingidas por barragem, foi essencial para que parcela das famílias decidisse pela organização e resistência.

Como pode ser visto na foto 05, a quantidade de pessoas presentes nesta reunião, que aconteceu na Comunidade São Domingos no município de Catalão (GO), foi pequena dada a descrença na construção da hidrelétrica. Contudo, com as informações sobre a barragem e seus efeitos, os camponeses que lá estavam viram a necessidade de mobilizar mais famílias e fazer novas reuniões que pudessem resultar em ações efetivas para a não construção da hidrelétrica Serra do Facão.

Foto 05. Primeira reunião entre alunos e professores do CAC/UFG, Igreja Católica e famílias camponesas.

²¹ Desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais – NEPSA/Curso de Geografia da UFG Campus Catalão e coordenado pela Prof^ª. Helena Angélica de Mesquita e que em 2006 se tornou Grupo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM).



Fonte: Arquivo GETeM/UFG/CNPq. 20/03/2002.

Um grupo de pesquisadores vinculados ao NEPSA/UFG/CAC elaborou um documento em que apresentavam os principais problemas dos laudos e relatórios apresentados pelos construtores da hidrelétrica. Este documento foi apresentado em outra reunião no Distrito de Pires Belo, município de Catalão (GO), que contou com a presença de um número maior de famílias atingidas e de diversas entidades. Iniciava-se um movimento contra a construção da hidrelétrica Serra do Facão²².

O documento que apontava as farsas científicas do EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) e do PBA (Plano Básico de Ação) foi estudado e assinado por todas as entidades e pelos atingidos e foi encaminhado aos órgãos e entidades competentes. Comprovada a ameaça da perda da terra a população atingida decidiu se organizar e, para isso, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizou o contato com o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), que enviou camponeses atingidos por barragens em outras regiões do Brasil para trocar experiências e repassar a metodologia de organização da população atingida para a luta contra a hidrelétrica. Mendonça (2004, p. 399) relata:

Para uma melhor orientação, os atingidos recorreram ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB nacional, visando compartilhar experiências e metodologias de organização, consolidando o movimento no Sudeste Goiano.

²² O Movimento era formado pela Diocese de Ipameri, com destaque para a Paróquia São Francisco de Assis em Catalão e para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Curso de Geografia, através de alunos e professores vinculados ao NEPSA, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Catalão, pela Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Catalão (AGB), pelo Sindicato METABASE e pela Associação dos Docentes do Campus Catalão (ADCAC).

O movimento de resistência contra a barragem, formado por diversas entidades, pôde contar com a experiência de um movimento organizado em nível nacional. Na troca de experiências com representantes do MAB nacional, trabalhos de base, encontros de lideranças e mobilizações passam a fazer parte do cotidiano das famílias camponesas ameaçadas pela construção da hidrelétrica integrando-as a uma rede nacional de luta contra o setor elétrico (Estado) e contra o caráter expropriatório e explorador do capital. A luta contra a barragem Serra do Facão levou à territorialização do MAB no Sudeste Goiano.

Com a territorialização do MAB, pesquisadores do Curso de Geografia e a Igreja Católica assumiram o papel de subsidiar o Movimento, instrumentalizando-o para que pudessem ser feitas as contestações técnicas e políticas que levaram a revisões das licenças emitidas e com isso, ao atraso no início das obras da hidrelétrica Serra do Facão.

Com a chegada do MAB, o consórcio GEFAC busca dar expressão e legitimar como representante dos atingidos a Associação dos Proprietários Rurais Atingidos pelo AHE Serra do Facão (ARPRA-AHESF), que havia sido criada por grandes pecuaristas e que havia convidado alguns camponeses para lhe dar legitimidade, mas que mantinha os propósitos dos que viam a terra como meio de exploração. Contudo, como grande parte conhecia os pecuaristas que estavam à frente desta Associação, ela não ganhou legitimidade entre os camponeses, apesar de se tornar a interlocutora oficial para as negociações, principalmente frente ao poder público municipal.

Em dezembro de 2002, o MAB realizou em Catalão um Encontro de Formação para atingidos. Esse Encontro, que tinha como objetivo possibilitar aos atingidos uma maior compreensão sobre o modelo energético e a opção do Estado brasileiro de subvencionar o capital, contou com a presença de camponeses atingidos por outras hidrelétricas, como Cana Brava e Serra da Mesa no norte do estado de Goiás. O relato que esses camponeses fizeram de suas experiências foi crucial para a organização do MAB no Vale do Rio São Marcos e suas ações contra a construção da hidrelétrica Serra do Facão.

A partir daí diversas reuniões e passeatas foram feitas na cidade de Catalão (GO) onde estava localizado o escritório do consórcio construtor. O “Ato Público em Defesa da Vida e da Terra de Trabalho” (Foto 06) reuniu cerca de quinhentos atingidos e apoiadores em Catalão e teve grande importância na formação política dos camponeses e trabalhadores de maneira geral.

Foto 06. Ato Público em Defesa da Vida e da Terra de Trabalho. Catalão (GO)



Fonte: Arquivo do GETeM/UFG. 08/04/2003.

Dois elementos, principalmente, reforçavam a luta contra a construção da hidrelétrica: a religiosidade dos camponeses e da maioria da população, que, com o apoio explícito de parcela da Igreja Católica, tornou-a mais legítima, e a reafirmação da importância da produção de alimentos para o mercado local, feita pelos camponeses.

A participação do bispo e de padres em reuniões, passeatas e atos públicos impulsionou a luta para garantir a permanência na terra. Desmistificava-se, assim, a luta e tirava-se dela a ideia de pecado e imoralidade. Nas primeiras atividades, era comum ouvir dos camponeses que: “se os padres estão é porque não é nada errado”. A Igreja, mesmo que atendendo a alguns de seus objetivos institucionais, exerceu um papel aglutinador e mobilizador, facilitado pela religiosidade dos camponeses. Em todos os atos, sempre havia um momento de celebração religiosa, como pode-se ver na foto 07.

Foto 07. Participação de Padres da Igreja Católica em mobilização dos atingidos pela hidrelétrica Serra do Facão



Fonte: Arquivo GETeM/UFG. 23/03/2004.

Os camponeses e quem mais os apoiou, com sua luta contra a hidrelétrica, acabaram por promover a conscientização de parcela da sociedade sobre as consequências e as causas da construção de barragens e sobre o modelo de geração de energia adotado pelo governo brasileiro, elevando, assim, o caráter da luta de local para nacional e de contra um grupo de empresas capitalistas a *uma luta contra o sistema capitalista*. Isso fica claro quando os camponeses se valem da sua produção de alimentos para se diferenciarem do modelo de produção capitalista. Os alimentos significam a opção pela reprodução da vida dada pelo trabalho na terra enquanto a barragem hidrelétrica significa a produção de mercadoria para manter a acumulação do capital. Nos atos e mobilizações, os alimentos sempre eram expostos, como se pode ver na foto 08. Eram um dos principais elos de ligação – interesse comum – entre os camponeses e os moradores da cidade, a maioria camponeses desterritorializados pelo processo de modernização da agricultura e por outros fatores ocorridos algumas décadas antes.

Foto 08 – Camponeses expõem alimentos durante mobilização dos atingidos pela hidrelétrica Serra do Facão



Fonte: Arquivo GETeM. 08/04/2003.

No intuito de desmobilizar o Movimento e dar a obra como consolidada, a empresa adquiriu algumas propriedades a partir de negociações individuais e fixou placas nos locais informando que as áreas pertenciam à empresa. Também passou a produzir e a divulgar um jornal sobre o *empreendimento* que ali seria construído. *Empreendimento* é a palavra do vocabulário neoliberal usada no lugar de *empresa* e de outras para dar-lhes a noção de que é algo novo o que está acontecendo e não o velho capitalismo predatório e injusto.

Vainer (2000) descreve algumas táticas das empresas do setor energético para a desarticulação e intimidação das comunidades atingidas. Uma delas foi utilizada pelo GEFAC: o pagamento da área de um grande e conhecido pecuarista para demonstrar à população que o empreendimento era concreto e inevitável. O GEFAC, com isso, queria dizer aos camponeses atingidos que, se comprou as terras do “mais forte e conhecido” pecuarista da região, que se podia comprar as terras de um “homem poderoso”, também podia comprar as dos camponeses. Na figura 06 pode-se ver a notícia dada pelo jornal da empresa.

Figura 06: Informativo do GEFAC

GEFAC conclui a primeira negociação de terra

Foram concluídas, com sucesso, as negociações com o Senhor Ivo Assoni, para aquisição da primeira propriedade da área do reservatório do AHE Serra do Facão.

A escritura foi lavrada no dia 25/04/2003 e o pagamento da área negociada foi feito à vista e integralmente.

Com a celebração de um contrato de comodato do imóvel adquirido, o Senhor Ivo, além de receber o dinheiro, poderá utilizar a área até 8 meses antes de ser alagada, ou seja, por cerca de dois anos.



Assinatura da escritura



Pagamento efetuado à vista

Fonte: Informativo do GEFAC – Ano I Número 2 – Maio de 2003, p. 02.

Mas, ações da empresa, como essa, evidenciavam que ela estava em luta com os camponeses pela fração do território, o que impulsionou o Movimento a promover novas atividades que explicitassem a natureza predatória da hidrelétrica. Dentre elas destaca-se o Programa de Rádio “Barragem Serra do Facão: o outro lado da moeda²³” que trazia a violência do projeto de expropriação e a incerteza vivida pelas famílias atingidas para toda a sociedade de Catalão (GO) e região. Os cinco minutos diários cedidos pela Rádio Cultura

²³ O Programa de Rádio: “Barragem Serra do Facão: o outro lado da moeda” – Projeto de Extensão da UFG/Campus Catalão, coordenado pela Prof^a Dr^a Helena Angélica de Mesquita foi um instrumento desenvolvido pelo movimento de resistência e estava vinculado a pesquisadores do Núcleo de Pesquisas Sócio-Ambientais (NEPSA) no ano de 2004.

(AM) de Catalão se tornou um espaço de denúncia e de contraponto à propaganda executada pelos representantes da hidrelétrica.

Contudo, essa luta gerou sofrimentos e incertezas, inclusive com consequências na produção camponesa. Roças deixaram de ser plantadas e investimentos deixaram de ser feitos. A luta continuava, mas as esperanças eram incertas. De certo modo, a expropriação era só uma questão de tempo e essa incerteza da expropriação *engessou* as famílias.

As atividades do MAB Serra do Facão se tornaram mais intensas nos anos de 2003 e 2004, até porque em 2004 as contestações técnicas e políticas realizadas pelo movimento de resistência levaram à suspensão da Licença de Instalação. Porém, essa suspensão acabou provocando um recuo no Movimento, pois muitos atingidos entenderam a *vitória de uma batalha* como a *vitória da guerra*. E também, nesse momento, o MAB nacional mudou sua estratégia de ação política e deixou de acompanhar a luta nas barrancas dos rios. Para o MAB era necessário redirecionar o confronto contra as barragens hidrelétricas buscando despertar a indignação da sociedade, principalmente nas cidades, com o preço da energia elétrica. Os militantes do MAB nacional não mais acompanharam a luta dos atingidos pela hidrelétrica Serra do Facão e isso, com certeza, aumentou a sensação de fragilidade e isolamento da população local que estava em luta.

Em 2006, o capital mostrou sua força e, apesar dos efeitos e impactos sociais e ambientais que a hidrelétrica traria, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) restituiu a Licença de Instalação. Isso redirecionou a luta de resistência dos camponeses do Vale do Rio São Marcos. Nesse momento também ocorreu uma mudança na composição do consórcio de empresas responsável pela construção da hidrelétrica. O Grupo de Empresas Serra do Facão (GEFAC) transformou-se na Serra do Facão Energia S/A (SEFAC), numa transação em que Furnas Centrais Elétricas passou a compor o consórcio e, desta forma, garante o financiamento público da obra via BNDES.

Assim, com a mudança no consórcio responsável pela obra, com a aprovação das pendências sócio-ambientais e com a aprovação do financiamento público para a obra, que ganha destaque por fazer parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), são retomados os trabalhos no Vale, com uma equipe formada por profissionais que já tinham atuado na construção de outras barragens em que o MAB tinha se organizado. Fortes ações de divulgação e propaganda da barragem como sinônimo de desenvolvimento econômico ganham as emissoras de rádio e de televisão. Farmácia popular, escolas e hospitais são financiados pela SEFAC. As obrigações legais frente aos impasses sociais e ambientais são

apresentadas à sociedade como *doações* e *apoio* a fim de buscar a aceitação da hidrelétrica e a deslegitimação do movimento de resistência.

O capital barrageiro consegue *minar* o MAB, na luta contra a barragem. Principalmente três ações da SEFAC foram responsáveis por isso: a busca da maior participação do Estado, como *representante* público, para legitimar a obra; a perseguição ao movimento social, através de processos jurídicos contra lideranças e o apoio financeiro, ou cooptação, a entidades que faziam parte do movimento de resistência.

A SEFAC utiliza a entrada de Furnas Centrais Elétricas no consórcio de empresas responsável pela construção da hidrelétrica Serra do Facão para construir a imagem de que a usina é uma opção do governo popular e se o governo quer construir é porque é para o desenvolvimento de todo o país e, dessa forma, já não restaria mais nenhum órgão ou entidade do Estado a recorrer para impedir a sua construção.

Logo após a constituição da SEFAC e de suas primeiras ações na região, o MAB realizou um encontro na Paróquia São Francisco de Assis em Catalão (GO) para retomar as ações e buscar informações sobre essa nova fase. Uma caminhada foi organizada pelas ruas da cidade e culminou numa parada em frente ao escritório da SEFAC que, depois disso, pediu a justiça o “interdito proibitório” de seis lideranças do movimento e de dois padres. O processo judicial dizia:

[...] por motivos de estar sendo vítimas da atuação de meia dúzia de pessoas que lideram o grupo denominado “Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB” as quais tem o único objetivo de criar embaraços à implantação do AHESF para oportunamente utilizá-los como “moeda de troca” com o intuito de se auferir vantagem pecuniária e de promoção política;

f) tendo em vista o início das obras e anteendo as autoras atos de perturbação ou de esbulho nos imóveis do canteiro de obras de que já exercem a posse, bem como, do escritório capaz de impedir sua continuidade e postergar a implantação do AHESF, requereram liminar e que seja fixada multa no caso de descumprimento do preceito proibitório, a citação dos réus, a ulterior procedência do pedido e condenações peculiares. (Autos proc. N. 170/2007 (200701216624), fls 02/10).

Após pedir essa ação da justiça, a SEFAC a divulgou entre os atingidos e mudou a sede do seu escritório para um imóvel situado em frente ao batalhão da Polícia Militar na cidade de Catalão (GO). Isso foi uma forma de intimidar os camponeses que, por medo, começaram a se desmobilizar.

A cooptação financeira de entidades que apoiavam a luta contra a construção da barragem ocorreu quando, em 2009, o NEPSA/UFMG/CAC, principal apoio institucional da luta contra a Serra do Facão, sob nova coordenação e com outra perspectiva teórica e

política²⁴, recebeu financiamento da Serra do Facão Energia S/A para desenvolver o projeto intitulado “Monitoramento da qualidade de vida da população remanejada pela formação do reservatório da UHE Serra do Facão”. Esse processo também foi altamente divulgado e ajudou na desmobilização do Movimento, reafirmando a irreversibilidade da obra no plano político e a desvantagem da resistência dos atingidos.

As atividades de propaganda e de cooptação passaram a contar com políticos, líderes religiosos e intelectuais para buscar um consenso favorável à construção da hidrelétrica. A população era levada a acreditar no poder do capital e no empenho do governo federal²⁵ e, assim, foi convencida da inevitabilidade da construção da Hidrelétrica Serra do Facão.

Quando chegô essa otra empresa que tá aí é que nós viu a coisa ficá feia, porque tinha muita gente que dizia apoiá nós e quando esse povo chegô, troxe muito dinheiro, comprô até a justiça; nós ficô sozinho e vimo que agora ez tava com muita força e só nós, pequeno, aqui da roça ia ficá difíci impedi. Até o prefeito de Catalão foi na radia dizê que a barrage era boa pra região, era o progresso. Ele não falô nas palavra, mais quis dizê que nós que moramo aqui a vida toda, era atrasado. E pió que o povo da cidade acreditô. (Camponês expropriado, Sr. M. C. A, 24 anos.Catalão - GO. 30/05/2009).

A população atingida (a que resistia) começou a ver que outra racionalidade *invadia* a região. A inserção em uma economia de mercado, através do discurso do progresso e do desenvolvimento, se sobrepunha à economia interna de produção de alimentos para a autonomia das famílias camponesas e mercados locais – que agora eram tidos como atrasados. A hidrelétrica passou a ser defendida como condição para a integração desta fração do território à economia de mercado, nacional e internacional. Para seus defensores, “[...] quando houver, no espaço invadido, condições para reprodução do capital e exploração do espaço natural como mercadoria” (BERMANN, 2007, p. 06), estaria feita a integração. De acordo com Vainer & Araújo (1990, p.19),

A natureza e a lógica dos grandes aproveitamentos hidrelétricos não deixam dúvidas: trata-se de explorar determinados recursos naturais e espaços, mobilizar certos territórios para uma finalidade específica: produção de eletricidade. Tudo o que contrarie ou escape a este fim aparece como obstáculo e surge, no cronograma financeiro, sob a rubrica de custos. Nestes termos, compreende-se que sejam vistos como obstáculos a população que

²⁴ Nesse momento, os pesquisadores que acompanhavam e apoiavam o MAB já haviam deixado o NEPSA/UFG/CAC e criado o Grupo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/UFG/CAC.

²⁵ O governo federal lançou nos meios de comunicação a notícia de que a hidrelétrica Serra do Facão estava inserida no do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e fazia parte das prioridades.

ocupa as áreas a serem inundadas, os usos da água feito por essa população, bem como todas as atividades econômicas que pré-existem ao projeto.

Diante da inevitável construção da hidrelétrica e da nova racionalidade imposta, o objetivo da luta dos camponeses mudou. Agora era necessário garantir o reconhecimento dos atingidos e obter indenizações que possibilitassem a permanência na terra, no mesmo lugar caso a inundação fosse parcial ou em outro lugar caso a inundação fosse total, ou a transferência para as cidades, se isso representasse o melhor. Neste momento, os pressupostos básicos de sobrevivência humana ganham força. Para Marx & Engels (1986, p. 14, grifo nosso),

[...] devemos lembrar a existência de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de fazer história. *Mas, para viver, é necessário antes de mais nada beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc.* O primeiro fato histórico é pois a produção dos meios que permitem satisfazer a necessidades, à produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos.

Obviamente, o sistema capitalista sabe utilizar essa situação a seu favor para deixar seus oponentes de *pés e mãos amarradas*.

A luta dos camponeses passou a ser para garantir os direitos que significavam naquela situação as condições mínimas para a existência. E, devido a diversas ações da empresa, a luta perdeu o caráter organizado. Contudo, há que se ressaltar que as mobilizações e a resistência dos camponeses garantiram ao menos o reconhecimento deles como atingidos e o pagamento das terras e das benfeitorias, apesar de, até o momento, alguns camponeses ainda não terem sido indenizados porque as suas terras, que agora estão debaixo de água, não tinham documentos regularizados. Além disso, a resistência dos atingidos pela hidrelétrica Serra do Facão significou a retomada da luta pela terra e na terra no Sudeste Goiano, pois, logo após, movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Camponês Popular (MCP) se organizaram na região.

De acordo com o depoimento de um camponês atingido, numa primeira fase os funcionários da empresa eram gentis, depois traziam a notícia de urgência da compra da terra, pressionando-os para sair sem oferecer tempo para refletir ou buscar mais informações.

[...] di primeiro ez vinha aqui e falava que nós ia tê nove mês de salário, nove mês de cesta básica, casa nova, poço artesiano, aí nós animô e largamo mão, acreditamo nez; porque a senhora tinha que vê o tanto que ez era bãozinho. Aí depois começô a vim uma tal de Regina aqui e pressioná pra nós saí. Dizia que se nós não assinasse o papel e pegasse o dinheiro,

nóis ia ficá sem nada porque a água já tava chegano. Ez dexava a gente quase doido, e acabei aceitano o que ez ofereceu (Camponês expropriado, Sr. L. M, 68 anos. Município de Campo Alegre de Goiás – GO, 06/06/2009).

No depoimento do informante, pode-se verificar que a *chegada do estranho*²⁶ à Comunidade, a chegada da barragem hidrelétrica acontece de maneira persuasiva, com um discurso sedutor, oferecendo à população, já fragilizada, dinheiro, emprego, progresso, bem viver. E esse discurso encontra seus interlocutores naqueles que veem na hidrelétrica a possibilidade de ganhos e enriquecimento. Famílias que já tinham a intenção de sair do lugar ou buscavam mudança na sua condição social procuraram a empresa logo no início para a negociação individual, pois acreditavam que: “os que chegasse primero e não desse traibio para a empresa ela ia pagá mio²⁷”. As demais, em suas propriedades, esperavam mais informações e apostavam que a barragem poderia não ser construída, mas logo viram que a empresa queria era ficar livre dos atingidos o mais rápido possível e com menor custo (VAINER, 2007). Conforme Martins (1993), barragens têm como pressuposto a remoção das famílias, consideradas empecilhos à sua viabilização. Os pagamentos eram vistos pela empresa apenas como meio de *limpeza da área*, de expulsão da população atingida para a viabilização da hidrelétrica.

A maioria dos camponeses não compreende a lógica do capital, mas ele “compreende a sua lógica [deles, dos camponeses], que não é a de quem acumula, mas a de quem trabalha” (MARTINS, 1990, p. 117), e a subverte a seu favor, promovendo confusão entre eles com os discursos que pratica. O capital, para imprimir a sua lógica a todos os homens/mulheres em todos os lugares coopta e confunde o sentido das palavras, como faz com propriedade e posse, compra e desapropriação/expropriação, pagamento e indenização, para obter lucro sempre. Assim, na lógica de quem trabalha, *indenização* teria que ser uma ação em seu sentido estrito e não “apenas pagar a terra” e tomá-la como mercadoria, o que ela não é para os camponeses. Conforme uma camponesa atingida,

[...] essa barrage foi a pió coisa pra mim e pro povo aqui da região. Ez viero falano bunito, mais depois dexô a gente na pió. Ez não pagaro nenhuma indenização pra nóis não: ez pagaro apenas as terra e isso não dá pra nóis vivê nem mesmo do jeito que vivia aqui. Essa barrage só acabô com a nossa vida. (Camponesa expropriada, Sra L. da S. M., 67 anos. Município de Campo Alegre de Goiás – GO, 06/06/2009).

²⁶ Como ressalta Martins (1993).

²⁷ Proprietário, Sr. D. C., 53 anos. Comunidade Anta Gorda, município de Catalão-GO, 25/04/2009.

A prioridade para a compra individual e a ausência de uma proposta coletiva para o reassentamento dos expropriados, prevista no plano de obras, não recompôs as condições de trabalho para muitas famílias. Deixou como única alternativa pela perda da terra a contestação do valor pago e isso trouxe, no mínimo, dois grandes problemas para quem tem o modo de vida que o campesinato tem. Primeiro: esse procedimento priorizou as relações monetárias; segundo: valorizou as condições jurídicas da terra, de forma individualizada em prejuízo do modo pelo qual os camponeses originalmente tinham se apropriado da fração do território.

O valor e o significado da terra para os camponeses estavam na materialização de seus meios de trabalhos, com os quais tiravam, a partir do trabalho com a família, as condições reais de sua existência. Geriam cotidianamente o trabalho e não o dinheiro. O dinheiro, desta forma, era apenas um mediador para adquirirem novos meios de reprodução da família. Aqui compreendida a família ampla, pensada em pais e filhos, noras e genros, sogras e sogros, cunhados etc.

Desta forma, ao substituir todos os meios de trabalho da família camponesa por dinheiro, a empresa desestruturou as condições reais de existência deles. O camponês, sempre quando diz que “esse dinheiro, pra mim possui outra terra igual à minha, não vai dá, nunca vai dá²⁸” não está se referindo apenas ao pouco valor monetário recebido por suas terras mas também ao tempo, ao trabalho, às relações e saberes necessários para fazer o novo meio de produção (terra) gerar o que é mais importante para ele: as condições reais de sobrevivência dele e de sua família. Nas palavras de outro camponês, o que é riqueza e pobreza, o que é real e o que é representação:

Nóis aqui temo muito recurso, não podemos dizê que somo pobrezim, que não temo; mas esse recurso tá na terra, nas vaca, nos porco, na ordenha, em tudo que tiramo do nosso trabaio. Nóis mexia com coisa boa e não ficava com dinheiro na mão. Tinha recurso, mais não em dinheiro – a senhora intende né?! Quando essa barrage chegô e desapropriô nós, ela só falava em dinheiro e nós pegô o dinheiro, que já foi pôco. E o que aconteceu? Nóis perdeu quase tudo porque não sabia mexê com ele. Eu memo erreí demais com esse dinheiro. (Camponês expropriado, Sr. S. M., 51 anos. Município de Catalão-GO. 26/04/2013).

Na imprensa escrita e falada no município de Catalão/GO, representantes da empresa (SEFAC) divulgaram que o *progresso* chegaria, inclusive para as famílias camponesas do Vale do Rio São Marcos, pois as indenizações iam tirar muitas da pobreza. Ao fazer referência à pobreza, a empresa tem o dinheiro como definidor de riqueza e isso não é parâmetro para o campesinato. Para os camponeses que trabalham com suas famílias na terra

²⁸ Camponês expropriado, Sr. G. S., 52 anos. Município de Davinópolis. 13/06/2009.

“[...] o que define a boa ou má vida, a boa ou má existência, é a fartura, se tem ou não se tem fartura, se tem ou não se tem o que comer, na medida em que as pessoas são capazes de dar conta de uma grande parte das suas necessidades” (MARTINS, 1990, p. 132).

Nesse pedacim de terra aqui é que eu conquistei a maió riqueza da vida. Daqui é que eu tiro a fartura pra alimentá toda a minha famia e capaiz que eu tenho comida ali pra umas cem pessoa. É fartura de tudo: arroiz, feijão, farinha, polvilho, leite, queijo. Ih! É uma coiserada! E tudo isso nós conseguiu trabaiano. (Camponês expropriado, Sr. D. J. S., 49 anos. Município de Catalão-GO. 14/05/2009).

Na estratégia da expropriação territorial-patrimonialista adotada pela empresa (VAINER, 1990, p. 21), que é aquela em que “[...] a empresa busca assumir a propriedade como alvo-área, e o mecanismo legal que acionará será o da compra”, somente camponeses legalmente documentados, portanto, proprietários, são reconhecidos através de uma infinidade de ações individuais de compra e venda. Na hidrelétrica Serra do Facão esta estratégia ganhou nova forma de expressão na medida em que a empresa *reconheceu* como atingidos alguns meeiros e assalariados, mas continuou aplicando com eles a lógica patrimonialista que aplicou com os chamados proprietários de terra, porque tratou direitos como mercadoria. Analisar este fato é imprescindível para não se aceitar a falsa ideia de que a empresa ajudou a população não proprietária atingida, o que vem sendo colocado por muitos pesquisadores. Isso foi apenas uma propaganda de *responsabilidade social*.

A chegada da hidrelétrica trouxe para a vida dos camponeses a formalidade, a obrigatoriedade jurídica. A desapropriação, numa sociedade que *respeita* o direito à propriedade privada e os direitos e liberdades individuais, tem o que Moura (1986) chamou de “força da lei” ou de “caráter de obrigação legal” e isso restaura mais uma vez na história do Brasil o conflito entre a forma de apropriação camponesa da terra e a forma capitalista de apropriação, fundada nas formalidades legais.

Camponeses que eram legalmente proprietários da terra e aqueles que não tinham título da terra tiveram-nas igualmente inundadas, mas não os mesmos reconhecimentos por parte da empresa.

Toda as terra dessa região aqui era da minha famia. Meu avô passô um pedaço pro meu pai e o meu pai dividiu essa terra comigo e meus seis irmão. Mais ez só dava a terra pra nós. Não é como agora que, se dividi, tem que passá pro papel lá no cartório e pagá pro governo. Antes não tinha nada disso; a gente ganhava um pedaço de terra do pai e passava a cuidá dela com a famia. Essas terra tudo é assim, ninguém nunca mexeu com papel não. Nós é dono por que trabaia nela... E agora vem essa barrage e diz que nós não vai sê indenizado por que nós não tem os papel da terra.

(Camponês expropriado, Sr. V. R., 44 anos. Município de Campo Alegre de Goiás - GO. 06/06/2009).

No depoimento do informante podemos ver as relações que mediavam a passagem da terra de pai para filho (em alguns casos) no Vale do Rio São Marcos. O registro necessário para legitimar a divisão da terra era o trabalho exercido por quem a recebia e não o jurídico. A herança, ou mesmo a relação de compra e venda, dos mais idosos, estava baseada na oralidade ou na *palavra dada* sem a necessidade de registros jurídicos.

Com a chegada da hidrelétrica, a propriedade jurídica da terra passa a ser a condição para receber o pagamento por ela e os camponeses que não a possuíam poderiam ser simplesmente expulsos, sem direito à indenização, pela “força da lei”. Aqueles que não possuíam documentos jurídicos das terras teriam que “regularizá-las” para receber o valor monetário correspondente, ou seja, é necessário registrá-las para perdê-las. Desta forma, a formação do reservatório da Barragem Serra do Facão e a propriedade jurídica são a base da expulsão.

Os vizim que tinha documento ez até pagô um pôco; pôco, mais pagô. Agora, nós, que não tinha os papel das terra, ez feiz arrumá os papel porque senão não ia recebê. Eu paguei um advogado lá na cidade e ele arrumô tudo e ficô em quase trinta mil e quando recebi da empresa o dinheiro mal deu pra pagá os documentos. E têm gente aí que não conseguiu arrumá os documentos e tão até hoje sem recebê a indenização. (Camponês expropriado, Sr. S. P., 72 anos. Município de Campo Alegre de Goiás - GO. 06/06/2009).

Muitas famílias camponesas também tinham realizado empréstimos no Banco do Brasil, no PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com prazo de oito anos para pagamento e, nesses casos, a empresa colocou como condição para receber o pagamento a quitação do empréstimo de uma vez só.

Eu tinha um empréstimo no banco que eu fiz pra comprá vaca de leite e pagava dentro do que eu podia todo ano. Aí pra ez me tomá essa terra aqui e me pagá por ela, ez feiz eu pagá esse empréstimo lá no banco tudo de uma vez só. Nós teve que tomá dinheiro emprestado e quando nós recebeu o dinheiro da terra, salpicado, tivemos que pagá o dinheiro emprestado e ez pagô tão ruim que nem deu pra comprá ôtro pedaço de terra. (Camponesa expropriada, Sra. L. C., 67 anos. Município de Campo Alegre de Goiás-GO).

Quando grandes proprietários de terra, que produzem para exportação, dizem não ter condições de pagar seus grandes empréstimos dos bancos estatais, as dívidas são prorrogadas, os juros retirados etc.

O poder jurídico é rápido para conceder a reintegração de posse de terras ocupadas por “atores sociais poderosos” que se elegeram donos delas quando elas são “invadidas” por pobres e camponeses sem terra, mas segue os “ritos processuais”, é vagarosa quando se trata da invasão da terra de pequenos pelo grande capital e pelo Estado.

Quando ez [a empresa] chegaro aqui e oferecero essa mixaria pelas nossas terra, nós não aceitô e ez disse que para ez era assim e se nós quisesse brigá com ez era pra entrá na justiça. Mais, a senhora sabe que a justiça é de quem tem dinheiro, porque ez compra juiz, compra advogado, compra todo mundo e a gente fica muitos anos esperano saí o resultado. Então eu mesmo falei pra muita gente aqui não mexê com justiça, não. Vamo tê que ficá lá naquele topo seco onde a água não vai, porque í pra cidade é pió do que morrê no seco. Esse povo da barrage só veio pra cá pra nós morrê mais cedo. Ez é a morte... (Camponês expropriado, Sr. J. B. S., 55 anos, Município de Catalão-GO, 30/05/2009).

As negociações coletivas são fortemente defendidas por entidades mediadoras de conflitos fundiários, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), mas o capital se aproveita de tudo que for possível para fazer expropriações e negociações –individuais. Os atingidos pela hidrelétrica Serra do Facão se desarticularam rapidamente. Um atingido afirma que,

Se nós, piqueno, tivesse tudo unido seria mais fácil recebê e teria força pra recebê melhor, mais, sempre que se formava a união uns ia e otros num ia, e aí a gente via que não tinha acordo. Aí fizemo tudo individual... (Camponês expropriado, Sr. V. C., 44 anos. Município de Campo Alegre de Goiás-GO. 06/06/2009).

Outro atingido relata os prováveis motivos de desarticulação das negociações coletivas:

Há uns anos atrás, acompanhei um período o MAB e vimo que a negociação coletiva era o melhor caminho se nós não conseguisse pará essa barrage. Mais, essa empresa chegô aqui e entrô pro meio do povo. Ez fizero amizade e ficava nas comunidade dia inteiro e quase todo dia. Quando ez achô que não tava bão, contrataram alguns jovens filho dos atingido pra trabaiá pra ez, visitando as otras família atingida. O povo achô que tudo estava certo, pois os representante da empresa era os menino que todo mundo aqui viu crescer. Ez passava de casa em casa incentivando o povo a negociá individual que seria melhor e o povo que tinha pôca consciência seguiu ez. (Camponês Expropriado, Sr. A. A., 37 anos. Município de Catalão-GO. 30/05/2009).

A contratação de jovens locais que possuíam laços de parentesco com muitas famílias atingidas ou que estavam ou foram ligados a instituições participantes do Movimento contra a barragem como a UFG/CAC tirou o sentido de *estranho* do empreendedor, o que,

conforme Vainer & Araújo (1990), é mais uma estratégia do setor energético para desarticular a população atingida, como a manipulação de notícias. Num primeiro momento as informações são verdadeiramente sonegadas no intuito de facilitar o ingresso da empresa na região e causar a *descrença* na obra. Num segundo momento, à desinformação junta-se a comunicação *social* da empresa que propagandeia os benefícios da obra e lança informações desencontradas para a população atingida. (VAINER, 1990). E, dessa forma, em toda a implantação da barragem hidrelétrica a população não pôde formar conhecimento com o qual pudesse se defender nem se unir. Na pesquisa de campo pôde-se verificar esta situação:

Essas reunião que ez faiz aqui é só inganação. Fala, fala, mais não é nada que enteressa a gente. Ez fala o que interessa a ez. (Camponês expropriado, Sr. G. A., 49 anos. Município de Catalão-GO. 30/05/2009).

A gente pergunta pro pessual o que aconteceu na reunião e ninguém sabe respondê, então í nas reunião que ez fazia não adianta nada. (Camponês expropriado, J. C., 26 anos. Município de Catalão-GO. 30/05/2009).

Não vô na reunião porque não posso dexá as coisas sem fazê. (Camponês expropriado, Sr. V. C., 44 anos. Município de Campo Alegre de Goiás-GO. 06/06/2009).

Os depoimentos mostram como os camponeses atingidos foram levados a aceitar as normas da desapropriação, porém eles não se *conformaram*, não houve *conformismo*, restou-lhes um pouco da capacidade de indignação.

O último dos três informantes apresentou o motivo para não participar das reuniões: não poder deixar os seus afazeres no campo. Mas, pode uma pessoa que está prestes a perder tudo, e não apenas bens materiais, não priorizar as reuniões que tratam deste assunto para cuidar de seus animais e plantas? Paulino (2006), em sua brilhante análise sobre o campesinato, enfatiza que, para os camponeses, ao contrário do que é para as demais classes, a “[...] leitura de mundo deriva diretamente de uma experiência fundada no processo criativo do trabalho, à medida que o [o mundo] vai reconhecendo na produção das espécies e/ou animais sob seus cuidados” (PAULINO, 2006, p. 132).

No trabalho reconhecem todo o ciclo da vida e ele não pode ser interrompido. No trabalho está fundada a sua condição de existência e deixá-lo, seja por horas ou dias, significa a diminuição das suas condições concretas de reprodução da vida. Até a chegada da hidrelétrica, os camponeses atingidos tinham a *vida inteira*, uma visão total do trabalho e isso se tornou uma ferramenta de desarticulação na medida em que não conseguiram ter a visão

fragmentada que a nova realidade exigiu. Era necessário interromper o trabalho para resistir à sua expropriação.

Outra tática utilizada no Vale do Rio São Marcos pela hidrelétrica foi incentivar em um grupo a crença na idoneidade da empresa. Pessoas foram levadas a acreditar que a empresa faria o melhor para a população. A justificativa desses atingidos, conforme *slogan* era que se a empresa ia construir mais três hidrelétricas no Rio São Marcos pagaria boas indenizações para servir de exemplo para as próximas hidrelétricas a serem construídas.

Outra maneira de desarticular a população atingida foi pedir que acordos e negociações realizados não fossem ditos para ninguém. Num primeiro momento os atingidos até acreditaram que tal pedido de omissão no valor das indenizações estava centrado no fato de que haviam recebido mais do que os outros atingidos. E isso foi, por um longo período, um mecanismo de dificultar a discussão e a organização coletiva.

Essa manipulação, pela empresa da (des)informação resultou numa certa diferença de comportamento, de reação ao deslocamento compulsório. As famílias sabiam que a igualdade entre as partes, que supõe o contrato de compra e venda proposto pela empresa, não passa de uma ficção legal, pois de um lado está a grande empresa estatal/privada buscando o lucro com muitos recursos econômicos e poder político e de outro lado estão as famílias camponesas, desunidas, inseguras, pressionadas e acuadas (VAINER & ARAÚJO, 1990). Em depoimento um atingido descreve as razões do não-enfrentamento no momento da expropriação:

Depois que o SEFAC iniciou as negociação ninguém mais quis fazê reunião e enfrentá essa empresa, porque toda vez que ez vinha aqui trazia um montoadado de gente estudada, com monte de papel, caderno. Anotava tudo que o povo falava e tirava foto de todo jeito, né. Mostrava no papel que essa casa aqui vai ficá debaxo d'água, essa otra aqui também; aquele centro comunitário vai ficá ilhado, enfim, dizia no papel que tudo lá ia acabá. E nisso tudo, menina, não tinha mais o que nós fazê, porque o governo tava apoiano, dano dinheiro e se nós reclamasse ficava era sem nada. (Camponesa expropriada, Sra. A. A., 67 anos. Município de Catalão-GO. 30/05/2009).

Por encontrarem-se desarticulados, os atingidos foram convencidos pela empresa a realizarem as negociações individualmente, acreditando que, se fossem coletivas, sairiam prejudicados, pois “cada caso é um caso diferente”. Diferente no tamanho da propriedade, na condição de apropriação, no número de pessoas que compunha a família,... Enfim, foi uma estratégia encontrada pelo empreendedor para fragilizar a população atingida, pois quebrava-

se, assim, a lógica de Comunidade em que os camponeses sempre viveram, e eles se sentiam desamparados e desesperados.

Com os não-proprietários (meeiros, garimpeiros e trabalhadores rurais) a desinformação foi ainda mais forte, pois como contestariam a negociação se nem mesmo sabiam se a empresa reconheceria seus direitos? Os depoimentos, de um garimpeiro e de um trabalhador rural, retratam bem essas incertezas: “Se sair alguma coisa eu fico por aqui, se não, vô pra otro rio, já tamo acostumado e até agora ez não falô nada²⁹”; “Para quem não tem terra é difícil negociar com a empresa³⁰”.

Muitos atingidos como esses pareciam não saber que possuíam algum direito conformando-se inclusive em simplesmente sair do local sem receber nada. E, mesmo nos casos em que houve o reconhecimento do direito dos garimpeiros, trabalhadores e meeiros, isso foi divulgado como um favor que a empresa estava prestando àqueles que por anos viveram e trabalharam no Vale do Rio São Marcos.

Esse fato prova a afirmação de que as indenizações foram feitas de forma incompleta na área atingida pela hidrelétrica Serra do Facão. Elas se efetivaram em *manchas* do território, condicionadas muitas vezes pelo caráter de resistência que havia acontecido na primeira tentativa de construção da Hidrelétrica Serra do Facão nos anos de 2003 e 2004. Em muitas Comunidades pudemos encontrar camponeses sem os documentos jurídicos da terra, trabalhadores, garimpeiros e meeiros que não haviam recebido nenhum tipo de indenização e estavam à espera da *boa vontade* da empresa.

Em todos os locais onde os empreendedores conseguem sucesso no convencimento da população atingida para que as negociações e indenizações sejam individuais, criam uma comissão composta por lideranças locais para que cada uma seja interlocutora da empresa dentro das suas Comunidades. Essa é mais uma fase da estratégia da desarticulação, pois à medida em que apenas uma pessoa passa a ter contato com a equipe de negociação da empresa gera-se a desconfiança entre os camponeses, muitas vezes motivadas pela real cooptação de algumas lideranças, pela *comunicação social*.

Ao invés de irem representar as famílias camponesas de uma Comunidade as lideranças eram convocadas para reuniões com a área de comunicação social da empresa, ou seja, com os propagandistas, nas quais era lhes apresentado o *progresso* que a hidrelétrica traria para a região e também eram feitas as negociações individuais e oferecidas vantagens para que convencessem a população atingida sobre as boas intenções da empresa. Alguns

²⁹ Informante Garimpeiro, Sr. S. F., 44 anos. Balsa de Cima – Município de Catalão/Campo Alegre. 01/06/2009.

³⁰ Informante trabalhadora rural, Sra. N. A., 51 anos. Comunidade Pires – Município de Catalão. 26/05/2009.

atingidos que compuseram a comissão ponderaram a respeito de terem tido seus nomes escolhidos pela empresa:

Ez [eles] me escolhero porque sabia que nós sempre tivemo liderança aqui na região. Ez dizia que com o dinheiro que eu ia recebê poderia comprá otro pedaço de terra e modernizá ela. Poderia plantá soja, e às veiz, eu até pensei que podia dá certo, mais, nunca dizia que ia fazê o que ez falava. Mais, quando ez vinha fazê reunião aqui em casa, e pedia pra gente chamá os vizim tudo, e dizia que eu já tinha aceitado e ia virá um grande produtô de soja, aí, o povo ficava achano que eu tava junto com ez. (Camponês expropriado, Sr. Amarildo, 37 anos, Catalão-GO, 30/05/2009).

Ez me escolhero pra sê liderança e me pediro a casa para fazê as reunião deles. Eu dexei e então ez fizero poço lá na otra terra pra mim e puzero energia também. (Camponês expropriado, Sr. Sílvio, 51 anos, Catalão-GO, 26/05/2009).

Outros atingidos, membros da comissão, com o passar do tempo, conseguiram fazer uma análise crítica sobre o papel que exerceram para a empresa.

Ez me escalaro pra Comissão dos Atingido, mais só falava pra nós aquilo que interessava a ez. E eu vi que era mais o que interessava a ez porque quando ez pegaro tudo o que queria do povo nunca mais chamô nós lá. Cabô os informativo. Cabô as reunião... E também eu acho que ez pegaro aquelas pessoa que ia causá algum entrave pra ez, que às veiz tinha até mais clareza, pra ez jogá aquelas informação em cima da gente pra dizê que tinha dado informação do que estavam fazeno. O que que depois eu descobri? Descobri que ezs quiria isso: quiria dizê que ocê tá informado, enquanto muitos aí não ficava sabeno de nada. Então eu acho que ez usaro nós como uns bode expiatório na história de'z. (Camponês expropriado, Sr. G. da S., 49 anos, Catalão-GO, 30/05/2009).

A Comissão dos Atingidos se tornou alvo de descrédito e esse fato desarticulava ainda mais a população, como era o propósito da empresa.

[...] a comissão que ezs criô era da empresa e não representava os atingido. Nós não ficava sabeno de nada e muita gente aí diz que ezs se vendero pra empresa. (Camponesa expropriada, Sra. N. C., 40 anos, município de Catalão-GO, 30/05/2009).

[...] antes nós tava organizado. Durante muito tempo nós lutô tudo junto contra essa barrage; fizemo mobilização, queimamo os marcos; mais, quando a SEFAC chegô, a maioria se vendeu pra ezs. Foi as liderança de quase toda as comunidades e o povo da cidade, que antes nos apoiava também, se vendero tudo. Aqui embaixo, o meu vizim mesmo, foi o único que saiu bem; mais ele não recebeu bem pelo valor da terra, mais recebeu pra ajudá essa empresa enganá o povo. Aí eu não participei de mais nada porque cada um só quê garantí o seu. (Camponês expropriado, Sr. M. C., 45 anos, município de Campo Alegre de Goiás-GO, 06/06/2009).

A empresa manipulou de forma autoritária e cruel as pessoas. Por vários meses fotos dos atingidos que compunham a comissão eram publicadas sempre com fisionomias alegres e adornadas com fragmentos de falas que relatavam a grandeza da obra e a satisfação da população atingida.

Assim, a falta de articulação, a cooptação da Comissão dos Atingidos e de alguns apoiadores e os conflitos entre interesses individuais fizeram com que a população atingida pela hidrelétrica Serra do Facão efetivasse todas as negociações individualmente, que não foram suficientes para criar as mesmas condições de vida que tinham antes de ser desterritorializadas pela barragem.

3.3 A expropriação camponesa e a *limpeza da área* no Vale do Rio São Marcos

A expropriação/expulsão das famílias camponesas de seus lugares foi realizada conforme as condições impostas pela SEFAC e ocorreu durante a construção quanto logo após o fechamento da barragem do Rio São Marcos. Algumas famílias saíram logo, ainda durante a construção, a maioria durante a *limpeza da área* e outras quando a água já estava inundando o Vale.

A decisão sobre o momento de sair para alguns se deu pela descrença no tamanho do reservatório e na necessidade de abandonar definitivamente as terras, para outros pela ausência de condições reais para a mudança para outro local, para outros, ainda, por não querer deixar para trás o patrimônio formado durante décadas pela família. Mas, em uma hora ou outra, todos saíram, o que significou além de ter que mudar, *perder a propriedade* e sair da Comunidade em que sempre se viveu, perda da *terra*, do lugar.

A saída dos lugares é a materialização da perda e explicita o vínculo mantido com a terra e com o patrimônio construído pela família, no vivido pelos camponeses. Não se trata de um ressentimento pela perda do direito jurídico da propriedade, nem pela perda econômica, mas da perda de um *modo de ser e viver*. Muitos nem mesmo sabiam o que é ser diferente, apenas imaginavam e/ou começaram a saber pelo processo de construção da hidrelétrica. É a perda de terras férteis de fundo de vale, as únicas que haviam escapado porque as chapadas da região já tinham sido tomadas pela voracidade do agronegócio da soja do Sudeste Goiano.

A foto 09 mostra um camponês observando a terra que um dia foi sua. Ele relata que “aqui, onde a empresa fez esses buracão já plantei muita roça de arroz e fiz muita festa com a vizinhança³¹”.

Foto 09 – Camponês atingido pela hidrelétrica Serra do Facão, Catalão/GO observando em sua antiga terra, o canteiro das obras sendo construído



Autora: NASCIMENTO, A. C. 13/06/2009.

Ao se fixarem em determinada fração do território ou já nascerem e permanecerem ali, estabelecendo relações específicas com ela e nela, os camponeses sempre almejam a permanência duradoura e não a mudança repentina, muito menos, a compulsória. Por isso apesar do deslocamento compulsório ter sido anunciado pelo decreto expropriatório emitido pelo governo federal, é possível assegurar, a partir das entrevistas realizadas no

³¹ Camponês expropriado, Sr. G. C., 52 anos. Município de Davinópolis. 13/06/2009.

trabalho de campo nos anos de 2009 e de 2013, que, até a chegada dos funcionários da empresa para a *limpeza* do Vale, poucas famílias haviam deixado suas terras. Outras só saíram quando a barragem foi fechada e as águas começaram a subir. Mas, por que algumas famílias saíram logo? Um camponês explica essa decisão:

Eu morava há muito tempo lá e era bom; mais, quando ouvi falá dessa barrage, não quis esperá nada, só pensei em saí. Porque já ouvi falá tanta coisa ruim de barrage. Tenho um irmão que morava no Pará e ez feiz uma barrage dessa lá e ele contava que a empresa punha a polícia pra tirá o povo e que muita gente morreu afogado. [...] eu sempre vivi do meu trabalho, então vim embora logo e não esperei barrage nada. Isso é só sofrimento.(Camponês expropriado, Sr. M. J., 53 anos. Município de Catalão - GO. 11/06/2009).

Uma reação como essa pode se dar por desesperança, consciência de uma luta desigual ou medo de sofrer violência ou mesmo de perder a vida.

Foto 10 - Casa já abandonada na Comunidade Pires, município de Catalão (GO)



Autora: NASCIMENTO, A. C. 05/06/2009.

Pela natureza da pesquisa, não foi possível estabelecer com precisão quantitativa o momento da saída de cada família camponesa. Quem ficou na área durante a *limpeza* do Vale e a chegada das águas relata esse momento com muito sofrimento. Foi quando tiveram que criar as condições para sair de suas terras, porque não havia outras opções.

Nóis ficamo aqui esperano, resistino, pra vê se essa barrage ia embora; mais agora a água já tá chegano e nóis num sabe nem memo pra onde í. Ficamo esperano porque não sabia o que fazê, mais não adiantô nada, porque até agora ainda não sabemo. [...] a gente passô a vivê a vida de'z e, não, a nossa e por isso não sabemo o que fazê, só sabemo que ez vai fazê energia à nossa

custa e à custa do rio. (Camponesa expropriada, Sra. E. S., 77 anos. Município de Campo Alegre de Goiás. 06/06/2009).

O deslocamento compulsório, ou expulsão, foi justificada pelos principais canais de comunicação do Brasil pela falta de energia elétrica. Era, portanto, necessário o *sacrifício* da população atingida e a *limpeza do Vale* para fornecer energia para as pessoas – mas, sabe-se que principalmente as indústrias dos grandes centros é que terão energia para alavancar o *desenvolvimento*, obter e acumular lucro.

Veja o depoimento de um dos camponeses atingidos a esse respeito:

Quando ficamos sabendo da dimensão dessa barragem, o povo já disse que, se não fizesse ela, o Brasil ia ficar no escuro, porque tava faltando energia e logo depois dissero que ia tirar tudo o que era nosso pra dar lugar pra água. (Camponês expropriado, Sr. G. da S., 49 anos. Município de Catalão-GO. 30/05/2009).

O discurso empreendido pela empresa SEFAC foi largamente aceito e divulgado pelos meios de comunicação. Era o discurso do caráter de *utilidade pública*, do sacrifício que os camponeses estavam fazendo para contribuir com a geração de um recurso tão fundamental para a vida moderna e para o bem estar das pessoas, que sustentou também ações judiciais contra aquelas pessoas que ousaram questionar a implantação da hidrelétrica. No trecho da ação judicial de interdito proibitório podemos constatar:

[...] com fundamento no art. 932 do CPC concedo a liminar pleiteada, conseqüentemente determino, se necessário com emprego de força policial, aos réus que não obtenham [não causem embaraço e impedimento] da posse da autora a empreendedora SEFAC das áreas do empreendimento. Compreendendo que tais áreas, cumpre esclarecer, foram declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, por ato da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, mais precisamente a resolução autorizativa número 547, publicada no Diário Oficial da União, n. 196, seção 1, páginas 46 e 47, de 8 de 10 de 2002³².

Obras desse tipo são sempre declaradas de *utilidade pública*, necessárias e urgentes, mas somente para que lhes sejam concedidos privilégios *legais* que lhes dão *carta branca* para agir com total desrespeito com a população e com a natureza. O caráter de urgência da obra também é uma estratégia para que os camponeses se preocupem em sair da área e se confundam no processo de contestação da obra ou mesmo das indenizações. No Vale do Rio São Marcos antes mesmo das famílias camponesas terem organizado a mudança para

³² Mandado de cumprimento da liminar emitida pela Comarca de Catalão contra lideranças locais.

outros locais em que pudessem reconstruir suas vidas, estavam sendo pressionadas a deixarem suas terras.

As águas do Rio São Marcos agora eram destinadas para a produção de energia e, por isso, tudo o que não se destinasse a esse fim deveria ser retirado da área que iria conter as águas represadas. Todas as estruturas que caracterizavam o *espaço-terra* camponês deveriam ser destruídas para a formação do reservatório da hidrelétrica, aqui por nós compreendido como *espaço-água*, pertencente *ao* e de propriedade privada *do* capital.

O discurso de *limpeza da área* apresentado pela empresa foi assimilado e repetido por todos e, assim, reafirmou-se a mensagem de que **tudo** o que existia na área destinada ao reservatório – fauna, flora, animais e plantas, casas, pontes, ... e gentes –representavam sujeira.

Nesse contexto o discurso de *limpeza da área* apreendido significou no plano ideológico a inevitabilidade do novo destino dado àquela fração do território, que não mais atendia à existência das famílias camponesas (agora tidas como obstáculo ao progresso e à normatização do espaço pela ordem), mas constituía uma nova forma de apropriação, um novo uso do território: a produção de energia elétrica.



Foto 11 – Casa de um Camponês antes da limpeza da área, município de Campo Alegre de Goiás (GO)
 Autora: NASCIMENTO, A. C.
 02/04/2009.



Foto 12 – Local onde foi “sepultada” a casa do Camponês da foto ao lado, município de Campo Alegre de Goiás (GO)
 Autora: NASCIMENTO, A. C.
 06/06/2009.



Foto 13 – Rio São Marcos antes do enchimento do reservatório da hidrelétrica Serra do Facão, município de Catalão (GO)

Autora: NASCIMENTO, A. C.
26/05/2009.



Foto 14 – Enchimento do reservatório da hidrelétrica Serra do Facão, município de Catalão (GO)

Autora: NASCIMENTO, A. C.
20/12/2009.

Os camponeses têm a *limpeza* como o momento mais dolorido, mais triste do processo de expropriação. Sempre, ao descreverem esse fato, comparam-no a um enterro, pois os funcionários da empresa faziam uma grande vala e enterravam os destroços de suas casas, currais, pomares etc³³. Observe-se o depoimento:

Ontem eu vim aqui derrubar a minha casa. A casa que minha mãe criou nós e agora tá tudo ali, sepultado. É normal? É normal? Não, não é! Eu enterrarei a minha vida e estou satisfeito por isso. Mas eu continuo aqui, como se estivesse velando a minha própria vida. (Camponês expropriado, Sr. J. C., 53 anos. Município de Catalão. 30/05/2009).

Ante a invasão, a impotência de não poder fazer nada para não ser expulsos, expropriados, é o mesmo que estar mortos, mas *vivos*. Nesta etapa, todos veem o significado da hidrelétrica materializado. Patrimônios materiais e imateriais, propriedades e posses significam fazer parte, estar no mundo, na vida, é possibilidade futura, é dever. É o sentimento de pertencimento (SIGAUD, 1986) não de algo, da terra em si própria, mas de si próprio à terra, à vida.

Outro informante expõe a voracidade com que a empresa fez a *limpeza da área*:

³³ Para quem conhece as imagens dos corpos esqueléticos mortos pela violência dos campos de concentração nazistas sendo empilhados e jogados por máquinas em grandes valas depois da entrada dos aliados é a mesma coisa, só que aqui o agente é só o capitalismo: ele mesmo mata, enterra “dignamente”, limpa e empreende em cima, cria um novo espaço de onde retirar lucro.

Ontem, tive ali, nos fundo da terra onde a empresa tá desmatano. E eu fiquei assustada. E agora tô arrumano minhas coisa pra saí daqui, porque esse lugá aqui não é mais o nosso. Antes o IBAMA dizia que nós não podia mexê no Cerrado que tava do lado do rio, e agora essa empresa tá derrubano tudo. Tem tanto home estranho, tanto trator que a gente não sabe nem o que pensá. Esse povo destrói tudo. (Camponesa expropriada, Sra. A. A., 32 anos. Município de Davinópolis-GO. 13/06/2009).

Na foto 15 podemos ver a área desmatada a que se refere a informante. Esse mecanismo de apropriação capitalista do território não é normal para os camponeses, que nunca haviam visto tamanha destruição de uma só vez – nem deveria ser pra ninguém.

Foto 15 – Limpeza da área desmatada para a formação do reservatório da hidrelétrica Serra do Facão, município de Catalão (GO)



Autora: NASCIMENTO, A. C. 05/06/2009.

Antes da chegada da hidrelétrica só circulavam no lugar pessoas conhecidas, pessoas do lugar, ainda que entre muitos não houvesse intimidade, eram “gente daqui mesmo”. Com a chegada da barragem vieram muitos trabalhadores de outras regiões do país. Esse é um motivo de estranhamento. Outro é que os camponeses consideram “absurdo” ver uma pessoa estranha entrar em suas terras e ir destruindo tudo, sem cerimônia. “Absurdo” não apenas pelo fato de derrubarem tudo que havia na propriedade, mas pelo fato de se tratar de uma pessoa que eles nem conheciam e que, portanto, não tinha o “direito” de estar ali. É uma violação material de valores imateriais: “[...] isso é uma ofensa, porque ez nem espera a gente

saí e manda esse povo estranho entrá nas terra³⁴. É o desrespeito a ritos e cerimônias, a coisas sagradas e ao sagrado respeito e ao sagrado dever de dar continuidade à vida, por isso muitos camponeses, principalmente os chefes da família, sentem-se desonrados por perderem suas terras. É como se a partir de então não tivessem mais o que deixar para os filhos, as condições de reprodução da vida que receberam de seus antepassados para serem guardiões e passarem para os descendentes.

Toda a lembrança que eu e meus irmão tem do meu pai é essa terra e agora essa barrage vai apagá tudo. O meu fio mais novo gosta de trabaí na terra e, se eu dexasse essa terra pra ele, um dia ele podia lembrá do que eu fiz; mas agora acabô tudo. O dinheiro que essa barrage deu por me tomá essa terra não vai dá pra comprá outra terra e nós vamo comê ele todo, porque eu não tenho estudo e gente assim não arruma emprego e se duvidá vô fica encostado no meu fio. Vô dá trabaio ao invés de dá terra. (Camponês expropriado, Sr. G. J., 52 anos. Município de Davinópolis-GO. 13/06/2009).

Os efeitos da perda da terra e da Comunidade, além dos visíveis, são fisiológicos nos camponeses, principalmente nos mais velhos. A pressão psicológica e a incerteza sobre a continuação da vida afetam a saúde dos atingidos, chegando em alguns casos até à morte.

Quando essa barrage começou a andá por aqui e viero dizê pro meu pai que a nossa casa ia ficá 84 metros debaixo d'água, o meu pai se desesperô. Todo dia, à tarde, ele saía ali no tererro e ficava chorano. Quando passô uns dia, ele não quis mais comê e vivia numa tristeza *que só veno!*. Nós até levamo ele no médico lá em Catalão e o médico disse que era só pressão alta. Nós voltô e continuô tudo do mesmo jeito, até que um dia ele deu um infarto lá no quintal e morreu. Morreu de desgosto dessa barrage. (Camponês expropriado, Sr. J. C., 29 anos. Município de Catalão. 10/06/2009).

Outra informante, emocionada, relata que:

Vou senti muita falta daqui, dessa casinha e tem dia que dá vontade de bebê veneno e morrê logo de uma vez. O que que adianta ficá morreno de pouquinho? (Camponesa expropriada, Sra. G. M., 58 anos. Município de Catalão - GO. 02/06/2009).

Esses fatos aumentam o pesar dos camponeses, principalmente parentes e vizinhos dessas pessoas que adoeceram e/ou faleceram. Sempre relembram-se os casos com muita tristeza. Todos os sessenta e quatro (64) entrevistados dessa pesquisa falaram sobre este assunto.

Também para os mais velhos a reconstrução da vida noutra lugar é mais difícil, pois eles têm uma expectativa reduzida de futuro. São vários os casos relatados sobre a

³⁴ Camponesa expropriada, Sra N. C., 40 anos. Município de Catalão - GO. 30/05/2009.

imensa dificuldade que os idosos tinham para sair de suas propriedades, muitas vezes, precisaram da ajuda de parentes para deixar a terra. Para Tuan (1983) os haveres pessoais já realizados são mais importantes para os mais velhos, pois “[...] estes estão muito cansados para definir o seu sentido do eu com projetos e ações; seu mundo social diminui e, com eles, as oportunidades para contar suas boas ações.” (TUAN, 1983, p. 207).

Por não terem mais força física para reconstruir, com trabalho suas vidas, voltam-se para o passado para continuarem vivendo, mas a hidrelétrica Serra do Facão lhes tirou também o passado, violentamente. Vivem como se estivessem mortos e morrem todos os dias. Já a percepção dos mais jovens é diferente, eles “[...] vivem no futuro; o que eles fazem, em vez do que eles possuem, define seu sentido de personalidade” (TUAN, 1983, p. 207) mas eles só terão esse sentido caso consigam reconstruir suas vidas em outro lugar.

A ação da SEFAC de *limpeza da área* antes do fim da negociação com a população atingida revela o objetivo da empresa de organizar o ambiente do reservatório. Os procedimentos adotados não visavam estabelecer o bem-estar e a segurança dos atingidos e da natureza, mesmo porque para as empresas: “O meio ambiente de que se trata é o meio ambiente do projeto, do empreendimento. A população, suas formas de existência social e as formas vigentes de sua relação com o seu meio ambiente veem-se reduzidas a meio ambiente da obra.” (VAINER, 1993, p. 190).

O que permaneceu no entorno do reservatório não mais atende à condição de reprodução de famílias camponesas, mas à especulação turística do “*espaço-água*” implantado pelo capital barrageiro. Estabeleceu-se assim uma nova ordem territorial, uma outra territorialidade que não tem lugar para os camponeses nem para a natureza.

Como, além de serem obstáculos que poderiam contaminar a nova ordem, os camponeses que resistem à expropriação poderiam atrasar a obra, encarecendo os seus custos econômicos, convencê-los a sair sem maiores problemas foi uma das maiores estratégias executadas pela SEFAC. Funcionários da empresa que percorriam as Comunidades divulgavam que a hidrelétrica encheria de uma hora para a outra e que os camponeses poderiam, então, ser afogados pela água do reservatório e entre os bens que possuíam e a vida era melhor salvar suas vidas. Esse fato criou certo desespero entre a população. Muitas vezes pessoas procuraram a empresa para sair o mais rápido possível do Vale:

[...] veio um moço da empresa aqui e disse que essa água pode subi de uma hora pra otra e matá nós tudo aqui. Vai sê um mundaréu de água e eu morro de medo. Então, pedi pro meu marido í lá na empresa e pegá o que ez deu mesmo, porque eu não vou vê meus fio morrê nessa barrage, não.

(Camponesa expropriada, Sra S. S., 47 anos. Município de Campo Alegre de Goiás. 06/06/2009)

Famílias camponesas que não teriam suas terras inundadas pela barragem Serra do Facão também se mudaram de Comunidades e, muitas vezes, antes mesmo das famílias atingidas. Vainer (1993) mostra que é na iminência da perda que a terra vai “[...] ser percebida não como uma dádiva pura e simples da natureza, mas como o produto de ação coletiva, social” (VAINER, 1993, p.197). Os camponeses das Comunidades onde realizou-se a pesquisa percebem o conjunto do território e não apenas suas propriedades individuais, pois a Comunidade é produto de um trabalho coletivo e dá sustentação para que as famílias permaneçam na terra. Observe a fala de uma camponesa não atingida:

Aqui cada um trabalhava na sua propriedade, mas tinha a Comunidade. Tinha coisa que a gente fazia junto, porque ninguém é tatu pra ficá sozinho dentro de um buraco. A gente se reunia no Centro Comunitário pra fazê. Festa de São Sebastião, pros terço, pras missa, pros menino e os home jogá bola e também tinha os terço nas casa. E agora, com essa barrage, os vizim vai mudá tudo e nós não tem o que ficá fazeno aqui, porque sem o povo a Comunidade morre, e vai morrê. (Camponesa expropriada, Sra. E. C., 39 anos. Município de Catalão-GO. 07/07/2009).

Na análise de Scherer-Warren et al. (1990), “além do valor “real” (quantificável) da terra, acrescenta-se, pois um valor simbólico (não quantificável) daquela terra e do espaço socialmente construído naquele território (a sua Comunidade).” (SCHERER-WARREN, et al. 1990, p. 31). A perda de bens culturais como igrejas, centros comunitários, escolas e quadras de esporte desintegra a vida comunitária, de vizinhança e compadrio, que é condição de reprodução do campesinato.

A região onde se encontra a hidrelétrica Serra do Facão possui acentuada declividade, com predomínio de colinas e vales estreitos, por isso a maioria das casas se encontrava nas partes baixas e planas do Vale e quando não estavam à margem do rio estavam às margens de córregos e nascentes que desembocavam no Rio São Marcos.

Neste local, como em outros, com a construção do reservatório para a produção de energia elétrica, as primeiras áreas a serem alagadas são as áreas do entorno do Rio, alagando-se, assim, casas. Para as famílias camponesas as suas casas significam a condição de abrigo e permanência na terra, além de guardarem as memórias familiares e comunitárias. A casa para as famílias entrevistadas não se refere somente à parte física em si, é também o lar, mas também o quintal, a horta e o jardim e esses elementos eles não terão na “casa nova”.

Aqui, onde a água vai pegá, a casa tava pronta, tinha o barraco, as flor, as fruta, as verdura, as planta de remédio; tinha tudo! E agora vai Morrê tudo na água. E quando vô na casa nova que vamo mudá, não tem nada plantado e eu falei que eu não vô arrumá aquela casa não, não vô plantá nada porque sei que não vai dá tempo de esperá isso dá nada. Fiquei a vida toda arrumano essa casa e agora ez acaba com tudo. Ê, maldição. (Camponesa expropriada, Sra. E. S., 77 anos. Município de Campo Alegre de Goiás. 06/06/2009).

A foto 16, tirada antes da *limpeza da área* mostra uma casa em que camponeses moravam antes da construção da barragem hidrelétrica.

Foto 16 – Local onde residiam famílias camponesas antes da *limpeza da área* para o enchimento do reservatório Serra do Facão, Comunidade Camponesa Pires, município de Catalão (GO)



Autora: NASCIMENTO, A. C. 23/04/2009.

As casas que existiam no Vale do Rio São Marcos eram antigas e típicas da região porque eram produto de uma construção social de décadas, eram, portanto, um patrimônio histórico-social. Quando os funcionários da empresa argumentavam sobre as vantagens que o deslocamento compulsório traria na vida das famílias atingidas, sempre enumeravam a possibilidade de se construir uma casa diferente, desmereciam, assim, as casas que existiam na região. Descreviam as paredes enfumaçadas do fogão à lenha como insalubridade, mas para os camponeses isso é parte da cultura, da gastronomia e da identidade da região, é parte deles.

Os camponeses falam sobre suas casas na iminência de perdê-las:

[...] nós vai perdê a roça, o pasto e o quintal, mais a minha maior perda é a casa. Se eu pudesse arrancá ela e levá ela do jeito que tá, eu faria. (Camponesa expropriada, Sra. G. M., 58 anos. Município de Catalão-GO. 02/06/2009).

[...] ez [funcionários da empresa] viero aqui pra me dizê que essa casa tá ruim e que se nós mudá, pode construí a nova. Se fosse pra essa casa ficá quietinha aqui, ia durá mais do que nós. O que é ruim aqui é ez. Eu não quero casa nova. Eu só quero ficá sussegada dentro da minha casa! Se fosse coisa que tivesse como a gente voltá atrás, pá ficá quetinha aqui até o fim da vida, era o que eu queria. (Camponesa expropriada, Sra. L. B. S. , 67 anos. Município de Campo Alegre de Goiás. 06/06/2009).

As famílias camponesas que permaneceram em suas propriedades até a inundação começar viam na defesa da casa de moradia, ou em ficar nela até o fim, uma forma de resistência. Para elas a destruição da casa significaria a perda definitiva do espaço vivido. E, apesar da ausência de uma organização coletiva entre os atingidos e uma resistência firme,

pode-se afirmar que nos depoimentos dos camponeses entrevistados era determinante a vontade de permanecer em suas terras.

Na sociedade capitalista, os camponeses são das poucas pessoas/classe que ainda não foram totalmente subjugadas pelo poder do capital. Logo, é de se acreditar que eles sejam um *mau exemplo*, uma ameaça. Na expropriação da terra dos camponeses no Vale do Rio São Marcos para a construção da hidrelétrica, o capitalismo teria matado dois coelhos com uma pedrada só? Significaria a expropriação a destruição de uma parte do campesinato que dominava o Vale do Rio São Marcos?

4 E CADÊ OS CAMPONESES QUE ESTAVAM AQUI?

A construção de reservatórios para a instalação de usinas hidrelétricas causa drásticas transformações territoriais de ordem sócio-econômicas, culturais, simbólicas e ambientais, nas áreas onde são implantadas. De todas, as de ordem sócio-econômicas trazem muitos elementos que precisam ser considerados pela ciência geográfica. Essas obras são construídas para atender aos interesses da reprodução do capital e causam total estranhamento à população local e regional.

Com a construção do reservatório, centenas de propriedades e Comunidades Camponesas, com suas terras férteis, suas casas, seus cemitérios, seus currais, suas estradas e

caminhos ... suas histórias e estórias são inundadas. Formas de organização que, no caso das Comunidades Camponesas, eram condição para sua reprodução social são destruídas. Essas alterações na vida dos atingidos, em particular dos camponeses, jamais poderão ser recompensadas ou indenizadas em valores materiais. A construção de uma hidrelétrica transforma totalmente a realidade da existência desses sujeitos.

No espaço geográfico, o que antes era o *espaço-terra*, constituído como território de domínio camponês, agora é o *espaço-água*, constituído como território de domínio do *capital barrageiro* e nesta transformação novos usos são efetivados.

Contudo, a expropriação camponesa não representa o desaparecimento dos camponeses. Apesar da expropriação ser a principal forma que o capital tem de *libertar* o trabalhador para subjugar seu trabalho, capaz de gerar riquezas, obrigando-o a vender sua força de trabalho, enfim, de efetuar sua proletarização, o movimento contraditório e desigual no processo permanente de produção dos espaços e constituição dos territórios permite algumas possibilidades de *fuga dessa armadilha*, principalmente quanto se trata de camponeses. E no caso dos camponeses atingidos porque negam este trágico princípio capitalista e teimam em se reterritorializar.

4.1 O TERRITÓRIO DO VALE: *deserto d'água*³⁵ x novos usos

As transformações territoriais ocorridas no Vale do Rio São Marcos só podem ser entendidas enquanto produto da territorialização do capital, mais especificamente pela necessidade que o modo capitalista de produção tem de incorporar os fenômenos e/ou materiais naturais como forças produtivas para intensificar a reprodução do valor.

A transformação do Vale do Rio São Marcos em reservatório para a produção de energia possibilitou a incorporação dele, o Vale, à estrutura social de produção e de acumulação do capital transnacionalizado. Essa transformação foi planejada e subvencionada pelo Estado que, assim, instrumentalizou o capital, deu-lhe as condições essenciais para garantir a sua reprodução. O uso da terra e da água passou a ser justificado pela ideia do *desenvolvimento*, que justifica qualquer destruição social ou ambiental.

O anúncio do *desenvolvimento* assegura a apropriação e a subordinação do território como afirmam Conceição e Lima (2009, p. 1):

³⁵ Termo utilizado pelo camponês Jamil Braz Corinto – Catalão (GO) ao definir o Vale do Rio São Marcos após a construção da hidrelétrica Serra do Facão.

Sob o engodo da autonomia, da capacidade endógena de desenvolver-se, o capital, personificado na ação do Estado, difunde o entendimento sobre o território como área dinâmica, cujo potencial econômico deve ser explorado. Sendo assim o capital apropria-se do lugar, engendrando um rearranjo produtivo que ofereça as melhores ofertas à acumulação. O desenvolvimento territorial, portanto, é utilizado como um embuste que legitima as relações capitalistas de produção e assegura a apropriação/subordinação de áreas à reprodução ampliada do capital.

Mas, no entorno do reservatório da hidrelétrica, o *desenvolvimento* que se verifica é a especulação imobiliária e o uso das terras para construção de casas de veraneio. As relações não capitalistas dos camponeses, as formas de uso da terra, da água e do trabalho foram destruídas pelas águas da hidrelétrica, pois por mais que muitos dos camponeses que foram atingidos apenas parcialmente permaneçam às margens, como veremos mais adiante, a construção da hidrelétrica trouxe outra lógica ao território. Os camponeses que antes moravam às margens do Rio São Marcos utilizavam a terra e a água como condição para garantir sua reprodução social (material e imaterial), a partir do trabalho familiar. A apropriação da natureza estava orientada por seu valor de uso. A hidrelétrica estabeleceu e intensificou a lógica do valor de troca.

Muitos empresários do ramo comercial e do agronegócio que adquirem terras às margens do reservatório (denominado lago) para especulação ou lazer contratam trabalhadores para *cuidar* da mais nova propriedade privada. Assim, muitos que foram expropriados passaram à condição de trabalhadores, imposta pela lógica capitalista, e tendo que se subordinar integralmente ao assalariamento, antes algo esporádico na vida dos camponeses.

Com a construção da hidrelétrica cerca de 600 famílias foram expropriadas. Algumas tiveram suas terras totalmente tomadas pelas águas e se deslocaram para outro lugar. Outras tiveram suas terras apenas parcialmente inundadas podendo continuar nas partes que sobraram, mas dessas nem todas ficaram. Sendo assim, o entorno do reservatório foi sendo ocupado por empresários que adquiriram terras para especulação e lazer, além do camponeses, mas os camponeses não mais exercem domínio sobre o território. Um camponês expropriado parcialmente explica como se deu a territorialização dos empresários nas margens do reservatório.

Muitos pequenos agricultô como eu ficô com um pedaço da terra, mais foi a terra mais fraca, as ponta de morro. Era difícil continuá trabalhando lá e quando a água começou a subir a gente olhava pros lados e onde morava vizim agora só tinha água. É um deserto de água, igual fala meu cumpade. E no meio disso tudo, os fazendeiro ali da chapada ficava procurando noís pra comprá a terra e fazê uma casa de pescaria pra ez passιά. Eu e a mulher

pensô; vamo vendê isso aqui porque a comunidade acabô mesmo e ninguém vive sozim. Muitos fez igual a nós e eu até pensei que ia tê muita gente aqui, mais teve nada; quem comprô, não comprô pra morá ou plantá; comprô pra vim de vez em quando. O lugá continuô solitário [...]. (Camponês expropriado. A. A., município de Catalão. 24/04/2013).

Na fala do camponês fica claro que, mesmo quando a água não inundou uma propriedade camponesa por inteiro, ela destruiu a Comunidade e isso fez com que as famílias camponesas perdessem a identificação com o lugar. Para os camponeses, com a formação do reservatório, o Vale não era mais o *espaço-terra*, a sua base material e de sociabilidade, agora, era o *deserto d'água*, e dessa forma, poderia ser apossado por aqueles que *não moram e não plantam na terra*.

A territorialização da classe dominante às margens do reservatório com a finalidade de lazer e entretenimento a partir da fragmentação da área em chácaras que são utilizadas como casas de veraneio é uma outra forma de apropriação da terra e da água em que a terra não é utilizada como meio de produção e a água é utilizada para passeios de lanchas e jet-skis e pesca esportiva. Para Sieben (2012) essa forma de uso da terra e da água está relacionada à apropriação da paisagem como espaço artificializado.

O reservatório se tornou uma imagem a ser consumida e quanto mais perto d'água estiverem as edificações, melhor será, mesmo que se trate de uma área que deveria estar preservada. Segundo resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) as faixas de cem metros nas margens do reservatório deveriam estar reservadas como Área de Proteção Permanente (APP). Mas não é o que acontece às margens do reservatório da hidrelétrica Serra do Facão. Pode-se observar na foto 17 essa situação.

Foto 17: Ocupação irregular da APP



Fonte: Sobrevoos realizados pela SEFAC.
Autor: Giovani Correia. 08.05.2013.

Essas construções são e estão ilegais e apesar de inúmeras denúncias nada é feito, diferentemente do tratamento dado aos camponeses que permaneceram às margens do reservatório e à relação deles com a da Área de Proteção Permanente, como informa um camponês em depoimento à pesquisadora:

A barragem pegô toda a minha terra de lavoura, fiquei só com as ponta dos morro. Esses dia a água do lago baxô demais e as terras que eu tinha uma lavora ali apareceu tudo; então eu fui lá na secretaria do Movimento Camponês Popular (MCP) e peguei semente crioula de milho e plantei ali embaixo tudo, porque já estava quase sem milho pras criação. Ocê nem imagina o que aconteceu! Uma terça-feira bem cedinho chegou aqui a polícia, o IBAMA e um povo da SEFAC com umas bomba cheia de veneno. Me dissero que eu tinha feito um crime porque invadi as terra da Área de Preservação Permanente e que iria jogá veneno, randap, no meu milho. Noís brigô aí umas três horas e eu disse pra eiz que quem tinha invadido minhas terra foi esse povo da barragem. Mas aí a polícia entrô no meio e queria até me levá preso; aí a mué começô a chorá e eu vim pra dentro e ez matô tudo o milho com veneno. (Camponês expropriado parcialmente, S. M., 53 anos. Município de Catalão. 22/04/2013).

Na prática a legislação é aplicada conforme a classe social de quem a infringe, o poder aquisitivo ou a posição de classe que o sujeito ocupa. Obedecendo à lógica contraditória do capitalismo, a ocupação das margens do reservatório não ocorre sem gerar novos conflitos na disputa por esse território.

Os lugares que antes da hidrelétrica eram o *espaço-terra* de centenas de famílias camponesas, ocupados historicamente para sua reprodução social, atualmente são um *deserto d'água* (*espaço-água*) cujas margens se tornaram áreas de entretenimento utilizadas apenas nos fins de semana. Efetivou-se a expropriação camponesa para se constituir o turismo privativo.

Os camponeses que permaneceram no Vale sofrem com a transformação do espaço e com a presença esporádica de pescadores que vêm da cidade, invadem suas propriedades e tiram-lhes o sossego.

Olha, eu arrependi de tê ficado aqui. Com esse lago maldito, o sussego acabô; todo dia tem gente estranha, que vem sei lá de onde, dentro da minha terra. Eiz chega nuns carrão mais de luxo, entra pra pescá, mais nem fala com a gente. Lá ez bebe muita cachaça e faiz muita arruaça; mexe nas frutas, estraga tudo; até já mataram meus frango. Isso aí pôis medo em todo mundo. Aqui não é mais lugá de gente morá e trabaiá, é lugá dessa água aí; de gente que tem dinheiro e pode ficá só fazendo lazer. (Camponês expropriado parcialmente, Sr. J. da S., Município de Campo Alegre de Goiás. 02/05/2013).

Essa transformação espacial – *espaço-terra* em *espaço-água* – revela o conteúdo das classes sociais e a forma como elas se apropriam da terra e da água. Assim o território é a expressão material do desenvolvimento desigual e combinado do espaço geográfico.

Quando o Estado considerou o Vale do Rio São Marcos de *utilidade pública*, autorizando, assim, a expropriação camponesa, e quando se omite diante da ocupação das Áreas de Preservação Permanente para o entretenimento e o lazer das classes dominantes, e age como instrumento de classe, a serviço dos interesses da burguesia e da lógica do capital, nesse sentido, Harvey (2005, p.85) compreende que:

O Estado Capitalista não pode ser outra coisa que não instrumento de dominação de classe, pois organiza-se para sustentar a relação básica capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo. Além disso, como o capital é essencialmente antagônico ao trabalho, Marx considera o Estado burguês, necessariamente, veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho.

Dessa forma, a territorialização da hidrelétrica Serra do Facão no Vale do Rio São Marcos não ocorreria sem a participação e o consentimento do Estado. O Vale do Rio São Marcos antes da barragem Serra do Facão já era um território no qual as relações capitalistas tinham chegado, sim, mas era *território predominantemente camponês*, no qual prevaleciam relações sociais e de trabalho de cunho familiar e comunitário, embora também estivessem ali presentes grandes pecuaristas, trabalhadores assalariados e especuladores.

O Vale do Rio São Marcos após a construção da hidrelétrica se transformou predominantemente num território capitalista , um *deserto d'agua*, embora alguns camponeses ainda estejam ali territorializados. Permanecem, não mais da mesma forma como antes da construção da hidrelétrica, mas permanecem. E sendo assim, “[...] se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje é provável que continuem a existir por muito tempo” (SHANIN apud MOURA, 1986, p.17).

4.2 Os camponeses e os novos ambientes – *tocando em frente ...*

A territorialização da hidrelétrica Serra do Facão no Vale do Rio São Marcos provocou a desterritorialização e a reterritorialização em outros lugares. A partir do trabalho de campo, pudemos verificar quatro situações diferentes nas quais os camponeses se reterritorializam após a expropriação. São elas: os camponeses que tiveram parte de suas terras inundadas e permaneceram morando no Vale do Rio São Marcos; os camponeses que migraram, adquirindo terras em outros lugares; os camponeses que trabalhavam nas terras de famílias e se reterritorializam em outros lugares como proprietários e os camponeses que foram morar nas cidades. A territorialização do capital barrageiro produziu a expropriação camponesa, mas a luta (no seu sentido amplo) contra a expropriação produz resistências diversas.

Das sessenta e quatro (64) pessoas entrevistadas durante a pesquisa na área do Vale do Rio São Marcos, apenas quatorze (14) optaram ou se viram obrigadas a irem morar na cidade, o que permite afirmar que houve mudanças, mas não a destruição dos camponeses. As indenizações recebidas por esses quatorze camponeses deram-lhes a possibilidade de iniciar outras atividades produtivas nas cidades circunvizinhas e negarem sua condição de camponês, seus meios de trabalho e sua relação de vida. Contudo, apesar da coerção e da violência sofridas da empresa expropriadora, a maioria das famílias camponesas optam por continuarem camponesas e, para isso, se estabeleceram em outros lugares.

Para Oliveira (2007) os camponeses, atualmente, são produto do próprio desenvolvimento do capital e, nesta pesquisa que se apresenta, comprova-se a veracidade desta afirmação, o que também leva à compreensão de que existe um processo constante de construção/destruição/manutenção/transformação do território.

Por ser uma conquista histórica da luta dos movimentos sociais dos atingidos por hidrelétrica, mas também como estratégia para manter o discurso do *respeito à propriedade*

privada, o capital tem que tomar as medidas compensatórias – pagar as indenizações –, que possibilitam a reprodução dos camponeses no mesmo ou em outros lugares, o que significa que está longe o fim do campesinato. As indenizações pagas pela SEFAC são consideradas uma conquista da organização do MAB e de todo o movimento de resistência que se formou já antes do início da obra e que tirou da invisibilidade os atingidos. Ao falar do processo de indenização os camponeses sempre relatam esse aspecto:

[...] primeiro de tudo a empresa chegô e apresentô uma lista de atingido que faltava muita gente; mais o movimento tava organizado e conseguiu que ez incluísse todo mundo, até quem não tinha terra. Depois ez veio fazê a vistoria e começô a colocá o preço da terra e deixava pra trais muita coisa, mais, como nós já sabia como ez agia, porque nos encontro do MAB nós ouvia o povo que foi atingido em otra barrage, aí nós não aceitô. Brigamo até. E quando ez via que nós estava insatisfeito e ia organizá de novo o MAB, ez voltava e fazia o levantamento certo. Lógico que nós não recebeu o que a terra valia, até porque não tinha preço pra nós; mais se nós não tivesse organizado tinha sido pió. (Camponês expropriado, Sr. J. D. Município de Davinópolis. 25/04/2013).

Nóis aqui não chegô a participar muito da luta contra a barrage não, mas quando os funcionário da empresa veio aqui fazê o levantamento das coisa ez disse que a empresa só tava tratano nós com um pouco mais de respeito porque o povo lutô. Maiz ez não dexô de fazê coisa errada não, porque ez só qué garanti o d'ez. (Camponesa expropriada, Sra. L. C., Município de Cristalina. 06/05/2013).

Já a empresa SEFAC utiliza a hidrelétrica e as indenizações como um instrumento ideológico, capaz de “[...] *civilizar* os outros povos, em virtude de sua importância econômica, da implementação do assalariamento e, assim, poderia efetivar o domínio sobre os *povos mais atrasados*, libertando-os da obscuridade histórica, ao colocá-los à disposição das leis de mercado”. (MENDONÇA, 2004, p.75).

Todos os camponeses, tanto os que tiveram suas terras inundadas parcialmente, como os que as tiveram totalmente inundadas, e que estavam com a documentação jurídica de sua propriedade regularizada (ou que conseguiram regularizá-la) foram indenizados. Como vimos no capítulo anterior, pelo fato de a empresa ter aplicado a estratégia patrimonialista, alguns camponeses ainda esperam a legalização dos documentos da terra (se é que isso é possível) para receberem a indenização, mas suas terras já foram totalmente inundadas pelo reservatório formado pela hidrelétrica, como retrata o depoimento de um camponês que atualmente reside no Distrito de Pires Belo – Catalão (GO) e atualmente vende sua mão de obra numa lavoura de tomate enquanto aguarda a decisão da justiça sobre o reconhecimento e a indenização.

Olha menina, eu fui atingido e nem sei mais onde era minha terra, debaixo desse mundaréu de água aí. A terra foi do meu avô e meu pai passô pra mim e meus 5 irmão, mais os papel sempre foi muito enrolado; mais nós vivia ali e todo mundo sabe disso e ez não me paga porque qué os papel; é muita ruindade porque já tem cinco ano. [...] agora o advogado tá veno o que arruma e enquanto isso nós fica aqui passano a maió dificuldade. [...] como eu só sei trabaiá na roça, eu tô aqui mexeno com tomate enquanto o dinheiro não vem pra mim comprá outra terra. (Camponês expropriado, Sr. A. A., 54 anos. Município de Catalão. 29/04/2013).

As famílias camponesas, proprietárias *oficiais*, que tiveram suas terras totalmente alagadas foram, na sua maioria, indenizadas e adquiriram terra em outros locais. Nas Comunidades dos municípios de Catalão, Davinópolis e Campo Alegre de Goiás, onde estavam localizadas as propriedade que foram totalmente inundadas, pôde-se ver que eles adotaram estratégias diferentes para sua recriação. Grande parte dos camponeses da Comunidade Anta Gorda, do município de Catalão, apesar de terem feito negociações individualmente, na tentativa de manter os laços da Comunidade, adquiriram novas terras numa mesma comunidade, a Comunidade São Domingos de Cima também no município de Catalão. Nesse caso, seis famílias (que possuíam relações de parentesco) passaram a ter menor quantidade de terra do que antes, devido à especulação imobiliária e ao baixo valor das indenizações, mas permaneceram vizinhas.

Vejamos o depoimento de um dos atingidos:

A minha terra lá era 36 alqueires e o que a barrage me pagô deu pra comprá só 11 alqueires, aqui, na Comunidade São Domingos, porque, foi 3 vezes mais o preço que ez pagô aqui. Mais, eu e o home, que tava vivo, preferimo vim pra cá porque a cumade mudô pra cá também e aí não ficamo no meio de gente estranha. (Camponesa expropriada, Sra. A. A., 71 anos, município de Catalão-GO, 18/05/2013).

Outro entrevistado também relata que comprou outra terra com o dinheiro da indenização:

Essa barrage acabô com nossa vida porque nós perdeu a referência e ez nos robô muito na hora de pagá as terra, apesar de toda nossa luta; mais eu comprei otra terra mais piquena, lá perto da cidade, porque, apesar de sê uma terra sozinha, os menino [os filhos] mora lá na cidade e fica mais perto pra ez í ficá com nós (Camponês expropriado, Sr. D. S., 52 anos, Comunidade Forquilha, município de Catalão-GO, 04/06/2009).

Mas, mesmo que grande parte das famílias camponesas proprietárias que foram indenizadas se reterritorializem em outros lugares, enfrentaram no mínimo dois problemas: primeiro, geralmente a terra adquirida não possui a infraestrutura necessária para o trabalho da família, como currais, cercas, pastos e terras lavradas, além disso o dinheiro recebido pelas

indenizações é quase sempre, na totalidade, usado para comprar o novo pedaço de terra, logo a família tem dificuldades para sobreviver somente com o trabalho na sua terra. Na maioria das entrevistas realizadas houve relatos de pessoas que tiveram que se desfazer de animais (gado, porcos) para levantar dinheiro e criar as condições de trabalho. Segundo, como as terras adquiridas são muito menores do que as anteriores, não será possível o cumprimento da divisão da terra do pai entre os filhos (cada família tem cerca de quatro filhos), como mostra um atingido:

[...] se eu não consegui trabaiá e comprá mais terra, daqui uns dia nós vai tê mais problema, porque o dinheiro que recebi deu pra comprá só 3 alqueire e quando os menino crescê mais e constituí as famia d'ez, não vai tê como 4 famia vivê de 3 alqueire de terra. Algum d'ez vai tê que virá sem-terra ou í pra cidade trabaiá nas usina. (Camponês expropriado, Sr. V. C., 44 anos, município de Campo Alegre de Goiás-GO, 06/05/2013).

Nesse sentido a perspectiva do trabalho para a compra de *mais terra* não significa a especulação, mas a adequação do patrimônio ao número de membros da família, pois os camponeses sabem que as limitações materiais da propriedade podem expulsar dela os filhos.

A territorialização em outros lugares tendo menor quantidade de terras para trabalhar exigiu que os camponeses adotassem diferentes estratégias para continuarem produzindo e sobrevivendo. Com a redução de terra os camponeses tiveram que alterar sua principal fonte de rendimento: o gado. A diminuição dos pastos levou à redução do gado, de onde provinha o leite e os bezerros que funcionavam com uma *poupança* que eram vendidos quando precisavam levantar um dinheiro ou mesmo fazer um investimento na propriedade. A alternativa encontrada para superar essa situação foi a diversificação da produção, “produzir de tudo um pouco”, para conseguirem se manter na terra. Atividades como o cultivo do milho, arroz, cana, mandioca, abóbora, a horta, as criações (porcos, galinhas etc.), a produção de farinha, ovos, leite, queijo e requeijão são realizadas para o consumo e para o comércio, bem como as práticas domésticas de preparação de alimentos: fabricação de linguiça, doces, torração manual de café, fabricação de sabão etc. que têm como justificativa, além do costume, o *deixar de gastar*.

Outra alternativa foi recorrer à velha estratégia das Comunidades Camponesas, qual seja, a ajuda mútua. Ao chegarem nos novos lugares as famílias atingidas logo buscaram se integrar à vida da Comunidade participando de celebrações, missas e também dos mutirões e troca de dias, superando assim a necessidade de mão de obra. Outras famílias começaram a fazer parte do Movimento Camponês Popular (MCP), participando de mobilizações para ter

acesso a moradias e crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Em muitas novas propriedades foi feita a tentativa de reproduzir as mesmas estruturas nos mesmos lugares (posição) em que estavam na propriedade inundada. A posição da casa em relação ao paiol e ao curral e a formação do quintal com os pés de laranja, mexerica, banana etc., buscam remontar o que a água inundou. Em alguns casos os camponeses levaram nas mudanças os paióis e currais como relata uma camponesa expropriada:

Ocê lembra desse paiol aqui? O véio gastô mais pra trazê ele pra cá do que se tivesse feito um novo. Mais ele quis trazê e montô ele bem aqui do lado da casa, como era lá na nossa terra. E aqui tem muitos pé de laranja igual lá. [...] assim a gente nem estranha muito que saiu do lugá; só falta o rio, que não teve como trazê! (Camponesa expropriada. Sra. A. C., município de Três Ranchos. 18/04/2013).

A entrevista também permite compreender que existia uma relação com o Rio São Marcos que foi interrompida pela construção da hidrelétrica. Outra entrevistada se referindo ao lugar onde viviam antes, o Vale do Rio São Marcos, ao relatar as condições de vida em que a família se encontra atualmente, é tomada pela tristeza:

Hoje as pessoas vem aqui em casa e fala: nossa como a barrage foi boa proceis! Esse lugá é bonito e tá arrumadinho, mais ez não vê que tem cinco ano que trabaia nessa terra dia a dia. Quando nós veio pra cá só tinha a terra e aquela casa veia, o resto nós construiu tudo, trabaiano, e com a ajuda dos vizim. A sorte é que os vizim aqui é bom demais também. Mais eu não esqueço de lá não, queria que nada disso tivesse acontecido (choro). Mais nós mudô pra cá porque tinha a terra e nós só sabe trabaia na terra. (Camponesa expropriada. Sra. I. J., Município de Goiânia. 12/04/2013).

Apesar dos transtornos causados pela expropriação e pela reterritorialização, a terra continua sendo a condição para os camponeses existirem a partir do seu trabalho, com certa autonomia, para manterem, mesmo que modificado, seu modo de vida e sua organização social. A permanência na terra, mesmo que seja em outro lugar, é garantia de sua reprodução social e, nesse sentido, reafirma a terra como valor de uso.

Houve casos em que famílias que adquiriram um pequeno pedaço de terra não estruturado para a moradia e o trabalho se mudaram para as cidades próximas mas com a intenção de permanecer lá só até *aparelhar* a nova terra, como o atingido que deu esta entrevista:

Nóis mudamo pra cá, mais, todo dia eu vô lá nas terra nova que eu comprei. Tem veiz que fico até uma semana lá sem vim aqui na cidade. Vim memo porque nós não teve dinheiro pra fazê a casa. Eu trabalhei de servente de pedreiro e o dinheiro que ganhava ia pondo lá na casa. Agora já tá quase

tudo pronto e no mês que vem nós muda, graças a Deus. (Camponês expropriado, Sr. J. M., 41 anos, município de Catalão-GO, 16/05/2013).

Houve também casos em que camponeses, principalmente os mais velhos, que eram proprietários *formais* e foram indenizados, compraram terras próximas, remanescentes, de camponeses que tiveram suas áreas parcialmente alagadas. O objetivo desta compra é criar as condições para resistir e permanecer no lugar, ainda que ele esteja modificado, e permanecer camponês. Os mais velhos resistem mais a abandonar o lugar onde construíram toda a sua vida porque sabem que não têm mais como se adaptar. Comprova-se essa situação na entrevista a seguir:

Esses dia, moça, eu fui lá no escritório da SEFAC e o adevogado d'ez me disse que eu era muito esperto porque comprei o pedaço de terra que sobrô da barrage. Falô que eu queria fazê turismo e eu disse que nem todo mundo morre por causa de dinheiro que nem ez. Ez não sabe que o cumpade véio que morava aqui do lado e já não dava conta mais de trabaiá comprô casa lá na cidade pra alugá, e mudô pra lá também, e agora tá quase morreno, porque não acostuma. Ele fica andano o dia intero na rua, chorano, porque não acostuma em otro lugá senão aqui e eu não vô passá por isso, não; eu vô morrê aqui no lugá onde eu nasci, memo que seja num topô seco como aquele que eu comprei. (Camponês expropriado, Sr. L. A. S., 68 anos, município de Campo Alegre de Goiás-GO, 06/05/2013).

Na foto 18, a nova casa, ainda apenas como abrigo para a permanência no lugar, pois ainda não dispõe de um quintal plantado, nem de currais ou outras estruturas que, se o camponês tiver condições físicas de trabalhar, certamente serão construídas.

Foto 18: Casa construída em terras remanescentes



Autora: Nascimento, A.C. 06/05/2013.

A maioria das terras remanescentes da hidrelétrica não são muito férteis, são fracas, pedregosas e secas, portanto, não possuem as condições naturais ideais necessárias para a produção e a reprodução camponesa, por isso, e também por causa dos transtornos causados pela presença de *estranhos* atraídos pela pesca, muitos as vendem.

Mas também alguns camponeses mais novos não querem abandonar o lugar.

Eu quis ficá aqui, e não comprá um otro pedaço de terra, porque não vai sê igual aqui. Aqui a gente tem amor até na vaca que tá no pasto – a gente tem amor, a gente dá valor, né. Tem árvore aqui que eu não corto por preço nenhum e a empresa queria cortá, porque pra empresa, dá valor é dá dinheiro, e pra nós dá valor é cuidá dela e ela retribuí pra gente e pros animal, dexá a terra mais bonita; e, pra empresa se dé dinheiro, pode até matá tudo. Eu olhei muitas terra, só que não serviu pra mim, porque eu gosto é dessa aqui. (Camponês expropriado, Sr. G. C., 41 anos, município de Catalão-GO, 12/05/2013).

A maioria dos camponeses que continuaram no Vale do Rio São Marcos depois da construção da hidrelétrica teve uma redução considerável de suas propriedades e isso levou a mudanças nas formas de uso da terra, à elaboração de novas estratégias para continuar garantindo a reprodução social da família.

A redução da pastagem e a inundação das terras de cultura fizeram com que os camponeses passassem a arrendar pastos e terras para o plantio de roça, principalmente de milho, mas isso exige mais trabalho e investimento e a família que, embora tenha permanecido em áreas remanescentes não pode contar com a alternativa da ajuda mútua, porque a Comunidade foi desestruturada. Como declarou um camponês: “ficou mais difícil viver e trabalhar aqui”.

Nas entrevistas muitos camponeses que foram atingidos parcialmente declararam que usaram as indenizações para tentar criar as condições de trabalho que existiam antes, quando o trabalho podia até ser feito coletivamente. Vejamos o depoimento de um atingido:

Aqui as minhas terra tá mais longe do rio e por isso a barrage pegô só lá nos fundo e eu fiquei com 6 alqueire ainda e vô permanecê por aqui. Só que as coisas mudô muito. Já tá tudo modificado. Eu peguei o dinheiro da indenização das terra lá debaxo pra comprá maquinário, porque, se ocê quisé ficá, é assim. Porque antes, quando eu e a famia não dava conta de fazê um trabaio, era só dá um grito que os vizim vinha ajudá. E agora? Pra onde eu vô gritá? A Comunidade acabô. Então, eu só, comprá um tratô e ficá deveno, mais vô tentá porque não quero sair daqui. (Camponês expropriado, Sr. S. M., 51 anos, município de Catalão-GO, 09/04/2013).

Todavia, não se pode desconsiderar que, para aqueles que tiveram pouca quantidade de terra inundada, como foi o caso dos camponeses do Vale nos municípios de Cristalina e Ipameri em Goiás e no de Paracatu em Minas Gerais, as indenizações repercutiram em melhorias nas condições de vida e isso contribuiu para a permanência deles na terra. A maioria das famílias reformaram as casas e trocaram parte da mobília. Mas, o crédito para isso deveria ser facilitado pelo governo, é um direito natural de viver com melhores condições de proteção. É lamentável que tenha sido por meio da expropriação de parte de suas terras que eles tenham alcançado isso.

Quando a maior parte das propriedades seria inundada a família redesenhava o uso da terra para garantir a sua continuidade no local. Na foto 19 pode-se ver que pelo fato d'água ter inundado toda a área que a família utilizava para lavoura, ela plantou o milho no entorno da casa, onde antes era reservado para as frutas e as flores.

Foto 19: Lavoura de milho no entorno da casa camponesa no Vale do Rio São Marcos



Autora: NASCIMENTO, A. C. 22/04/2013.

Há por parte daqueles que permaneceram no Vale a tentativa de reconstituir as atividades e os signos que integram o universo comunitário. Na Comunidade Pires, no município de Catalão, ou na parte que sobrou dela, os camponeses retomaram as atividades religiosas (terços e celebrações) em suas próprias casas na forma de rodízio e iniciaram a construção de um Centro Comunitário. Muitas das Comunidades que mantiveram ou retomaram suas atividades após a construção da hidrelétrica Serra do Facão recebem visitas dos antigos vizinhos, que estão morando na cidade mas voltam para participar de celebrações religiosas e festivas. Essa é uma ação que ajuda tanto na sobrevivência de quem ficou como na de quem já foi, já que, estes, ao menos parte das relações, conseguem manter.

Mas alguns camponeses, principalmente aqueles cujos filhos já viviam na cidade e que estão mais velhos foram orientados a se mudarem para a cidade e a utilizarem o dinheiro da indenização para comprar imóveis e viverem da renda dos aluguéis. Nesse caso, se os camponeses perdem totalmente o vínculo com a terra, ocorrem sérias consequências para eles. Na entrevista pode-se verificar essas consequências.

Olha, moça, eu tô com 82 anos e nunca vivi fora de lá. Meus fio quis que nós viesse aqui pra cidade e nós só aceitô porque não temos mais força pra levantá outra roça. Agora nós tá aqui, igual peixe fora d'água e só vivemo no hospital, porque esse lugá aqui é muito quente e tudo o que a gente precisa tem que tê dinheiro pra comprá [...] (Camponesa Expropriada, Sra. D. A., 82 anos, município de Catalão-GO, 01/05/2013).

Outra coisa que não há como se negar é que, na expropriação pelo capital para a implantação da hidrelétrica Serra do Facão, alguns meeiros e empregados receberam

indenizações e se transformaram de camponeses sem terra em camponeses com terra. Evidentemente terra para trabalho é um direito que se deveria ser respeitado e um dever que o Estado deveria cumprir. As famílias que viviam em regime de meia ou de arrendo, ao serem reconhecidas como atingidas receberam uma carta de crédito no valor suficiente para adquirirem de oito a doze hectares de terra.

Eu tô sofrendo muito por tê que saí de lá, porque lá tudo que nós fazia era à meia, e nós vivia bem, mais, agora, essa barrage deu uma carta de crédito e o véi [marido] comprô essa terra pra nós. Foi difícil, mas não foi ruim, pelo menos nós vai tê o que dexá pros menino [filhos]. (Camponesa Expropriada, Sra. N. S., 51 anos, município de Catalão-GO, 12/05/2013).

Há que se ter clareza sobre essa situação e não deixar que o discurso do capital de que “não queria prejudicar ninguém” coopte as pessoas em geral e não as deixe se conscientizarem dos vários aspectos da questão. O que aconteceu neste caso, é que pelo caráter contraditório e desigual do capital, ele destrói e recria o campesinato.

A hidrelétrica Serra do Facão expropriou parte do campesinato do Vale do Rio São Marcos. Embora ele todo não tenha sobrevivido, ao menos parte resiste e (Re)Existe.

Algumas das famílias que optaram por ir morar na cidade utilizaram suas indenizações para comprar imóveis que alugam e assim sobrevivem de renda. Ao serem questionados o porquê de tal opção sempre elencam as dificuldades do trabalho na terra e o momento favorável da cidade, principalmente Catalão, com a especulação imobiliária.

Muitos camponeses deixaram-se seduzir pela possibilidade de obter renda de aluguéis, o que significa uma forma de sobrevivência *mais livre*, mais independente do que ter que viver do trabalho assalariado, até mesmo porque a maioria dos camponeses não consegue trabalho na cidade. Dentre os casos narrados nas entrevistas concedidas, um se destacou por trazer várias dimensões dessa escolha, o que se pode conferir na declaração da camponesa atingida:

Quando nós recebemo a indenização eu era a favor de nós comprá outra terra, mas o meu marido não quis. Falô pra nós comprá casa e alugá lá em Catalão, mais o que aconteceu: nós não era acostumado a mexê com negócio da cidade e então compramo quatro casa de um home lá. Ele ainda ia fazê as casa, mais falô que precisa recebê e nós pagô com tudo o dinheiro que tinha e o home sumiu e não entregô as casas. Resultado: nós ficô sem nada e morano naquela tapera que ocê vê ali e de favor, aqui, na mamãe. Essa barrage acabô com minha vida. Eu e o home até separô por causa disso. (Camponesa expropriada, Sra. N. C., município de Catalão, 22/04/2013).

Para além dos prejuízos sociais, ambientais e políticos causados pela hidrelétrica, há aqueles próprios de cada pessoa, talvez impossíveis de serem mensurados. Na foto 20 pode-se ver a casa (tapera) a que a entrevistada se refere.

Foto 20: Casa de camponesa no Vale do Rio São Marcos



Autora: NASCIMENTO, A. C. 22/04/2013.

O trabalho na terra é “árduo, mais prazeroso”, pois resultava em fartura de comida, que é não apenas uma condição de existência, mas um princípio fundamental do ser camponês. A fartura não traz apenas estabilidade econômica, segurança material, tem valor moral.

Quando ocê tem terra boa, formada, como aquelas da berada do rio, ocê produz muita fartura e cumpre o seu papel aqui nessa terra. Lá era um faturão o ano todo, porque a gente plantava, coía muito e vivia com a dispensa cheia. Comia e tinha pra dá pra quem precisasse, e agora mais parece que é a gente que tá precisano, porque essa terra aqui é pequena e ainda não dá nada. Ela precisa de muito cuidado, e, desse jeito, na hora que acabá o que a gente troxe lá da terra, a gente vai tê que comprá tudo, e aí vai ficá mais difícil ainda porque o dinheiro é pouco. E eu tenho é vergonha disso, fia (Camponês expropriado. Sr. Getúlio , 46 anos, Campo Alegre 29/04/2013).

A perda da fartura de comida significa a perda da autonomia e a redução das possibilidades de existência, o que, como a saída compulsória da terra, é uma violência, gera impotência e causa indignação e vergonha. É como se a empresa também tivesse tirado o direito de viver livremente e com dignidade.

A perda da terra ou de parte dela pelos camponeses refletiu na estrutura fundiária da região que agora apresenta menos propriedades e menores. Mesmo nas regiões próximas, a estrutura fundiária acabou se modificando, porque muitos adquiriram propriedades nas regiões circunvizinhas provenientes de repartição de outras propriedades. E isso não significa justiça na distribuição de terra ou que há terra para todos, ao contrário, significa a diminuição da produção que traz consequências diretas para os camponeses e indireta para toda a sociedade.

A gente vivia do que produzia lá, plantava tudo pra comê e vendê, agora não tem como prantá mais nada. Nós tinha mais terra e era terra boa pra prantá roça; dava que só veno! (Camponês expropriado, Sr. G. V. C., 52 anos, Davinópolis-GO, 24/04/2013).

A terra que eu tinha e foi atingida era terra de roça e ez pagaro uma mixaria. Na terra eu produzia comida pra mim e pros animal e agora tenho que arrumá dinheiro pra comprá tudo no mercado. De primero ocê andava por aí e via as pessoa pedino dinheiro emprestado pra comprá mais vaca; agora, o povo precisa de dinheiro pra comprá arroiz de saquim lá na cidade. Vê se tem cabimento! (Camponesa expropriada Sra. R. P. B., 49 anos, Catalão-GO, 22/04/2013).

[...] lembra do faturão daquele quintal? As fruta perdia que chegava a cherá mal. A minha dispensa sempre ficava cheia e fazia comida pra muita gente aqui, e agora teve que pará tudo porque nós ficô sem terra pra prantá (Camponesa expropriada, Sra. L. S., 67 anos, Campo Alegre de Goiás-GO, 16/05/2013).

Esses dia eu fui na reunião lá na cooperativa e o presidente falô que a quantidade de leite diminuiu muito, porque o povo que foi atingido parô de tirá o leite e se ez não desse um jeito, a cooperativa ia passá por dificuldade, porque o leite diminuiu um monte. (Camponês expropriado Sr. J. R. S., 53 anos, Catalão-GO, 26/04/2013).

Algumas famílias camponesas passaram a ter como principal fonte de existência a aposentadoria dos mais velhos.

Ficamo só com umas vaquinha que o meu genro tira o leite, e é a nossa aposentadoria que ajuda muito e dá pra nós comprá umas coisinha de comê lá na cidade. [...] e agora também já tamo velho pra trabaia e antes a coisa era mais fácil; nós fazia fera com as fruta do quintal, e isso acabô; então, vamo vivo da aposentadoria. (Camponesa expropriada, Sra. A. N., 53 anos, município de Catalão-GO, 24/04/2013).

Agora que essa terra precisa de mais trabaio e nós conseguimos a aposentadoria, só plantamo pra comê mesmo (Camponês expropriado, Sr. S. P., 72 anos, município de Campo Alegre de Goiás-GO, 18/05/2013).

Nas propriedades que foram alagadas pelo reservatório as condições de produção, de trabalho, já estavam prontas, como curral, roças, cercas, pastos, horta e quintal, e isso permitia às pessoas, mesmo sendo mais velhas, manter algumas atividades como a lida com o gado de leite, o plantio de hortaliças, a coleta de frutas, o cultivo de pequenas roças e a criação de pequenos animais como porcos e galinhas. Já no processo de reterritorialização, a maioria das propriedades não possuem essas estruturas básicas e construí-las requer força de trabalho e algum dinheiro, que muitas famílias não têm. Isso também significou uma considerável diminuição das produções agrícola e pecuária da região, para abastecimento local.

Outras famílias buscaram no trabalho assalariado temporário uma saída para permanecerem na terra:

Mudô muita coisa por aqui. Eu tô trabaiano pro home ali de cima que comprô mais vaca. Vô todo dia de madrugada pra lá tirá leite e as vez também bato uns pasto por aí pra arrumá dinheiro (Camponês expropriado, Sr. V. M. S., 37 anos, município de Catalão-GO 22/04/2013).

Como a terra precisa de muito gasto pra ela produzi, agora trabaiamo à meia com o cumpade [...]. Aqui nessa terra só temo a casa. (Camponês expropriado, Sr. J. F., 43 anos, município de Catalão-GO, 22/04/2013).

Este trabalho assalariado temporário ou à meia é distinto, por seu caráter de proletarização da força de trabalho, daquele do camponês não atingido pela hidrelétrica que, em um determinado período do ano devido ao ciclo agropecuário, dispõe de um certo tempo livre e o emprega para manter a renda da família.

A reterritorialização dos camponeses, quando ocorre, não consegue superar nem as perdas econômicas nem as simbólicas e culturais, pois a maioria perdeu terras e benfeitorias de seus antepassados, locais ricos de sentido “[...] onde uma árvore, uma simples cerca de arame, uma pastagem marcam eventos importantes vividos por estes camponeses” (SCHERER-WARREN, *et al.* 1990, p. 32).

Nos depoimentos que se seguem é possível perceber esses aspectos.

Nasci e fui criada aqui e nunca, jamais, ez vai consegui pagá tudo o que isso aqui significava pra nós. O carinho, o amor não existe dinheiro que pague. Nunca, nada, nada. Foi uma simples migalha que nós teve que pegá pra não ficá sem nada, né? Não tem dinheiro que paga aquele lugá que nós morava! Se não fosse essa barrage, jamais nós iria saí de lá. Saí de lá significô muita dor, saudade e dificuldade, né?! (Camponesa expropriada, Sra. N. C., 40 anos, município de Catalão-GO, 22/04/2013).

Pra mim essa barrage é só tristeza e aborrecimento. Ela afastô meus fio, meus vizim, afastô o povo que ia pescá no rio, afastô todo mundo de mim, porque antes nós vivia tudo pertim, e não tinha momento de tristeza não.

[...] e esse povo de barragem veio querendo pagá tudo? Mais como eu ia pagá o amor que a gente tinha? Se bem que eu acho que eu nem sei o que é isso, porque eu não tenho coração (Camponesa Expropriada, Sra. C. F., 40 anos, município de Catalão-GO, 22/04/2013).

A hidrelétrica Serra do Facão transformou o *espaço-terra* camponês em *espaço-água* do capital. Desterrou e desterritorializou os camponeses, mas não acabou definitivamente com esses sujeitos sociais que têm a terra, o trabalho e a família como sua condição de existência e reprodução social. A desterritorialização não põe fim à territorialidade, que subsiste, individual e coletivamente. Às margens do reservatório ou em outros lugares, o campesinato continua existindo e resistindo, mostrando que podem existir outros modos de produção da vida e do espaço, contrários às explorações sócio-ambientais e políticas do capitalismo. E a análise geográfica certamente tem muito a contribuir para a compreensão dessas possibilidades e para a execução delas.

CONSIDERAÇÕES

Escrever as palavras finais de uma pesquisa, as quais exigem a sistematização das ideias envolvidas, é sempre um momento instigante, que nos provoca diferentes sensações e reflexões. A primeira delas que me vieram é a comparação entre o que pretendíamos fazer e o que a realidade concreta os permitiu realizar, pois, como já dizia o poeta Jesus Ibáñez, citado por Montenegro Gómez (2002), “as coisas não são como são, são como podem ser”. A segunda é o questionamento. Após dois anos de investigação, qual é a contribuição social que o resultado a que chegamos nesse processo investigativo do conhecimento proporcionou?

Sendo assim, é procurando responder a esses questionamentos que dissertaremos nossas considerações a propósito dessa pesquisa. Primeiramente o seu objetivo foi analisar a dinâmica da transformação de uma fração do território a partir da implantação de uma hidrelétrica e os desdobramentos sobre a existência camponesa, ou seja, a implantação de uma hidrelétrica significaria o desaparecimento do campesinato?

Ao discutir em um trabalho de pesquisa um tema tratando sobre a territorialização do capital e a existência camponesa, numa época em que o discurso está voltado para o *mundo desenraizado* dado pela hegemonia do capital e pela desterritorialização, mesmo que para alguns geógrafos este discurso não passe de mito (HAESBAERT, 2004), acreditamos que o tema demonstra em si, no âmbito da ciência geográfica, a importância de seu estudo.

O discurso de que a desterritorialização significa a descampesinação, no caso estudado, pela transformação do *espaço terra* camponês em *espaço água* do reservatório da hidrelétrica existe, mas há por outro lado, nesta pesquisa, a constatação da criação de novos espaços conquistados, organizados e transformados no centro do processo de luta coletiva daqueles que buscam seus espaços diante dos espaços hegemônicos.

Acreditar que a construção da hidrelétrica Serra do Facão significaria o fim dos camponeses que habitavam o Vale do Rio São Marcos é o mesmo que afirmar que o “movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, a sua reconstrução em novas bases” (HAESBAERT, 2004, p. 107). É necessário observar que as mudanças no processo de transformação do território não podem ser compreendidas como se a história fosse um fluxo de mão única, como se as ações humanas não imputassem alterações ao longo da história. Sabe-se e acredita-se que a ação de homens e mulheres é capaz de impor um novo ritmo no processo de organização do território.

Partimos da compreensão de território que passa por transformações organizacionais ao longo do tempo; entretanto, não bastaria apontá-las, foi necessário compreender em que medida se deu a articulação dessas transformações com os sujeitos em cada período que marcamos na pesquisa: o território camponês, o território do reservatório e *os novos territórios* construídos pela reterritorialização camponesa.

Isto nos remete a uma reflexão, na qual as relações de uso e poder no espaço influem, de certa maneira, em como serão estabelecidas as novas formas de apropriação, portanto, em como serão as novas formas de uso desse território. Assim, as transformações ocorridas na área inundada pela hidrelétrica Serra do Facão, no Vale do Rio São Marcos são entendidas como expressões materiais dos conflitos das classes sociais antagônicas no processo de apropriação da natureza, refletindo no desenvolvimento desigual e combinado, expresso por meio das contradições que explicitam o território em disputa.

Nesse processo, o papel do Estado é crucial, pois ele se faz instrumento de classe, assumindo a condição de parceiro das classes dominantes com ações que corroboram e garantem a plena acumulação do capital. A concessão do Vale do Rio São Marcos e a junção aos capitais privados para a construção da hidrelétrica Serra do Facão com objetivo de alimentar as indústrias e a exploração do trabalho posicionou o Estado brasileiro, dito popular, e acirrou os conflitos das classes sociais, por meio do agravamento da questão agrária, alterando a vida de centenas famílias camponesas que foram atingidas pelo represamento do Rio São Marcos. O que vimos na área inundada pelo reservatório da hidrelétrica Serra do Facão, no Vale do Rio São Marcos, foi a transformação de uma área recheada de propriedades camponesas em um imenso reservatório de água com o objetivo de gerar energia elétrica.

A construção da hidrelétrica Serra do Facão, realizada pelo consórcio de empresas denominado SEFAC, teve como propósito represar o Rio São Marcos para a produção de energia elétrica para aumentar o potencial energético brasileiro e assim criar as condições para concretizar o modelo desenvolvimentista alicerçado na indústria e na exploração do trabalho. Assim, é necessário compreendê-la, não apenas como um reservatório, ou uma obra meramente técnica, tendo em vista que sua execução promoveu transformações econômicas, culturais e territoriais. Com esse projeto, não se mudou apenas o curso do rio, transformaram-se as histórias de vida, a base territorial de muitas pessoas, as memórias, as relações de convivência, enfim, as águas não afogaram apenas as terras vivas, mas, sobretudo as relações sociais, as condições de trabalho, ou seja, o espaço de vida camponês.

Após o barramento do Rio São Marcos nada mais foi nem será como antes. Esse relato foi repetido por inúmeras pessoas que foram entrevistadas ao longo da pesquisa: muitos se foram, outros permaneceram, mas tudo mudou: as condições de trabalho, a paisagem e principalmente o uso dado ao território, as relações sociais de produção e o conteúdo social.

A concretização do projeto e a construção da obra foram permeadas de contradições. Já no período da construção foram desconsiderados danos sociais e ambientais que foram denunciados por diversas entidades dos quais, talvez, o maior tenha sido a expropriação de centenas de famílias que viviam sobre aquelas terras há muitos anos. O represamento das águas do rio inundou 314 km² de terras, localizadas às margens do rio São Marcos, terras que eram ocupadas e trabalhadas por cerca de 600 famílias.

Muitas famílias tiveram suas terras apenas parcialmente inundadas, mas isso significou a redução de suas propriedades, enquanto que outra parte teve perdas totais de suas terras, ou seja, perderam as condições de trabalho e vida, tendo que recomeçar, seja como camponeses em outros locais, como rendeiros ou como trabalhadores precarizados nas cidades.

Com o processo de construção da hidrelétrica e a ameaça da perda das terras, os camponeses se mobilizaram para lutar e resistir, junto com diversas entidades de trabalhadores, assumiram sua condição de classe social. Foram para o embate e para o enfrentamento contra os agentes hegemônicos representados pelo Estado e por empresas privadas. Dentre as estratégias de luta, destacaram-se as passeatas e atos públicos de denúncia para toda a sociedade dos verdadeiros objetivos da construção da hidrelétrica. Essa forma de pressão garantiu aos camponeses o atendimento de algumas reivindicações como a revisão do cadastro de atingidos e o valor das terras e benfeitorias. A formação do movimento de resistência à hidrelétrica foi condição para os camponeses serem reconhecidos e receberem, mesmo não sendo o justo, pelo trabalho na terra durante décadas.

Ainda, esse processo de mobilização e resistência à construção da hidrelétrica teve um papel importante na reorganização dos camponeses e trabalhadores rurais, não apenas nas proximidades da obra, mas em todo o Sudeste Goiano. Contribuiu para a formação e consolidação de movimentos sociais que hoje estão sediados nessa região como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Camponês Popular (MCP).

Esse processo de transformação do território é parte da desigualdade e contradição do modo capitalista de produção. Apesar da hidrelétrica Serra do Facão ter dado novos usos ao território que antes era de domínio camponês, não significou o desaparecimento dos

camponeses. Entre os camponeses que foram atingidos total e parcialmente, alguns foram para as cidades, buscar sua reprodução na renda que a indenização monetária lhe proporcionou, mas a pesquisa mostrou que a maioria buscou se reterritorializar em outras terras, continuando o trabalho com a terra. Longe da descampesinação, pela teimosia camponesa em continuar na terra, a territorialização do capital não homogeneíza as relações de produção como já ensinou Luxemburgo (1985), apesar de fazer desta territorialização condição para sua permanente acumulação, nem, tampouco, significa o fim de um determinado uso dado ao território, mas, a criação de novos territórios pela resistência daqueles que têm a terra como condição de vida. Reconhecer isso significa tirar o caráter definitivo e inalienável do capital e suas ramificações e explicitar aos que vivem do trabalho a possibilidade emancipatória presente no próprio capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. A. G. **Estrutura fundiária em Goiás**. Série Teses Universitárias, n. 2, Goiânia: Ed. UCG, 1993.
- ALMEIDA, R. A. de **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção** – a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- AMADO, J. “Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil”. **Revista Resgate** (Campinas), n. 5, 1993.
- ALVES, J. M. **Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal** – retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização. 2005. 288 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica). Faculdade de Engenharia Mecânica. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In:_____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 147-176.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7º Ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez. 2005.
- BERMANN, C. **Energia, patrimônio ambiental e a sustentabilidade no Brasil**. In: RIBEIRO, W. C. (Org.). Patrimônio ambiental brasileiro. São Paulo:Edusp/Idesp – Imprensa Oficial de São Paulo, 2003, p. 243-282.
- BERMANN, C. **Impasses e controvérsias da hidreletricidade**. São Paulo: Estudos Avançados. v. 21, n. 59, jan/abr, p. 139 – 153. 2007.
- BERMANN, C. **Indústrias eletrointensivas e autoprodução: propostas para uma política energética de resgate do interesse público**. Disponível em <http://www.ilumina.org.br/zpublisher/meterias/EstudosEspeciais.asp?id=15872>. Acesso em: 09/02/2009.
- BORTONE, F. A. S.; LUDWIG, M. P.; ROTHMAN, F. D.; COSTA, A. S. Inundando para Capitalizar: o caso da UHE Candonga/ Zona da Mata/MG. I Encontro Latino Americano Ciencia Sociales e Represas, II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragem. Salvador – BA, 2007. **Anais do I Encontro Latino Americano Ciências Sociais e Represas, II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens**. Salvador: EDUFBA, 2007. V. 1 CD-ROOM. p. 1-15.
- CALABI, D. & INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. *Revista Orientação*, Depto de Geografia da FFLCH, USP, São Paulo, n. 9, 1992, p. 57 - 66 (texto original de 1973).
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

CASTILHO, D.; ARRAIS, T. A. **Eletrificação e modernização do território em Goiás – Brasil**. In: Anais Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas em América y Europa, 1890 – 1930. Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Barcelona, 23 -26 enero, 2012. p. 1-22.

CASTILHO, D. **A redes de energia elétrica em Goiás e os padrões espaciais de produção, transmissão e distribuição**. 2012. Disponível em: www.sti.fea.usp.br/energia/wp-content/uploads/2012/05/Denis-castilho1.doc. Acesso em abril de 2013.

CHESNAIS, F. **A emergência e um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.

CONCEIÇÃO, A. L.; LUCAS, G. **O Estado e o desenvolvimento territorial como suportes a dominação do capital**. In: SCIENTIA PLENA. Vol. 5. N. 12, 2009.

CRUZ, M. de J. M. da **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007, f. 261. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2007.

DARTORA, V. **O lugar e o seu significado**: as representações de meio ambiente dos moradores de Rancharia, Campo Alegre de Goiás. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO), 2010.

EIA – RIMA: Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica Serra do Facão – Relatório de Impacto Ambiental da UHE Serra do Facão, Catalão (GO). **Biodinâmica Estudos**.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2 ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GERMANI, G. **Expropriados - terra e água**: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA, 2003.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: contexto, 1990.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. Algunos temas sobre la cuestión Meridional. In: **Escritos políticos (1917-1933)**. 4 ed. México: Siglo Veintiuno, 1990.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005 b.

HARVEY, D. Los limites Del capitalismo y La teoria marxista. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.

JÚNIOR GONÇALVES, D. **Reestruturação do setor elétrico brasileiro: estratégia de retomada da taxa de acumulação de capital?** 2002. 246 f. (Dissertação em Energia). Programa interunidades de pós-graduação em energia. USP. SP, 2002.

JÚNIOR GONÇALVES, D. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pela “fontes” e o controle de excedentes**. 2007. 416 f. Tese (doutorado em Energia). Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo, 2007.

LEAL, A. L. **Breves tópicos sobre a questão energética na Amazônia**. Texto no prelo, 2005.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução: o que nos ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. [trad. Revista por Aristides Lobo] – 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LUDWIG, M. P. **Quando a modernidade ameaça submergir o lugar**. In: I Encontro de Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2005. pp. 1-17.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa: uma introdução, elementos para uma análise metodológica**. São Paulo: EDUC, 2000. 108 p.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. In: Revista NERA, Presidente Prudente – SP, ano 11, n. 12. pp. 57-67. Jan-Jun/2008.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, J. de S. **A reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2003.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MARTINS, J. de S. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

- MARTINS, J. S. **Expropriação e violência – a política no campo**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil** – as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- MARX, K. **Contribuição a crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARK, K. **O capital** livro primeiro, vol. I. Tomo I. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, V. II; tradução de Reginaldo Sant’Anna. 20º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a.
- MARX, K. **O capital**: o processo global de produção capitalista. Livro III, vol. 4, 3. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro-RJ, 1980b.
- MATOS, P. F. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 2011. 355 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia – MG.
- MELLO, A. de O. **As minas reveladas: Paracatu no tempo**. Paracatu: Prefeitura Municipal, 1994.
- MENDONÇA, M. R. **A urdidura do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agro-hidronegocios no Cerrado Goiano: a construção das (re)existências. **Anais do I Encontro Latino Americano Ciências Sociais e Represas, II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens**. Salvador: EDUFBA, 2007. v. 1 CD-ROOM. p. 149-187.
- MESQUITA, H. A. de A trajetória de incertezas da população atingida por barragens: o exemplo da Barragem Serra do Facão – Rio São Marcos, Sudeste de Goiás. **Anais do I Encontro Latino Americano Ciências Sociais e Represas, II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens**. Salvador: EDUFBA, 2007. v. 1 CD-ROOM. p. 103-132.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Política Pública de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná**: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho da gestão territorial do Estado e do controle social do capital. 230 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço e do trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 6, v. 2, n. 16, p. 04-08, maio/ago, 2000.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM. **Setor Elétrico Brasileiro: uma breve história de “ligações perigosas”** entre o público e o privado. Manual do Atingido – Movimento dos Atingidos por Barragem, 2010.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM. **Impactos sociais e ambientais de barragens.** Manual do Atingido – Movimento dos Atingidos por Barragem, 2010.

MOURA, M. M. **Camponeses.** 2 Ed. São Paulo: Ática, 1986.

MOURA, M. M. Invasão, expulsão e sucessão. In: **Anuário Antropológico**, 82. Fortaleza, Rio de Janeiro, 1984.

NAVES, J. de C. **A questionável energia do desenvolvimento: a construção do parque gerador hidrelétrico brasileiro e a expropriação camponesa.** 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO), 2010.

NOGUEIRA, N. de D. **A usina hidrelétrica cachoeira do emboque – MG: o significado da barragem para os atingidos.** 2007. 142 f. (Dissertação em Geografia) Universidade Federal de Viçosa, MG, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia agrária.** São Paulo: contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas nos campo.** São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Terra Livre*, AGB, São Paulo, n.21, p.113-156, jul./dez.2003.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, A. U. de; e MARQUES, M. I. M. (orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia agrária: perspectiva no início do século XXI.** Texto apresentado na mesa redonda “Perspectiva da Geografia Agrária” no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – “O Campo no Século XXI”, realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur, Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos.** Disponível em: [http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194 Oliveira Ariovaldo Umbelino.doc](http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194%20Oliveira%20Ariovaldo%20Umbelino.doc). Acesso em: 05 de agosto de 2009.

OLIVEIRA, F. **A economia da independência imperfeita**. 5 ed. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1989.

OLIVEIRA, F. de **Os direitos do antivalor: a economia política de hegemonia imperfeita**. Ed. Vozes: São Paulo, 1998.

PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás. Goiânia: Oriente/INL**, 1979.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. Ed. UNESP. São Paulo, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVEZ, C. W. **De saberes e de território: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Disponível em: <http://www.Bibliotecavirtual.clasco.ar/ar/libros/grupos/cecen/04poto.pdf>. Acesso em: 20/11/2009.

QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. 3 ed. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, L. P. **Dano moral e licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas**. Curitiba: Juruá, 2008.

REINALDO, H. C. **Hidrelétrica Serra do Facão no Rio São Marcos: tramas e dramas sobre Davinópolis (GO)**. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO), 2012.

RIBEIRO, R. F. **Campesinato: resistência e mudança – o caso dos atingidos por barragem no Vale do Jequitinhonha**. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

RODRIGUES, C. M. C. **Águas aos olhos de Santa Luzia – um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista (SP)**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, Centro de Memória-UNICAMP, 1999. (Coleção Tempo & Memória, n.13).

ROTHMAN, F. D. **A emergência do Movimento dos Atingidos por Barragem da bacia do rio Uruguai 1979-1983**. NAVARRO, Z. N. (org.). Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – 4 ed**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SCHERER–WARREN, I.; REIS, M. J.; BLOEMER, N. M. **Alto Uruguai**: migração forçada e reatualização da identidade camponesa. *Travessia Revista do Migrante*, ano 2, m.6, p. 29-33, jan-abril, 1990.

SHANIN, T. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos Cebrap*, Petrópolis, n. 26, pp. 43-79, 1980.

SHANIN, T. **La classe incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

SIEBEN, A. **Estado e política energética**: a desterritorialização da Comunidade Rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. 2012. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade de Uberlândia.

SIGAUD, L. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**. Comunicação n. 9, Museu Nacional, 1986.

SIGAUD, L. **Implicações políticas e sociais de grandes projetos hidrelétricos sobre as populações indígenas e camponesas**. Instituto de Estudos Avançados. Coleção Documentos, série Ciências Ambientais – USP, n.16, mar, 1994.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, A. F. G. de; BRANDÃO, C. R. **Ser e viver enquanto comunidades tradicionais**. 2012. Disponível em: www.mercator.ufc.br. Acessado em março de 2013.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho e territórios em disputa: algumas considerações. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 327-352.

TUAN, YI-FU. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: _____. **Tratado da metodologia**: pesquisa clínico-qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 351-368.

VAINER, C. Águas para Vida. *Jornal do Brasil*, de 4 de abril de 2000.

VAINER, C. **O conceito de atingido**: uma revisão de debates e diretrizes. Rio de Janeiro: no prelo, 2003.

VAINER, C. Planejamento territorial e Projeto Nacional. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, ANPUR. V.9. n. 1. maio, 2009.

VAINER, C. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, G. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Editora da UNICAM. 1993.

VAINER, C. **Recursos hidráulicos**: questões sociais e ambientais. *Estud. av.* v. 21, n. 59, São Paulo jan/abr, 2007.

VAINER, C. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento territorial. In: MARCULIS, S. (ed.). **Meio Ambiente**: aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro, IPEA, 1990, p. 179-211.

VAINER, C.; ARAÚJO, F. G. B. D. **Implantação de grandes hidrelétricas**: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. Travessia revista do Migrante, ano 2, n. 6, p. 18-24, 1990.

VIEIRA, F. B.; VAINER, C. **História da Luta Internacional contra barragens**: ultrapassando as fronteiras nacionais para combater o inimigo em comum. Manual do Atingido – Movimento dos Atingidos por Barragem, 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Autêntica: Belo Horizonte: MG. 2005.

ANEXO

Roteiro de Entrevistas



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Título da pesquisa: E CADÊ O CAMPESINATO QUE ESTAVA AQUI? a transformação do território no Vale do Rio São Marcos a partir da territorialização da Hidrelétrica Serra do Facão.

Mestranda: Aline Cristina Nascimento

Orientador: Profº Drº Marcelo Rodrigues Mendonça

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS/AS CAMPONESES E CAMPONESAS
EXPROPRIADOS PELA HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO.**

Nº: _____ Data: _____/_____/_____ LOCAL: _____

1. Fale sobre o período que antecede a construção da Hidrelétrica Serra do Facão:
 - . Qual atividade que você desempenhava na terra antes da construção da Hidrelétrica Serra do Facão?
 - . Toda a família morava e trabalhava na terra?
 - . A renda em dinheiro da família provinha de quais atividades?
 - . Como era o dia a dia da família?
 - . Como era a vida na comunidade?
 - . Você gostava da vida que levava? Porque?

2. Fale sobre o período em que a Hidrelétrica Serra do Facão estava sendo construída:
 - . Como foi a chegada da Empresa que construiu a Hidrelétrica Serra do Facão?
 - . Você sempre teve acesso as informações do que estava acontecendo?
 - . Você participou do movimento de resistência à hidrelétrica? Porque?

-
3. Fale sobre o período posterior a construção da Hidrelétrica Serra do Facão:
. O que significou a construção da Hidrelétrica Serra do Facão para você?

- . Você foi indenizado pela Empresa que construiu a Hidrelétrica Serra do Facão?
- . Qual a atividade que está exercendo agora?
- . Considera que sua vida melhorou após a construção da Hidrelétrica?

4. Nome: _____

**OBRIGADA PELA SUA PARTICIPAÇÃO! SUA OPINIÃO É MUITO IMPORTANTE PARA
O SUCESSO DE NOSSA PESQUISA!**